

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DEFESA DE MESTRADO

LORRAYNE SANTOS DA SILVA

“O RESTO DA MINHA VIDA SEM MEU FILHO”: PANDEMIA DE RACISMO NO
CASO DE MIGUEL OTÁVIO SANTANA DA SILVA

FORTALEZA

2023

LORRAYNE SANTOS DA SILVA

“O RESTO DA MINHA VIDA SEM MEU FILHO”: PANDEMIA DE RACISMO¹ NO
CASO DE MIGUEL OTÁVIO SANTANA DA SILVA

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, área de concentração em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito da aprovação para a defesa de dissertação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2023

¹ A primeira vez que ouvi o termo, “Pandemia de racismo”, foi numa live, durante a pandemia, mencionado por Anin Urasse.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S581" Silva, Lorryne Santos da.
"O resto da minha vida sem meu filho" : Pandemia de racismo no caso de Miguel Otávio Santana da Silva / Lorryne Santos da Silva. – 2023.
102 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.
1. Trabalho Doméstico. 2. Agência. 3. Mulherismo africana. 4. Pandemia. 5. Racismo. I. Título.
CDD 301
-

LORRAYNE SANTOS DA SILVA

“O RESTO DA MINHA VIDA SEM MEU FILHO”: PANDEMIA DE RACISMO NO
CASO DE MIGUEL OTÁVIO SANTANA DA SILVA

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, área de concentração em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito da aprovação para a defesa de dissertação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

Dissertação defendida e aprovada em 18 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (orientador)

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino

Universidade Federal do Ceará

“Ele faz com que a pessoa poderosa fique com medo
Seus olhos são vermelhos como brasas
Aquele que briga com as pessoas sem ser condenado
porque nunca briga injustamente
É em ti que busco meu refúgio”
Que sua Justiça seja por nós! Axé!
Kawó Kabiesilé, meu pai Xangô!

Dedico esta pesquisa à Miguel Otávio Santana
da Silva (em memória), à Mirtes Renata e sua
mãe, Marta Santana.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à toda a minha ancestralidade, que me proporcionou estar onde estou: brigando pela vida, lutando não só pela minha existência, mas pela da minha família. Agradeço a grande alegria, e enorme desafio, de poder gestar, parir e maternar minha filha Abene Kandace, durante esse processo. Diversas foram as vezes em que amamentei, enquanto lia um texto ou escrevia alguma reflexão sobre a pesquisa. Não foi fácil, mas como tudo na minha vida, a luta se faz necessária para que as conquistas se tornem realidade. Minha gratidão ao meu companheiro Carlos por estar sempre trocando ideias sobre a pesquisa, me ouvindo falar incessantemente sobre trabalho doméstico e tudo o que envolve as questões raciais. Também por me fortalecer nesse processo da escrita, ouvir minhas angústias e me apoiar na reta final do trabalho. Agradeço a minha sogra por ter ficado com minha filha, para que eu pudesse estudar. Sou grata à minha comadre Tarsila e ao meu compadre Antonio, que juntamente com sua filha Antonia, me proporcionaram momentos de respiro em nossos encontros em família. Afinal, ninguém vive só de escrita acadêmica. E o descanso oxigena o trabalho de pesquisa e feitura do mesmo. Agradeço ao grupo da minha turma de mestrado que continuou firme compartilhando as angústias da pós-graduação e os momentos de sucesso das defesas de cada uma: Carliana Isabel, Lara Ezequiel, Fernanda Lobato e Carolina Nunes, por todas as mensagens de apoio e desabafos recorrentes. Obrigada Jéssica Silva, minha companheira de mestrado e da primeira turma de política de Ações Afirmativas do PPGS-UFC, bálsamo nos dias mais difíceis do mestrado. Agradeço a toda minha família, meus pais Cleide e Paulo, à minha irmã Lorena e aos meus irmãos Ben-Hur e José Ferreira. Agradeço ao meu pai de santo Balbino T'Ogusi, por sempre me ouvir e me dar bons conselhos.

Agradeço ao meu irmão e amigo Hilário Ferreira, por ser um grande entusiasta da minha pesquisa. Nossas conversas sobre o mestrado e sermos pessoas negras nesse espaço, me fortaleceu demais para seguir com a feitura da dissertação. Obrigada, Rei! E às minhas irmãs Luane Mota e Yara Albuquerque por contribuírem de forma tão carinhosa na minha vida! E à irmã Anin Urasse, que foi um farol na minha pesquisa, quando se trata de discutir o mulherismo afrikana e o panafricanismo, modupé! Vocês foram muito importantes para que este capítulo da minha trajetória fosse possível.

Gratidão ao meu orientador Luiz Fábio por me orientar tão bem e ser tão cuidadoso com as contribuições e trocas feitas, sobretudo na etapa conclusiva da escrita. Um professor que admiro muito por sua humanidade e dedicação no trabalho que exerce.

Sou muito grata à Mirtes Renata, minha interlocutora nesta pesquisa, por me ceder um tempo

de sua vida para falar sobre seu processo como mãe e ativista pela justiça por seu filho Miguel Otávio. Sem dúvida, minha escrita ganhou muito com sua presença! Gratidão, Mirtes!

Agradeço a CNPq por me proporcionar uma bolsa de estudos, que viabilizou meu processo de pesquisa.

***Mwâna mu ntûnda, zitu kia müntu mosi; ku
mbazi, wa babônsono,***
*que significa “Uma criança no útero de sua mãe é
responsabilidade de uma pessoa;
uma vez que tenha nascido, ela pertence a todos
(na comunidade)”.*

Kindezi: a arte Kongo de cuidar de crianças.
Bunseki Fu-kiau e Lukondo-Wamba

RESUMO

A presente pesquisa analisará o caso de Miguel Otávio Santana da Silva, 5 anos, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata de Souza. No dia 02 de junho de 2020, em pleno lockdown por causa da pandemia de Covid-19, na cidade de Recife (PE), Mirtes teve que ir trabalhar e deixou o seu filho Miguel aos cuidados da patroa Sarí Côrte Real, enquanto levava o cachorro desta para fazer suas necessidades fisiológicas nas imediações do prédio. A patroa abandonou a criança sozinha no elevador, ocasionando a queda seguida da morte do menino. O foco da análise toma por base o conceito de *Agência* (BERNARDINO-COSTA, 2007; ASANTE, 2009), para compreender a mobilização criada a partir da mãe Mirtes. Utilizaremos o método da Etnografia Digital para analisar o impacto que este caso teve em termos de denúncia do racismo nas redes sociais digitais. A pesquisa também dá centralidade ao trabalho de Lélia Gonzalez (2018), buscando compreender a atualidade de sua obra para a análise do trabalho doméstico na vida das mulheres negras. Também fazemos uso do conceito de *branquitude* (CARDOSO, 2014; BENTO, 2016) a fim de elaborar uma reflexão sobre a infantilização das mulheres brancas (ALBUQUERQUE; DINIZ, 2022) para a interpretação deste caso, e do Mulherismo Africana (HUDSON-WEEMS, 2020) para a compreensão do matriarcado e sua relação com o trabalho de cuidados, base para a sustentação da vida.

Palavras-chaves: trabalho doméstico; agência; mulherismo africano; pandemia; racismo.

ABSTRACT

This research will analyze the case of Miguel Otávio Santana da Silva, 5 years old, son of domestic worker Mirtes Renata de Souza. On June 2, 2020, in full lockdown due to the Covid-19 pandemic, in the city of Recife (PE), Mirtes had to go to work and left her son Miguel in the care of her boss Sarí Côrte Real, while she took the dog is allowed to do it physiological needs in the vicinity of the building. The boss left the child alone in the elevator, causing the boy to fall and die. The focus of the analysis is based on the concept of *Agency* (BERNARDINO-COSTA, 2007; ASANTE, 2009), to understand the mobilization created by mother Mirtes. We will use the Digital Ethnography method to analyze the impact this case had in terms of denouncing racism on digital social networks. The research also gives centrality to the work of Lélia Gonzalez (2018), seeking to understand the relevance of her work for the analysis of domestic work in the lives of black women. We also make use of the concept of *whiteness* (CARDOSO, 2014; BENTO, 2016) in order to elaborate a reflection on the infantilization of white women (ALBUQUERQUE; DINIZ, 2022) for the interpretation of this case, and of African Womanism (HUDSON-WEEMS, 2020) to understand matriarchy and its relationship with care work, the basis for sustaining life.

Keywords: domestic work; agency; african womanism; pandemic; racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Pirâmide (Ipea)	20
Figura 2 -	Baiana de Acarajé. Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015	24
Figura 3 -	Print Twitter Zenaldo Coutinho	35
Figura 4 –	Thiago Soares. Fonte: Instagram @elaesoababa 2021	36
Figura 5 –	PEC das Domésticas. Fonte: Instagram @elaesoababa 2021	36
Figura 6 -	Planta de um apartamento no prédio de luxo de Sarí Corte Real	39
Figura 7 –	Print – Unidas na Quarentena. Fonte: Twitter @andrezadelgado	40
Figura 8 -	Print – Comentários. Fonte: Internet	44
Figura 9 -	Figura 9 Junção de quatro prints- Fonte: Instagram @elaesoababa	50
Figura 10 -	Comentários - Print Instagram	53
Figura 11 –	MONTAGEM	56
Figura 12 -	Reintegração de leite, 2019. Colagem digital	58
Figura 13 -	Procissão da Irmandade da Boa Morte em 2018, Cachoeira-BA	63
Figura 14 -	Irmandade da Boa Morte, Cachoeira-BA	63
Figura 15 -	Makota Valdina	66
Figura 16 -	Mãe Beata de Yemanjá	66
Figura 17 -	Mãe Menininha do Gantois	67
Figura 18 -	Doté Balbino T’ogunsi	67
Figura 19 -	Print Facebook - Grupo das Empregadas Domésticas do Brasil.	70
Figura 20 -	Fonte: Acervo Casa de Laudelina de Campos Melo	74
Figura 21 -	Fonte: Revista Afirmativa	75
Figura 22 -	Mirtes ao lado da mãe, Marta	77
Figura 23 -	Montagem de prints feitos do Instagram de Mirtes Renata, 2023	79
Figura 24 -	Fonte: Instagram @preta.velha 2023	80
Figura 25 -	Fonte: Instagram @acarajéfilmes	81
Figura 26 -	Print do Twitter, 2020	84
Figura 27 –	Print Instagram pessoal - @chiaka.mene	89
Figura 28 -	Print Instagram @chiaka.mene	90
Figura 29 -	Print Rede Social. Fonte: Ponte Jornalismo (2020)	91
Figura 30 -	Print Instagram - Mirtes Renata: Julgamento de Sarí Corte Real	94
Figura 31 -	Print Instagram - Mirtes Renata: Julgamento de Sarí Corte Real	95

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Percursos metodológicos	14
1.2	Percursos metodológicos: um estudo de caso	24
1.3	Referencial teórico	28
1.4	Apresentação da estrutura da dissertação	41
2	“QUANTAS MÃOS ‘EMPURRARAM’ MIGUEL?”	42
2.1	Racismo e infância: <i>“como um anjo, pendeu as asas para voar</i>	51
3	<i>AGÊNCIA: “Eu não me sinto vítima porque eu brigo e a briga mais direta que tem é realmente você quebrar tudo e criar o seu quilombo”</i>	59
3.1	A <i>AGÊNCIA</i> DE MIRTES RENATA: “eu vou mover céus e terras pra o caso de Miguel não cair no esquecimento”	71
4	BRANQUITUDE E TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: <i>“quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais”.</i>	82
4.1	A INFANTILIZAÇÃO DAS MULHERES BRANCAS: O EXEMPLO DE SARÍ	92
	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

*Há todo um processo de elaboração, até chegar
neste ponto de observação da negação das
mulheres negras como pessoas que fecundam.*

*Tanto do ponto de vista físico, como também
são pessoas, são personagens, que fecundam
do ponto de vista da emoção, do ponto de vista
da criação, do pensamento.*

Conceição Evaristo

1 INTRODUÇÃO

1.1 Percursos metodológicos

Racismo não é discriminação, nem preconceito.

Racismo é sistema de Poder

Anin Urasse

Meu interesse em pesquisar o Trabalho Doméstico tem ligação com meu processo de *tornar-me* negra, mesmo que a descoberta de ser negra seja mais que a constatação do óbvio (SOUZA, 1983). Embora eu nunca tenha sido trabalhadora doméstica, compartilho com estas mulheres a mesma condição racial. Sou mulher negra, mas somente ao ingressar na universidade que começo a refletir sobre a minha raça. Processo que se dá devido a minha origem de família interracial, onde pessoas negras não retintas convivem a vida toda com brancos sem necessariamente refletir sobre sua cor ou raça. Como muito bem escreve Neusa Santos Souza (1983):

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 17-18).

O contato com a classe média/alta branca universitária me fez perceber a diferença entre classes e raças daquele espaço. Apesar de não ingressar no curso mais elitizado da academia, aquele já era um lugar de grandes disparidades econômico-sócio-raciais para uma estudante negra, da periferia da região metropolitana de Fortaleza.

Durante a produção da monografia passei por outros temas de pesquisa até chegar no tema do trabalho doméstico. Percebi que o mais importante para mim era pesquisar algo que conversasse com atores sociais que fazem parte da minha história de vida, as pessoas negras. Considerando também apropriado refletir sobre quem sou e minha possível implicação nesta pesquisa (CARDOSO, 2014, p. 111). É a partir do trabalho doméstico, que chego às mulheres negras como sujeito da minha investigação, aquelas que iriam protagonizar o que eu acredito ser importante no meu percurso acadêmico.

Mesmo sem conhecer o conceito de interseccionalidade, durante a produção da monografia, acreditava na importância de relacionar gênero, raça e classe na produção da minha pesquisa, e o emprego doméstico me mostrou a viabilidade dessa relação, todavia que a maioria

das pessoas que desempenham este serviço são mulheres negras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas — IBGE, em 2020, das 5 milhões de mulheres que desempenham o serviço doméstico, 3 milhões são negras. O mesmo estudo² aponta que o rendimento médio mensal das trabalhadoras informais é de 40% menos do que as formais, e que as trabalhadoras negras recebem em média 15% menos.

Tinha meu sujeito de pesquisa, agora me faltava o campo. Como naquele ano (2017) o *Facebook* ainda era muito presente na minha vida, me deparei com uma publicação interessante de uma pessoa conhecida como Preta-Rara. Até ali nunca tinha ouvido falar dela. Fui ler o *post* e tratava-se de sua experiência como trabalhadora doméstica. Comecei a seguir seu perfil e conheci a página que Preta havia criado para publicar tanto relatos de abusos sofridos por domésticas, quanto de anúncios abusivos de vagas de emprego doméstico. Pronto! Encontrei meu campo. Comecei a pesquisar a *hashtag* “Eu, empregada doméstica”, da historiadora, ativista, rapper, modelo *plus-size*, Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta-Rara. O título escolhido para minha monografia foi inspirado no nome da página de Preta no Facebook, que mais tarde tornou-se um livro que a autora lançou em 2019³ - *Eu, empregada doméstica*: um ciberativismo feminista e antirracista.

Naquele trabalho, além de abordar a questão racial, de classe e gênero acabei sendo envolvida pela dinâmica das redes sociais e seus *ativismos* digitais. Como Preta-Rara se considerava uma influenciadora digital, fui guiada por esse caminho de pesquisa, uma vez que se tratava de pesquisar ativismos em rede.

Resolvi continuar pesquisando o trabalho doméstico no Brasil, agora sob uma perspectiva diferente daquela que havia observado na monografia. Uma vez que meu texto monográfico enfatizou os anúncios abusivos e os relatos de trabalhadoras domésticas, ou de terceiros, enviados à página do *Facebook*, “Eu, empregada doméstica”. Tais anúncios e relatos mostraram a face cruel do racismo antinegro, quando se trata de trabalho doméstico, bem como revelaram o sexismo contra estas trabalhadoras, assédio sexual e moral, estupro etc.

² Trabalho doméstico no Brasil. Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua) — Dados dos 4º primeiros trimestres de 2019 e 2020. Elaboração: DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

³ *Eu, empregada doméstica* é um livro que Preta-Rara lançou em 2019 para visibilizar os relatos enviados à sua página, de mesmo nome, no *Facebook* <https://m.facebook.com/euempregadadomestica/?locale2=pt_BR>. A partir de um grande alcance num *post* em seu perfil pessoal, em 2016, em que Preta Rara conta uma experiência que viveu quando foi trabalhadora doméstica, ela passa a receber centenas de comentários de pessoas que têm alguma ligação com o serviço doméstico e resolve criar a página para divulgar os relatos recebidos em seu perfil pessoal.

A continuidade de minha pesquisa no mestrado tem me levado a evidenciar a raça e não o gênero. Tem me levado a evidenciar a agência destas trabalhadoras e não suas condições de vítimas. E com o suporte da interdisciplinaridade percebo que, não é possível abordar o tema do trabalho doméstico, sem pedir licença a quem veio antes, por isso a História é repetidas vezes acionada para nos fornecer contribuições da Memória da formação sócio histórica do que conhecemos hoje como serviço/trabalho ou emprego doméstico no Brasil. Sem deixar de tecer críticas à literatura produzida sobre a escravidão que, no Brasil, é extensa, mas poucos historiadores se propuseram a tratar das tramas da luta pela sobrevivência, com seus traços de identidades e culturas referenciais para os anseios de liberdade possível (MATTOS, 2008).

As leituras do campo das ciências sociais como um todo evidenciam que há uma relação estreita entre as trabalhadoras domésticas do presente e as escravizadas que serviam no interior das Casas Grandes. “Não há como falar do emprego doméstico no Brasil sem falar de escravidão e não há como falar de escravidão sem falar de raça”, como muito bem pontuou Tamis Porfírio (2021). Não é preciso muito esforço teórico para perceber esta relação escravocrata que se estende aos dias atuais. Porém é necessário chamar atenção à desonestidade, do ponto de vista científico, pois algumas abordagens sobre o trabalho doméstico não podem mais ser aceitas de forma acrítica (PORFÍRIO, 2021). O que tentei evidenciar foi que as redes sociais começaram a cumprir o papel de revelar para a sociedade (pelo menos para quem tem acesso à internet⁴), o que acontece no cotidiano dessas trabalhadoras no Brasil atual. Como muito bem destacado na tese de Taís de Sant’Anna Machado (2021):

Desse modo, é bastante comum que a historiografia tradicional, ao privilegiar experiências específicas de trabalho, como as trajetórias do trabalho livre ou de mulheres brancas e/ou classe média, invisibiliza as condições e o papel do trabalho escravo, doméstico ou informal na história brasileira. E a invisibilização é apenas uma das consequências dessa abordagem, uma vez que, nessa lacuna historiográfica, cabem também narrativas de romantização do trabalho de mulheres negras, minimizando as condições violentas e arriscadas de seus ofícios e a construção de estereótipos que naturalizam essas condições. É assim que uma estrutura de produção do conhecimento marcada pelo racismo antinegitude e pelo sexismo, ao tratar do trabalho de mulheres negras, parece oscilar entre a invisibilidade e a visibilidade desse trabalho – e, mais importante para o meu argumento aqui, esse jogo também relativiza como seu trabalho garante a produção de riqueza e é essencial para o funcionamento da sociedade brasileira (MACHADO, 2021. p. 53).

Outro ponto importante que precisa ser salientado é que, a monografia analisou o trabalho doméstico na perspectiva do feminismo negro, por acreditar na importância de implicar

⁴ Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet. **Via Agência Pública**, agosto de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

as mulheres negras numa abordagem que as contemplasse teoricamente. O feminismo negro foi importante para o desenvolvimento de minha pesquisa monográfica, sobre o emprego doméstico, por dar relevância a outras categorias de opressão, como a raça. Como a própria Lélia Gonzalez (2018), *criando caso*⁵, tal qual nos elucida sua companheira de movimento negro, Luiza Bairros (2000), conta que:

Lélia via o feminismo como um movimento de mulheres brancas, onde ela era a criadora de caso. Isto porque no “interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo: As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá pra gente dialogar com elas, etc.” (BAIROS, 2000, p. 14)

Gonzalez participou de várias organizações de mulheres sem nunca se furtar à crítica ao feminismo, enquanto teoria e prática (BAIROS, 2000). Lélia chama atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e dos discursos do movimento *feminino* em nosso país, prossegue:

A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres, etc., etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial, e conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida (GONZALEZ, 2018, p. 47).

Enquanto o feminismo clássico pautava a urgência das mulheres ocuparem o mercado de trabalho, as feministas negras constataram que mulheres negras sempre trabalharam (CARNEIRO, 2003). As principais teóricas feministas ancoraram-se na máxima do patriarcado como modelo universal, homogeneizando assim, as experiências entre mulheres diversas. Ocorre que, dessa forma, invisibiliza-se organizações sociais complexas como é o caso das experiências do Continente Africano e suas diásporas, tendo em sua base o matriarcado como modelo que orienta a organização social. Caem na mesma lógica equivocada de universalidade, neste caso, ao tratar a mulher como sujeito universal, e não com suas diferenças e particularidades, a depender de onde ela fala, e de que mulher fala. Paradoxalmente, a universalidade atribuída a assimetria de gênero pelas feministas ocidentais sugere uma base biológica e não cultural, já que a biologia humana é universal, mas as culturas falam em uma miríade de vozes (OYĒWÙMÍ, 1988).

⁵ BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez: 1935-1994. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20990. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em 6 jul. 2023.

Este erro também foi apontado por Mulheristas Africana⁶, paradigma criado por Clenora Hudson-Weems, desenvolvido para atender as especificidades das mulheres de descendência africana. O Mulherismo Africana permite definirmos quem somos através das nossas próprias experiências, assim evidenciando a nossa humanidade (HUDSON-WEEMS, 2020). Nas palavras de Njeri e Ribeiro (2019):

O mulherismo é um pensamento africano-centrado de elevação e recuperação do trilha civilizacional negro-africano e fala tanto para pessoas negras das múltiplas diásporas – pois entende que o descarrilamento causado pelo sequestro do atlântico, escravidão, cárcere permanente e banzo estruturam as nossas relações com o outro e consigo mesmas – quanto para as do continente. É uma vertente nova de pensamento negro no Brasil e tem como principais nomes as afro-americanas Clenora Hudson-Weems – Mulherismo africana: uma visão geral (2000); Nah Dove – Mulherismo africana: uma teoria afrocêntrica (1998); Katherine Bankhole – Mulheres africanas nos Estados Unidos (2009) e, no âmbito nacional, contamos com os trabalhos de Anin Urase – Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana (2018); Ama Mizani – O impacto do feminismo na comunidade preta e a busca de reapropriação histórica (2014) e Katiúscia Ribeiro – Mulherismo Africana, uma perspectiva política e epistêmica de mulheres negras (2016)”. (NJERI e RIBEIRO, 2019, p. 596)

Essa teoria me fez perceber que minha negritude finalmente havia encontrado um espaço, a saber, afro-diaspórico centrado em África. E já que um dos princípios do Mulherismo africana é a centralidade na família (HUDSON-WEEMS, 2020), aposto nesta teoria para dar ênfase ao caso de Miguel Otávio e seus familiares. Sobretudo pelo motivo de apontar sua humanidade e informar que toda criança negra tem a sua origem familiar, sua base, seus princípios e valores, a despeito de todo o processo racista que tenta nos desumanizar. Não existe privilégio algum em ter a cor da pele preta, num sistema de poder racista. Quando falamos de raça e de famílias negras, precisamos falar dos homens pretos, da paternidade preta. Estes que foram, junto de seus pares, negados à sua humanidade e dignidade. Como bem pontua Anin Urase (2015):

Durante mais de 350 anos, esse pai era um “escravo reprodutor”: um homem preto era escolhido e obrigado a engravidar dezenas de “fêmeas” com as quais, mais tarde, ele não teria contato. Em outros casos, mesmo que o pai quisesse manter contato com esse filho, ele era proibido e, se insistisse, era assassinado. Pro sistema racista da escravidão, o filho não era dele, mas propriedade do homem branco, que era também dono de sua “esposa”, da terra, de tudo. A figura da maternidade preta, diferentemente, se manteve um pouco mais. Essas crianças precisavam ser amamentadas e cuidadas até que pudessem começar a trabalhar. Por tudo isso e mais um pouco, dizer que os pais pretos simplesmente abandonam os filhos porque são machistas, é não conhecer

⁶A palavra Africana, no singular, faz referência “a nossa unidade cultural Africana apresentada por Cheikh Anta Diop, logo Africana unifica os povos Africanos no continente e de suas diásporas, não distinguindo gênero, e unificando as fronteiras geográficas, fazendo com que sejamos um coletivo global”. (HUDSON-WEEMS, Cleonora, p. 11, 2019).

nossa história. Nosso drama racial não permitiu a paternidade negra durante quase 4 séculos, e hoje a gente colhe os danosos frutos disso (URASSE, 2015)⁷.

O mulherismo africana, com base na família preta, não pode deixar o homem preto fora de nossas reflexões, da nossa história. Somos um povo que precisa ser pensado em afroperspectiva (NOGUERA, 2019), tanto no que diz respeito aos nossos afetos, quanto da nossa organização social. Por isso é equivocado analisar nossos problemas através do modelo da pirâmide, originalmente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que analisa os níveis de renda da população baseado essencialmente em dados de empregos formais. O Instituto vai comparando quantos homens e mulheres ganham por raça/cor e organiza a pirâmide (URASSE, 2015). Porém, é importante salientar, como nos alerta, Anin Urasse (2015), que:

A pirâmide na verdade exclui todo mundo que não trabalha formalmente. Qual a cor-gênero dos camelôs cujas mercadorias são apreendidas rotineiramente pela polícia? Alguns indicadores de morbi-mortalidade também dão uma dimensão da “imensa vantagem social” do homem preto: são eles quem tem a menor expectativa de vida. Para além da violência policial (que mata 1 jovem negro a cada 20 minutos no país, não custa repetir), são maioria na população em situação de rua e nos hospitais psiquiátricos. São maioria no sistema prisional, lideram os índices de evasão escolar, são os prioritariamente atingidos pela epidemia do crack, pelo alcoolismo, pelo suicídio e por doenças cardiovasculares (como infarto e AVC). São maioria dos acidentados do trânsito, e maioria dos paraplégicos e tetraplégicos do país (com as comorbidades associadas) devido às sequelas de acidentes de moto e lesões por armas de fogo (URASSE, 2015, blog Pensamentos Mulheristas).

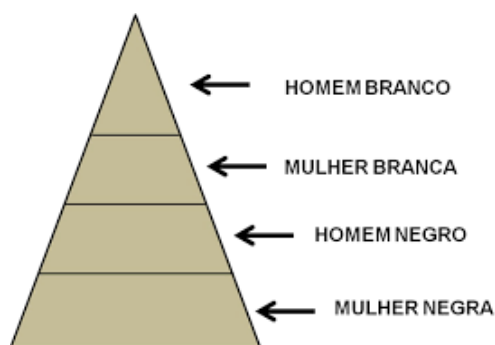


Figura 01 – Pirâmide (Ipea)

Fonte: Blog Pensamentos Mulheristas, 2015

Enquanto o feminismo negro, mesmo chamando a atenção das feministas brancas para a importância do fator racial, prefere priorizar múltiplos “entrecruzamentos” de opressão, ao

⁷ blog pensamentos mulheristas. disponível

em: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2015/12/09/feliz-dia-dos-pais-aos-papais-pretos/>

invés de priorizar a raça. Segundo Kimberlé Crenshaw⁸ - estudiosa responsável por cunhar o feminismo interseccional – a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias. Para ela, são as intersecções das opressões que importam, como por exemplo, “racismo, sexismo, classes, homofobia, xenofobia, gordofobia, capacitismo, etc”, e pensar em todas estas opressões distintas, porém interconectadas, e analisar as partes fragmentadas da opressão, para se atingir a totalidade opressora, mascara o real problema que atinge as opressões na nossa sociedade, visto que todas essas opressões partem de um mesmo lugar: das sociedades brancas com sua forte base judaico-cristã e imposição colonialista e imperialista ao redor do mundo. Não são opressões separadas interconectadas: é um bloco branco monolítico (URASSE, 2015)⁹!

É verdade que o Brasil além de ter sido fundado por uma base social racista, também se funda no modelo patriarcal agrário, que “assume a perspectiva do branco e do senhor” (FREYRE, 2003). Esta força, na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional¹⁰. No patriarcado a liderança é, sem dúvida, do homem branco. Por isto, é indiscutível que a mulher branca tem menos valor do que o homem branco numa sociedade patriarcal. Porém, como escreve Gilberto Freyre: “com relação ao Brasil que o diga o ditado: Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca”¹¹. Isso diz muito sobre a parcela de poder que fica com a “mulher do homem branco”.

Como salienta Oyèrónké Oyěwùmí (1988), em *O fardo da mulher branca: Mulheres africanas no discurso feminista ocidental*:

A criação do patriarcado através da negação do poder e da agência feminina é dominante na literatura feminista. Uma consequência dessa prática é a imagem de uma mulher africana fraca e indefesa que precisa ser salva dos costumes bárbaros e de um brutal, todo-poderoso, grupo misógino de homens (OYĚWÙMÍ, 1988).

Dito isto, durante meu processo de pesquisa sobre o trabalho doméstico, o que encontro de mais latente, é a forma desumana na qual são tratadas as trabalhadoras por suas patroas e patrões. Herança desse modelo racista-patriarcal brasileiro. O gênero da trabalhadora doméstica negra, muitas vezes é ofuscado, em detrimento de sua raça/cor, pelo processo desumanizador

⁸ CRENSHAW 2016 *apud* AKOTIRENE, 2019, p.14.

⁹ URASSE, Anin. Dialogando com Kimberle Crenshaw (ou: porque falar de interseccionalidade nos limita). **Pensamentos Mulheristas**, 10 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2015/12/10/dialogando-com-kimberle-crenshaw-ou-porque-falar-de-interseccionalidades-nos-limita/>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

¹⁰ *Ibid.*, 2003.

¹¹ *Ibid.*, 2003.

que o racismo engendra. A saber, que o branco se considera humano, ao passo que coloca no lugar de “outro”, todos aqueles que se diferenciam da sua brancura. As mulheres brancas, por sua vez, se beneficiam da sua raça. A relação das sinhás com as escravizadas no ambiente da casa-grande é perpetuada, quando em 2016 uma trabalhadora é contratada para cozinhar e fica impedida, por sua patroa, de se alimentar da própria comida que faz (SILVA, 2018). Desta forma, o país está se comportando com a mesma mentalidade escravocrata, porque no interior das casas-grandes, as escravizadas tinham o mesmo impedimento. Na tese de Joaze Bernardino-Costa (2007) o autor traz esta relação entre patroas e trabalhadoras domésticas, onde:

Kofes (2001), em sua tese de doutorado desenvolvida nos anos 80, suspeita que a categoria mulher não seja suficiente para galvanizar adesões entre todas as pessoas do sexo feminino. Para ela, a identidade mulher, sob o efeito de desigualdades, muitas vezes nem é colocada em cena. A noção de diferença emergiria entre trabalhadoras domésticas e patroas a despeito da presença masculina. A desigualdade coloca em xeque a possível identidade entre mulheres “mais do que isso, nesta relação haveria a negação da empregada como mulher, afirmando-se como tal apenas a patroa” (KOFES 2001: 26 *apud* BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 04).

Em razão disso, acredito ser necessário abordar o trabalho doméstico numa perspectiva que evidencie a raça em primeiro lugar, pois é a raça das trabalhadoras e não seu gênero, que é apontado primeiro. Numa sociedade racista, enquanto a mulher branca é uma pessoa, a mulher negra não tem sua humanidade garantida. É pelo fato de a maioria das trabalhadoras domésticas serem negras, e não porque são mulheres, que historicamente recebem o tratamento supremacista branco. Por isso minha atenção em apoiar uma leitura pluriversal (RAMOSE, 2011) durante o mestrado sobre o trabalho doméstico, começando por entender a importância da agência das mulheres negras na sociedade brasileira como primordial para a compreensão da mesma. No artigo *Mulheres e tecnologias de sobrevivência: economia étnica e afroempreendedorismo*, de Taís Oliveira e Dulcilei Lima (2020), podemos observar o protagonismo dessas mulheres:

As mulheres negras ocuparam lugar de destaque no comércio e prestação de serviço no pós-abolição brasileiro. Obviamente isso não se dá por vias meritocráticas, até porque, tal como o mito do homem cordial, a meritocracia nunca existiu para a população negra, mas isto se dá em decorrência do contexto político de desamparo estatal para com os negros supostamente libertos. Poucos homens negros livres nas cidades, a necessidade de sobrevivência e uma herança do matriacarlismo tão presente na cultura das sociedades africanas foram os principais atributos para que as mulheres negras tivessem ocupação na confecção de alimentos, lavadeiras, quitandeiras, babás, empregadas domésticas, entre outras atividades (JACINO, 2019 *apud* LIMA & OLIVEIRA, 2020, p. 201).

As mulheres pretas, desde África, por ocuparem papel de destaque na sociedade através do matriarcado, acabam sendo "usadas" pela colonização para servirem de mão-de-obra escrava em diversas ocupações. A autonomia destas mulheres foi utilizada como pedra angular, no período colonial, para que fossem escravizadas e, assim, desumanizadas. “Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora” (ASANTE, 2009). Sendo a “localização psicológica” desses sujeitos, a máxima para analisarmos como estamos organizados enquanto povo africano dentro e fora do Continente africano. Este pensamento trata-se da Afrocentricidade, teoria desenvolvida por Molefi Kete Asante, que pode ser definido, também como uma

Prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. Apresentar uma definição não significa exaurir o poder de um conceito. Na verdade, pode criar novas dificuldades, a menos que essa definição seja explicada de maneira a elucidar a ideia. A afrocentricidade é uma questão de localização precisamente porque os africanos vem atuando na margem da experiência eurocêntrica (ASANTE, 2009, p. 93).

Falar do trabalho doméstico a partir dos termos da Afrocentricidade é uma escolha não só teórica, mas sobretudo política, porque nos dá condições de explicar como as complexas organizações sociais que chegaram no Brasil, através de africanos escravizados, estão inscritos num determinado local, com uma determinada origem e cultura. Entender o comportamento, as relações estabelecidas no âmbito do trabalho ou emprego doméstico, perpassa pelas subjetividades das pessoas envolvidas. Toda relação tem troca, no caso desta pesquisa, busca-se compreender como se dá a relação das trabalhadoras com as formas de luta. Buscando evidenciar suas preferências, seus anseios, suas queixas a despeito de como são tratadas nos lares em que trabalham.

Porém a *agência* de pessoas negras não se dá apenas no âmbito doméstico. Como por exemplo foi o caso das ganhadeiras: escravizadas de “ganho”, como eram conhecidas, ganhavam as ruas para mercar, vender, negociar produtos. Uma parte do ganho ia para seus senhores e outra ficava com elas. Nasce assim a possibilidade de juntar um pecúlio, seja para alforriar-se, bem como seus filhos e companheiros. Analisando a história das ganhadeiras em Salvador, Cecília Morais Soares (1996), aponta a desenvoltura dessas trabalhadoras nesse setor, que preocupava as autoridades pela facilidade com que podiam estabelecer redes de

atravessamento e outras atividades que, de certa forma, dependiam a ordem econômica e política da época (SOARES, 1996). Como descreve Soares

Esse tipo de atividade não era estranha às negras importadas pelo tráfico negreiro, pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade. Muitas ganhadeiras africanas eram provenientes da costa Ocidental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantindo às mulheres papéis econômicos importantes. Esta explicação não exclui mulheres dos grupos bantos, que praticavam igualmente o comércio ambulante em suas terras (SOARES, 1996, p.60).

As baianas de tabuleiro ou baianas de acarajé, trazem no presente a ancestralidade dessas mercadoras africanas, que no Brasil foram escravizadas. E, que através da venda de acarajés, alimento principal do tabuleiro da baiana, “comida de santo”, incluída nos rituais e festas de candomblé, encontraram seu sustento. Com indumentária característica, a baiana informa sua condição social e religiosa — muitas são filhas do orixá feminino Iansã/Oyá, constituindo-se numa das primeiras profissões femininas surgidas no país¹².



Figura 2 - Baiana de Acarajé. Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015.

¹² Dia Nacional da Baiana de Acarajé - Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=39666>>. Acesso em 4/10/2023.

A *agência* tem um papel fundamental na minha pesquisa, porque é através dela que mostro as potencialidades das pessoas negras, sobretudo daquelas que estão ligadas ao trabalho de cuidados, aqui na diáspora afro-pindorâmica¹³. Mas, sobretudo, é um trabalho que evidencia a agência de uma mãe que perde seu filho no ambiente do trabalho doméstico, durante uma pandemia global. Mirtes Renata é a protagonista dessas páginas que seguem, sem deixar de situar a importância da infância de Miguel, sua morte precoce e a supremacia branca: algo primordial das pessoas negras em todo o mundo. O pesar e o luto de Mirtes são profundamente reconhecidos nesta pesquisa, mas é sua agência, de mãe, mulher negra e trabalhadora doméstica, que me interessa ao analisar este caso.

1.2 Percursos metodológicos: um estudo de caso

Nós somos o começo, o meio e o começo.

*Nossas trajetórias nos movem,
nossa ancestralidade nos guia*

Nego Bispo

Em alguns lugares do continente africano é comum que quando pessoas da comunidade estão com problemas entre si, elas são convidadas a sentar debaixo de um Baobá e só sair de lá quando o problema for resolvido. Elas podem chorar, gritar, mas não devem sair de lá até se resolverem.

Bom, há algum tempo tenho me perguntado sobre uma frase que tem sido muito disseminada nas redes sociais: “não falo tal coisa, porque vocês não estão preparados para esta conversa”. E pensando em algumas coisas que tenho lido e escutado de muitos, fiquei me questionando se as pessoas “não estão preparadas para esta conversa”, ou se não estão dispostas a ouvir determinados assuntos. Por que somos tão resistentes à escuta? Há uma sabedoria ancestral que diz: “Só se levanta para ensinar aquele que se senta para aprender”.

Vou dar um exemplo da minha vida, enquanto pessoa que teve acesso à teoria feminista na adolescência. Quando comecei a me “auto-organizar” entre mulheres aprendi ali que precisava me impor caso estivesse em alguma situação de desigualdade de gênero. Comecei a achar que “todo homem era igual”. Mas em quem eu “descontei” toda a minha intelectualidade feminista? Primeiro na minha mãe, dizendo-lhe que não iria lavar os pratos se meu irmão mais

¹³ Antonio Bispo dos Santos. Colonização, Quilombos: Modos e significados. Brasília, 2015.

novo também não o fizesse. Militei! Pensei. Saldo: minha mãe ficava sozinha realizando as tarefas domésticas, enquanto eu estava nas “rodas de mulheres”.

Também foi através do movimento feminista que tive o primeiro contato com o feminismo negro. Através do texto da nossa Grande Sueli Carneiro: “Enegrecer o feminismo”. Poxa, eu chorava copiosamente enquanto lia, nunca vou esquecer. Porém não me debrucei em procurar a teoria feminista negra, porque fui sufocada dentro da esquerda e eu não tinha “tempo” para isso. Nesta mesma esquerda me deparei com um negócio chamado “crítica e autocrítica”, onde seria parte dos princípios da militância. Até hoje acho isso risível, porque sinceramente não havia chance para críticas naquele espaço.

O feminismo me fez acreditar que tanto homem, quanto mulher são sujeitos universais. E fui introjetando, que inclusive o homem preto, era privilegiado socialmente, só por ser homem. Olha só! Hoje tenho aprendido que o racismo nos desumaniza a ponto de nem humanos sermos considerados. E isto vale para todos nós, enquanto povo preto. Desde as nossas crianças até os nossos mais velhos. Se você perguntar ao meu irmão mais novo quantos amigos pretos ele já enterrou e quantos foram presos, essa é a nossa realidade. A realidade do nosso povo é que nós sendo crianças, mulheres, homens, velhos, seremos vistos da mesma forma. A convivência com meu irmão mais velho me fez aprender que um homem preto não está em posição de privilégio nenhum. Nenhum! Assim como as mulheres pretas também não estão. Isso não significa que não iremos reproduzir violências entre nós. Esse é o jogo.

Quando tive contato com a teoria Mulherista Afrikana, através de um homem africano, detestei. Até disse a ele que parecia mais com uma desculpa pra “passar a mão na cabeça de macho”. Entendam, eu estava dominada pela teoria branca. Mulheres que sofrem pelo patriarcado etc. Se tivesse tido mais contato com teorias africanas e afrodiapóricas, notaria que o Mulherismo estava falando para mim que o patriarcado não é universal, porque no continente Africano havia experiências matriarcais. Por que isso não interessa às mulheres brancas? Porque trata-se de África no centro! Porque fui cruelmente ensinada a odiar pessoas que se parecem comigo, ter medo delas? À quem serve a teoria eurocentrada? Eram algumas questões que me colocava.

O feminismo era uma ideia que não me dava poder nenhum, na verdade ele me retirava. Todas aquelas teorias revolucionárias de tomada de poder me escondiam o poder que o povo preto tem. E ele tem nome e endereço: África!

Desde o momento em que parei para escutar mais e falar menos tenho aprendido muito!

Inclusive aprendi ouvindo mulheres pretas que o serviço doméstico é uma continuidade da escravidão. E que muitas feministas brancas nunca lavaram um banheiro.

Naquela época em que começava a cozinhar (porque era obrigada) achava que era inferior aos meus irmãos homens.

Hoje uma das coisas que mais amo fazer é cozinhar. Apreendi a ter autonomia, sei limpar uma casa, lavar roupa, preparar meu próprio alimento. Autonomia não tem nada a ver com submissão. Apreendi tudo isso com meu pai, minha mãe e minha irmã mais velha.

Agora sei que fui extremamente pedante. Já me culpei muito por isso, hoje não me culpo mais. A culpa não faz mais parte de quem tenho me tornado.

Atualmente, uma das coisas que mais combato é esse pedantismo. Seja lá de quem for. Não suporto quem se acha num pedestal teórico, donos da razão. “A minha teoria é incontestável, ela está certa, porque eu sofri tal coisa”. E a agarram como se só sua vivência isoladamente, mesmo que atravessada de dor, fosse legítima. É muito cruel pensar que já encarei o homem preto como “inimigo”. Digo isto, não apenas para apontar erros, mas para pensar em alternativas.

Por isso, meu estudo de caso envolve uma mãe negra com um menino pretinho. Mirtes Renata e seu filho Miguel Otávio, me fazem refletir sobre tudo o que envolve as questões raciais. Que para mim e para aqueles e aquelas que eu trago para a minha escrita, é o que dá centralidade à nossa vida. Pensar que o racismo, como esse sistema de poder, fere e mata nossas crianças, a nossa continuidade na terra é o que me moveu a escrever, a pesquisar incansavelmente sobre raça. Pensar numa mãe que fica sem seu filho por conta de uma negligência de uma mulher branca, que também é mãe, foi o combustível para esta pesquisa.

Além do fato de tratarmos de um contexto de pandemia global, onde há várias problemáticas envolvidas. E, tendo eu mesma parido durante este processo da feitura da dissertação. Ter me tornado mãe de uma criança negra me deixou muito mais sensível a este caso, em especial. Como nos diz Veena Das:

Isso é o que quero dizer pela importância de descobrir meios de falar sobre a experiência de testemunhar: que se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso. Esse conhecimento pode ser enfrentado apenas pelo conhecimento através do sofrimento. (...) Vejo isso como uma metáfora apropriada para o ato de testemunhar, que é uma maneira de entender a relação entre violência e subjetividade (VEENA DAS, p. 35-39, 2011).

Jamais minha experiência se compara com a de minha interlocutora. O que quero dizer é que esta escrita rompe com a ideia de distanciamento e imparcialidade, mesmo que eu e Mirtes tenhamos uma distância, no que diz respeito às experiências vividas com o racismo. Há inúmeras formas de atravessamentos que chegam de formas distintas para as pessoas negras,

porque somos seres humanos únicos, com nossas subjetividades e singularidades. Mesmo fazendo parte de um todo, de uma cosmologia, de uma circularidade comum. Ou como nos ensina Nêgo Bispo (2023)

Humanismo é uma palavra companheira da palavra *desenvolvimento*, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza. Do lado oposto dos humanistas estão os *diversais* — os cosmológicos ou orgânicos. Se os humanos querem sempre transformar os orgânicos em sintéticos, os orgânicos querem apenas viver como orgânicos, se tornando cada vez mais orgânicos. Para os diversais, não se trata de desenvolver, mas de envolver. Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolver humanisticamente (SANTOS, 2023).

É assim que nasce a ideia de trazer a agência desta mãe, para além de sua dor e revolta. Além do meu cansaço acerca das inúmeras narrativas que nos levam a repetição da história africana contada do tráfico transatlântico aos dias que se seguem. A partir do envolvimento neste estudo, pude compreender a dimensão do povo preto como sendo “começo, meio e começo”, como nos presenteia a oralidade de Nego Bispo. Dessa forma eu compartilho com quem me lê, a capacidade de agir em prol da justiça, através da solidariedade e da crença em que só conseguiremos uma vida melhor com base na dignidade do povo negro. Muito mais posicionada em se entender responsável pela mudança da própria realidade, buscando a incansável “volta para casa”: Sankofa! Pois não há como deixar de fora o espírito, uma vez que ele é morada do corpo dessa escrita. Permeada de espiritualidade e emoções que contornam o caso de Mirtes e Miguel, e toda uma ancestralidade que lutou para que a nossa memória não caísse no esquecimento. Criando cada linha — aqui escrita — de maneira menos usual de investigação sociológica da vida social, optei por uma “criatividade metodológica”, nem sempre encontrada nas formas convencionais de produção do conhecimento (BARREIRA, 2017).

1.3 Referencial teórico

Isto posto, volto-me agora para outras questões, que passei a me colocar a partir daquela primeira pesquisa, e, já no mestrado, fazendo a exploração do campo de discussão sobre emprego doméstico, cada vez mais ampliado, no ambiente das redes sociais. Agora, o que pode ser dito sobre o trabalho doméstico no Brasil, já que se sabe que ele é herança da escravidão? Que relevância posso dar a este tema tão central para a compreensão do racismo na sociedade brasileira? Apontando para novos desdobramentos da pesquisa monográfica, percebo que o fio

condutor do presente trabalho é o de apontar a *agência* (BERNARDINO-COSTA, 2007; ASANTE, 2009) das trabalhadoras domésticas. Um dos modos pelos quais se pode colocar o foco na agência destas mulheres se dá pelo exercício de afro-referenciar intelectuais, que produziram muitos saberes para que pudéssemos fazer "girar a roda do conhecimento", como diz Katiúscia Ribeiro (2020). Além de Molefi Kete Asante, e Joaze Bernardino-Costa, com o conceito de *agência*, não poderia deixar de fora a obra *Primavera para as rosas negras* (2018), da socióloga Lélia Gonzalez. Nesta obra, foram reunidos vários artigos da intelectual, alguns deles contribuem com o tema do emprego doméstico, das mulheres negras e do mercado de trabalho. Gonzalez foi pioneira, no âmbito da sociologia brasileira, em denunciar como vivem as mulheres negras deste país, tanto do ponto de vista do racismo, como do sexismo. A própria biografia de Lélia nos ajuda a entender a importância do seu olhar crítico para as questões raciais, e no caso do trabalho doméstico em específico, já que a exemplo do que ocorre com uma parcela considerável das mulheres negras desse país, ela exerceu a função de empregada doméstica e babá, conforme relatou em entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, em 1986¹⁴:

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa (*O Pasquim*, n. 871, 1986, p. 8 *apud* Literafro - O portal da literatura afro-brasileira, 2022)

No artigo *A mulher negra na sociedade brasileira - Uma abordagem político econômica*, da referida obra, Gonzalez já discutia a exigência do mercado de trabalho quando se trata de “ter boa aparência”¹⁵. Uma atualização do que Preta Rara diz atualmente: currículo com foto e boa aparência nunca é personificado numa pessoa preta (PRETA-RARA, 2016). Ou seja, passados mais de três décadas da geração atuante de Lélia para a de Preta Rara, quando o assunto é racismo, vemos que não tivemos avanços significativos na inserção dos negros e negras no mercado de trabalho formal. A esse respeito, afirma Gonzalez:

Quando nos anúncios de jornais, seção de oferta de emprego, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência”, etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra (GONZALEZ, 2018, p. 44).

¹⁴Entrevista disponível no portal da literatura afro-brasileira (Literafro) - http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez?fbclid=IwAR3ENThm4kMNPYIgrwsQWWnzqHAizM061DLvhA_q_nsSfE5eeDpEGEyLqPE

¹⁵ GONZALEZ, 2018.

Tendo iniciado a pesquisa de Mestrado no contexto da pandemia da Covid-19, foi praticamente inevitável ser levada a me voltar para a compreensão de como esta impactou o trabalho doméstico. Reuni diversas matérias de jornais, posts do *Instagram* e *Twitter* sobre trabalho doméstico e pandemia. Vi a densidade de material que fui reunindo, se tornando um grande potencial para continuar avançando nesta pesquisa. Durante uma pandemia, os desafios são outros. Pesquisar num contexto em que o mundo lida com um vírus letal, que impõe a todos um cenário de incerteza sobre o que estaria por vir. Tiveram que ser fechadas escolas, faculdades, muitos comércios, espaços de lazer etc. Precisávamos priorizar a saúde das pessoas e pensar em alternativas de sobrevivência. Estávamos vivenciando um caos não só no quadro sanitário, mas, também, político, econômico e social. Líderes do mundo inteiro ficaram sem respostas: o que fazer? Por onde começar a resolver tantas questões que se apresentam? Apesar da Ciência ter os olhos do mundo inteiro voltados a isto, na busca de uma solução, estamos falando de um período em que se investe pouco em pesquisa científica e muito em *fake news*. Principalmente no Brasil, que teve à frente da presidência da República, um homem negacionista e pouco interessado na produção da Ciência e Tecnologia. Como passar por uma pandemia com todos esses fatores envolvidos?

Minhas aulas do mestrado, que acabavam de dar início, foram suspensas até os governantes decidirem o que fazer com essa questão. Como todas as universidades estavam fechadas, o jeito era aguardar um posicionamento. Enfrentamos um *lockdown* com uma previsão bem otimista de seu encerramento. Porém, a realidade era pessimista com tudo o que estava acontecendo. O vírus se espalhava rapidamente e a única solução imediata era manter-se isolado em casa, saindo apenas para comprar o necessário para a sobrevivência: comida, água e remédios, ou para ir ao hospital. Parecíamos viver um filme de terror, daqueles distópicos, sobre pandemia, em que há quarentena e isolamento social. Inacreditável assimilar essa nova realidade que assombra o mundo em 2020.

Uma saída para o retorno às aulas adotada pelos governos, durante a pandemia, foi o modelo de aulas *on-line*. Desse modo, poderíamos continuar estudando, agora, através de telas de computadores, celulares ou tablets. Como vivemos numa sociedade extremamente desigual, nem todas as pessoas têm acesso a estes equipamentos tecnológicos. Muitos foram os debates que se acenderam no âmbito educacional sobre esse novo formato: “aulas remotas”. Quem teria acesso às aulas? E, sob quais condições, num país como o Brasil em que muitas pessoas dividem uma casa pequena e muitas não têm nem saneamento básico? Com milhares de pessoas vivendo na miséria, como lavar as mãos com água e sabão (manter as mãos limpas é uma das formas que garantem a não contaminação do coronavírus)?

É neste contexto que passo a pesquisar os impactos da pandemia no trabalho doméstico brasileiro. Em casa, isolada, assistindo aula através de telas, longe da família, amigas e amigos. Com ansiedade e muito medo da contaminação, medo do que estaria por vir. Contudo, refletindo sobre aquelas pessoas que não tiveram o direito de ficar em casa, assim como eu tive. Enquanto eu tinha que estudar, fazer pesquisa, cuidar da casa e manter contato com as pessoas através da tela do celular, muitas trabalhadoras domésticas perderam seus empregos¹⁶ ou foram obrigadas a continuar trabalhando nas casas de seus patrões. Expostas ao vírus, à pobreza, às incertezas diversas: quem vai ficar com meu filho? Como continuar trabalhando com o risco de ser contaminada no transporte público, no local de trabalho? A “solução” de muitas trabalhadoras foi morar na casa de seus empregadores, evitando, por exemplo, a propagação do vírus para seus familiares. Ou mesmo com o argumento, vindo de seus patrões, de que precisavam evitar que a trabalhadora trouxesse o vírus de sua casa para o local de trabalho.

O trabalho doméstico passa de invisível para hipervisibilizado¹⁷. Muitas informações me chegaram, através de colegas que sabiam da minha pesquisa. Meu campo de pesquisa estava em alta, seja por notícias de jornais, redes sociais e outros canais. Por isso me deparei com a necessidade de criar um perfil no *Instagram*¹⁸ para falar sobre o impacto da pandemia na vida destas trabalhadoras, a fim de tornar público o retrato do racismo que se coloca para esta categoria de trabalho. Participei de *lives*^{19,20}, de *podcasts*^{21,22,23}, sobre emprego doméstico e pandemia. Meu campo não parava de se “mostrar”. Até quando eu não queria falar sobre, em momentos de descanso, a notícia estava ali, escancarada. Não tinha como desviar do assunto:

¹⁶ GUIMARÃES, Lígia. Coronavírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante a pandemia, aponta pesquisa. **BBC Brasil**, 22 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292>>. Acesso em 19 de setembro de 2021.

¹⁷ Ver RAMOS-ZAYAS, Ana Y. “Parentalidade soberana” em bairros afluentes da América Latina: Raça e as Geopolíticas dos cuidados de crianças em Ipanema (Brasil) e El Condado (Porto Rico). *Revista de Ciências Sociais*, 2017, p. 165.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/negruras.escritas/>>. Acesso em 19 de setembro de 2021.

¹⁹ ACCIOLY, Izabel. Serviço doméstico no Brasil. Live. **Instagram**, Fortaleza, 27 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CIG93TfFTOv/?utm_medium=copy_link>.

²⁰ SANTOS, Natália dos. Eu, filha de Maria: “Quem cuida de quem cuida?: trabalhadoras domésticas na pandemia”. Live. **Instagram**, 14 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CRU7d7xAP2I/?utm_medium=copy_link>.

²¹ Drops #17: O emprego doméstico como herança colonial. Kilombas Podcast. **Spotify**, Set. de 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2nOJATlAwStq9pMFSvNXqO?si=mSGYt_GJTsyk3LFDKx6fVw&dl_branch=1>.

²² O impacto da pandemia nas trabalhadoras domésticas. **Negrê Podcast**. 23 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/429dPkqaVWS0xF45vX1tf4?si=5c68b12be7734bd9>>.

²³ Bônus - Cantinho do café#1 -Mulheres Pretas no Mercado - Lorryne Santos. Parentalidade Preta. **Spotify**, 28 de mar, de 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4ELUAYJirXMoTwCDBqVSSh?si=t_dJgaiSMylglU4uKZyZQ>.

“patrão contrai coronavírus e mantém trabalhadora doméstica trabalhando²⁴”, “festas clandestinas aglomeram centenas de pessoas e empregados domésticos pegam o vírus²⁵”.

Muitas ideias sobre um tema bastante abrangente passam a fazer parte de minhas reflexões. Uma delas, que é muito importante ressaltar, diz respeito à diferença de tratamento quando uma festa clandestina ocorre na zona nobre e quando acontece na periferia das cidades²⁶. O direito ao lazer durante a pandemia também ganhava um espaço de reflexão. Mesmo que o critério fosse o mesmo para todo o mundo - não aglomerar-, há aqueles que podem levantar a voz ao policial²⁷ e sair ileso, e há aqueles que historicamente são silenciados pela polícia e vítimas de diversas violências pelo estado brasileiro, em ambos os casos, com ou sem pandemia. Embora, aqueles que se aglomeram, são os que mais podem manter-se distante do vírus, já que os mesmos têm a opção de não sair para trabalhar.

Durante esse período também tive contato, via redes sociais, com *digital influencers* brancas expondo suas trabalhadoras domésticas em seus perfis no Instagram. Dessa forma, a *branquitude*, passa a ser evidenciada nas redes, relacionando-se ao trabalho doméstico, pois além de não dispensarem as trabalhadoras para cumprir o isolamento social, acabaram fazendo do racismo recreativo²⁸ uma forma de ganhar engajamento.

Havia inúmeros caminhos no meu campo de pesquisa sobre raça em que eu poderia escolher o que abordaria. Este campo racial me abriu uma série de possibilidades de investigações sobre o trabalho doméstico no Brasil, alguns exemplos: o impacto produzido nas redes sociais; o racismo e a infância; a questão da desumanidade; sobre a agência das trabalhadoras; sobre nutrídio; sobre saúde, branquitude etc. Durante um ano de pesquisa e coleta de material, fui percebendo a grandiosidade da minha pesquisa acadêmica, bem como, os desafios que ela me colocava enquanto pesquisadora.

O emprego doméstico no Brasil, já que se apresenta como uma herança da escravidão, tem subjugado afro-brasileiras (os), em sua grande maioria mulheres negras, ao trabalho mal

²⁴Casal com coronavírus que está em quarentena mantém empregada trabalhando. **Pragmatismo Político**, 13 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/03/empregada-domestica-coronavirus-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 15 de junho de 2020.

²⁵ ALMEIDA, Emily: Paraíso abalado: Resort da festa de casamento que irradiou covid-19 prepara reabertura. **UOL**, Jul. de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/resort-txai-pugliesi/>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

²⁶ Cotia e Cia, Bate papo de sábado, via **Facebook**. Disponível em: <<https://ne-np.facebook.com/cotiaecia/videos/diferen%C3%A7a-entre-abordagem-em-aglomera%C3%A7%C3%A3o-em-bairro-nobre-e-periferia/168617795122263/>>. Acesso em 24 de setembro de 2021.

²⁷ Modelo flagrada na festa nos Jardins, em SP, grita ‘vai pra favela’, a policiais, depois admite ter errado. **G1-São Paulo**, 12 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/12/modelo-flagrada-em-festa-clandestina-em-sp-grita-vai-pra-favela-a-policiais-ela-admite-ter-errado-to-mal-com-essa-situacao.ghtml>>. Acesso em 24 de setembro de 2021.

²⁸ MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

remunerado, sem garantias ou com pouquíssimas garantias de direitos trabalhistas. Relegando assim este trabalho à informalidade e, os trabalhadores e trabalhadoras, à péssimas condições de trabalho, e, ao próprio trabalho escravizado. O Ministério Público do Trabalho (MPT) da Bahia registrou, no ano de 2019, 21 casos de pessoas resgatadas de situações de trabalho escravo²⁹. Estamos falando do estado brasileiro com maior número de pessoas negras, fora do continente africano. Um caso emblemático em Minas Gerais, ocorrido durante esta dissertação, foi o de Madalena Gordiano. Madalena foi mantida em situação de escravização por 38 anos. Ela era beneficiária de uma pensão no valor de 8,4 mil reais, que foi utilizada, na prática, roubada, pela família de escravizadores Milagres Riqueira por mais de 15 anos para pagar faculdade da filha³⁰ da família.

Durante décadas, movimentos de mulheres negras lutam para garantir um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), para assegurar aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas do país, direitos e deveres. Ao se debater a importância de uma lei que dá garantias trabalhistas para esta categoria, se gera um ruído na sociedade entre os empregadores: “as domésticas vão acabar!”. Não, as domésticas não vão acabar! Infelizmente, porque estão envoltas em uma multiplicidade de opressões que lhes deixam reféns de um trabalho historicamente desvalorizado e associado à escravidão (DANTAS, 2016). Todo esse barulho não passa de uma falsa preocupação da classe média, que se viu vitimizada a ter que realizar o próprio trabalho doméstico, ou melhor:

O argumento de que o emprego doméstico iria acabar foi bastante disseminado nas mídias quando da aprovação da PEC das domésticas em 2012 e posterior Lei 150 em 2015, em que foi associado o aumento do custo do trabalho à possibilidade de grande desemprego, que geraria um problema social maior por deixar um grupo grande de mulheres sem alternativas de trabalho (DANTAS, 2016, p. 456).

Muitos deles julgaram não ser necessário que a pessoa que presta serviço em sua residência tenha uma formalidade empregatícia à sua disposição, em formato de lei. Por existir um costume em atribuir as trabalhadoras como sendo “parte da família”, os empregadores não veem necessidade de assinar suas carteiras de trabalho.

²⁹ Empregadora é condenada por manter mulher em trabalho doméstico análogo à escravidão por 35 anos na Bahia. Por **G1 BA**, 16 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/10/empregadora-e-condenada-por-manter-domestica-em-trabalho-analogo-a-escravidao-por-35-anos-na-bahia.ghtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

³⁰ FARINELLI, Victor. Pensão de mulher escravizada por 38 anos foi usada pelos patrões para pagar faculdade da filha. **Revista Fórum**, 3 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/pensao-de-mulher-escravizada-por-38-anos-foi-usada-pelos-patroes-para-pagar-faculdade-da-filha/>>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

Mas o debate não fica só entre empregadores e toma proporções políticas, com consequências graves para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos. É o caso, posto em questão, pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, na época deputado federal do estado do Rio de Janeiro:

Assinalamos, igualmente, que Jair Bolsonaro, então deputado federal no período, foi o único a votar contra a “pec das Domésticas” em 2013, assumindo claramente o discurso de que os dispositivos da lei resultariam em maiores gastos para os empregadores. Essa informação mostra-se relevante, uma vez que as políticas governamentais atuais não seguem com as mesmas perspectivas de inclusão legislativas de governos anteriores, dificultando ainda mais o acesso amplo de direitos para essas trabalhadoras (KREIN, 2018; MARCELINO & GALVÃO, 2020 *apud* ACCIARI, ARAÚJO e MONTICELLI, 2021, p. 153).

A articulação feita entre a elite política deste país em torno dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos não é novidade, assim como não é novo que este trabalho se arraste pela história brasileira como herança escravocrata.

Sendo possível relacionar com a situação atual provocada pela Covid-19, Camillia Cowling (2020) apresenta em sua pesquisa³¹ que, logo que a elite brasileira percebeu que a abolição da escravatura era uma realidade, entrou em desespero. Foi instaurado um “pânico total” e a casa-grande não poderia deixar isso ocorrer, pois estavam preocupados com o trabalho doméstico. Com a suposta liberdade da população negra escravizada, quem ia executar este tipo de serviço em suas casas? “Podem acreditar, não pensem que estavam preocupados/as com um projeto político educacional para inserir essa população na sociedade. Nunca estiveram! Queriam saber, quem, agora, iria limpar a privada, preparar a comida e cuidar de seus herdeiros/as” (COWLING, 2020).

A pandemia de covid-19, gerou uma crise econômica e social que impactou milhares de pessoas no mundo inteiro. No Brasil, a elite que voltava de suas viagens de passeio à Europa, trazia o vírus que se espalharia rapidamente no país. O cenário era incerto, principalmente por viver num país hostil com o povo estando ainda mais pobre. Se a austeridade fiscal já era uma realidade, com a pandemia ela se escancarou fortemente. Como sobreviver em meio a uma crise sanitária sem emprego e renda? Quem teria que sair de casa pra enfrentar a pandemia e quem poderia ficar? E ficar em casa de que forma? A partir disso, a oposição ao governo Bolsonaro, começa a cogitar um auxílio emergencial para que a população pudesse se manter em casa, minimamente, durante o período de isolamento social. Os únicos profissionais que deveriam

³¹ Artigo publicado no livro *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*/ Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias, Flavio Gomes (orgs.). São Paulo: Selo Negro, 2012.

continuar trabalhando seriam aqueles das áreas da saúde, transporte, redes de supermercados, polícias e serviços afins. Tais profissões são consideradas essenciais para a manutenção da sociedade. No meio disto, acendeu-se um debate acerca do que é um trabalho essencial. Isto porque muitos trabalhadores e trabalhadoras domésticas não foram dispensadas por seus empregadores, para cumprir o isolamento social em casa. O prefeito de Belém/PA, Zenaldo Coutinho, foi contra o entendimento nacional e incluiu o trabalho doméstico como essencial durante a pandemia. “Esta decisão teve como base um decreto estadual assinado pelo governador do Pará, Hélder Barbalho”³².



Figura 3 - Print Twitter Zenaldo Coutinho

Tal resolução aconteceu em maio de 2020, ainda que, quando o primeiro caso de morte por coronavírus foi dado no Rio de Janeiro, em março do mesmo ano, tenha atingido fatalmente uma trabalhadora doméstica negra.

Cleonice Gonçalves, 63 anos, foi infectada por seus patrões. Contudo, os empregadores de Cleonice, testando positivo para covid, não a dispensaram para fazer quarentena, o que levou a contaminação da trabalhadora. Em outras palavras, como disse Leonardo Sakamoto (2020)³³,

³² SANDES, Arthur: Coronavírus: Belém vai contra entendimento nacional e inclui domésticas como essenciais. UOL. São Paulo. 05 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/06/belem-inclui-domesticas-entre-servicos-essenciais-durante-lockdown.htm>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

³³ SAKAMOTO, Leonardo: Coronavírus: Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia. UOL. 06 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2020/05/06/coronavirus-brasil-mostra-que-e-projetado-para-matar-pobre-em-pandemia.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

não a reconheceu como ser humano. Diferente de seus patrões recém-chegados da europa, moradores do Leblon, com acesso a um plano de saúde, Cleonice, que já possuía comorbidades, não resistiu ao vírus letal.

Assim como Cleonice Gonçalves, muitas trabalhadoras domésticas contraíram o vírus de seus empregadores por não ter a chance de ficar em casa. Seu caso, por ser o primeiro registrado no estado do Rio de Janeiro, como escreveu Fernanda Costa (2020) ao Jornal da Universidade, da UFRGS, ganhou repercussão nacional e internacional de diversos veículos. Dentre eles, no The New York Times, com o título *“A brazilian caught coronavirus on vacation. Her maid is now dead”*³⁴ (Uma mulher pegou coronavírus nas férias. A ‘empregada’ dela agora está morta, em tradução livre).

Um ano depois, vem à tona mais um caso em que a trabalhadora, por necessidade, se expõe a covid, na casa de seus patrões. Ilustro este caso com dois prints, feitos por mim, na minha pesquisa nas redes sociais. Como podemos ver abaixo:



Figura 4 – Thiago Soares. Fonte: Instagram @elaesoababa 2021

³⁴ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-rio-idUSKBN21B1HT>

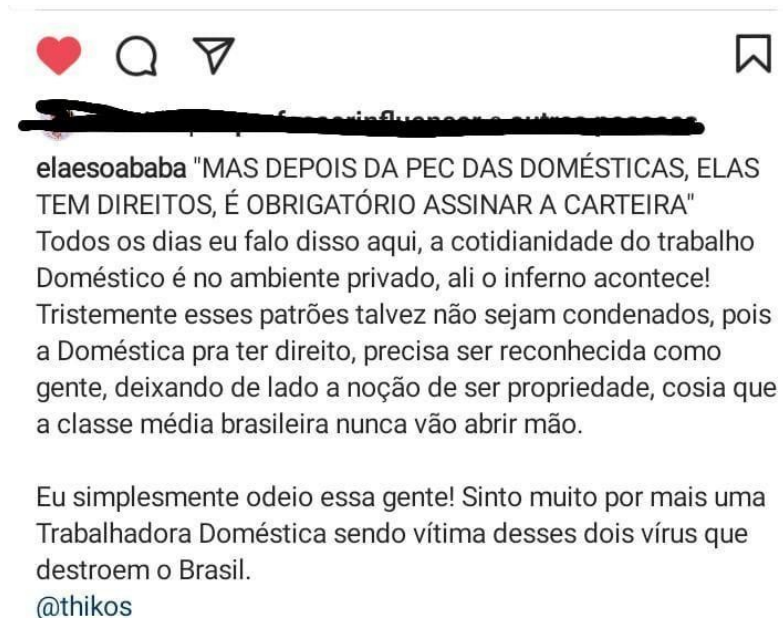


Figura 5 – PEC das Domésticas. Fonte: Instagram @elaesoababa 2021

Os *prints* acima são da conta do Instagram @elaesoababa da historiadora, ativista e ex babá, Janaína Costa, onde ela comenta o caso da trabalhadora referida no *Tweet* de @thikos. Nele Janaína aponta como o trabalho doméstico ainda é tratado como herança da escravidão, bem como observa a desumanidade que atinge estas mulheres. Ela, ainda, direciona seu ódio à “essa gente”, que vitimiza duas vezes a trabalhadora. Acredito que pela transmissão da covid e pelo racismo: “os dois vírus que destroem o Brasil”.

A pandemia chega ao Brasil para revelar as desigualdades pré-existentes, principalmente quando se fala de pretos e pobres. Quando o uso de máscaras é obrigatório, com base nas orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde), máscaras estavam caindo e revelando o abismo racial brasileiro: fica explícito que não estamos todos no “mesmo barco”, muito menos que o vírus é democrático. Que democracia seria capaz de criar opções de UTIs aéreas, bem como disponibilizar um clube exclusivo para pessoas super ricas passarem a quarentena,³⁵ enquanto os pobres se amontoavam em seus minúsculos casebres? Como se isolar em casa num contexto de pobreza como este?

A explosão de casos de negros que eram hospitalizados ou morriam por covid-19 escancarou as desigualdades raciais no Brasil, foi o que uma pesquisa bastante lúcida feita por uma agência de jornalismo investigativo, a *Pública*, divulgada em maio de 2020, constatou. Na

³⁵ BRISO, Caio Barreto e PHILLIPS, Tom: Brazil’s super-rich and the exclusive club at the heart of a coronavirus hotspot. *The Guardian*. Rio de Janeiro, 04 apr, 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/04/brazils-super-rich-and-the-exclusive-club-at-the-heart-of-a-coronavirus-hotspot>>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

época a pesquisa³⁶, revelava que “entre negros, há uma morte há cada três hospitalizados por SRAG³⁷ causada pelo coronavírus, já entre brancos há uma morte há cada 4,4 hospitalizações”.

Outra notícia que me chama bastante atenção, neste período pandêmico, é a que envolve o empresário da XP Investimentos, Guilherme Benchimol, quando declarou que o Brasil “está bem” no combate à pandemia. Benchimol foi cruel ao afirmar que “o pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta. E que o desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo”³⁸. O “processo todo”, no qual se refere o empresário seria o de normalizar a economia. A preocupação era quando o coronavírus atingia os mais ricos, quando ele começa a se espalhar pelas favelas, é o momento ideal para enfrentarmos o “novo normal”. Vale lembrar que o vírus chega ao país através dos ricos, recém-chegados de suas afortunadas viagens à Europa, e que a população mais pobre “nunca parou” de trabalhar.

Quando ouvimos frases como, “a Indústria está na UTI”, ou “haverá mortes de CNPJs”, é onde se revelam os sinais de desespero das elites brasileiras, frente à crise econômica. O próprio ex-ministro da economia, Paulo Guedes, em várias falas³⁹ demonstrou a indiferença ao povo mais pobre do país. Como fica exemplificado na fala do ex-ministro da saúde Henrique Mandetta, para explicar o barulho contra o isolamento social por parte da elite: “Só quem está gritando é a Casa-Grande, que vê o dinheiro do engenho cair. A Casa-Grande arrumou o quarto dela, a despensa está cheia. Tem o seu próprio hospital. Lamenta muito o que está acontecendo, mas quer saber quando o engenho vai voltar a funcionar”, disse ele à Folha de São Paulo.

Outro impacto importante da pandemia no trabalho doméstico foi a perda expressiva de postos de trabalho, cerca de 1,2 milhão, segundo IBGE⁴⁰. Neste contexto, muitas trabalhadoras

³⁶ Em duas semanas, números de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil: Levantamento da Pública mostra que mortes e hospitalizações de pretos e pardos sobem mais que em brancos; em São Paulo, recordes de mortes ocorre onde população negra é maior. Por Bianca Muniz, Bruno Fonseca e Rute Pina. 6 de maio de 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em 10/05/2020.

³⁷ A síndrome respiratória aguda grave (SRAG) é uma complicação respiratória e uma das manifestações mais típicas de quadros graves de covid-19. *Ibidem*.

³⁸ FRANCO, Bernardo Mello: Aflições da Casa-Grande. 10 de maio de 2020. **O Globo**. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/aflicoes-da-casa-grande.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo&fbclid=IwAR3-rymKIQeN6bUKTlCY0BN1HYFZ3qfVtF14jpnxylG4y3MPI2JgEBF3BQ>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

³⁹ Contra a fome, Paulo Guedes quer que pobres comam restos dos restaurantes. **Por Jornalistas Livres**. 18 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/contr-a-fome-paulo-guedes-defende-que-os-pobres-comam-restos/>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

⁴⁰ Brasil perde mais de 1,2 milhão de postos de trabalho doméstico em três meses, aponta IBGE. **Themis**. Disponível em: <<http://themis.org.br/brasil-perde-mais-de-12-milhao-de-postos-de-trabalho-domestico-em-tres-meses-aponta-ibge/>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

foram dispensadas sem remuneração, e aquelas que não possuíam garantias de carteira assinada, também foram afetadas.

Em um momento em que se popularizou a *hashtag* “fica em casa”, milhares de diaristas e até mesmo mensalistas⁴¹ não tiveram a mesma “oportunidade”. Choveu críticas aos famosos nas redes sociais que, ao *taguear* #ficaemcasa, mostravam o abismo social que suas residências representam. Muitos moram em mansões, e sabemos quem desempenha o papel do cuidado nestes lugares, um dos motivos pelos quais a elite não tenha dispensado suas trabalhadoras domésticas. Quem iria fazer a limpeza, a comida e cuidar das crianças? Abaixo podemos ver, mesmo que sem muita qualidade na parte descritiva dos cômodos, a planta de um apartamento, no prédio de luxo de Sarí Corte Real e sua família.



Figura 6 - Planta de um apartamento no prédio de luxo de Sarí Corte Real. Fonte: Jornalistas Livres, 2020⁴²

Rapidamente familiares de trabalhadoras domésticas, principalmente seus filhos e filhas, lançaram uma “Carta Manifesto”⁴³ que incentivava a “dispensa remunerada” de suas

⁴¹ Trabalhadoras domésticas que prestam serviço a partir de três vezes por semana.

⁴² Miguel: quantos como ele correm perigo nas casas das patroas de suas mães? Por Jornalistas Livres, 04/06/2020. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/miguel-quantos-como-ele-correm-perigo-nas-casas-das-patroas-de-suas-maes/>>. Acesso em 15/09/2021.

⁴³ OLIVEIRA, Carolina: Filhos de empregadas domésticas lançam manifesto pelo direito à quarentena das mães. **Brasil de Fato**, 20 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/20/filhos-de-empregadas-domesticas-lancam-manifesto-pelo-direito-a-quarentena-das-maes/>>.

mães. A campanha também contava com um abaixo assinado e pedia doações da sociedade civil, para que trabalhadores e trabalhadoras domésticas pudessem garantir o direito de ficar resguardadas do vírus. Outra importante campanha foi lançada pela Themis⁴⁴ em parceria com a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas): “Essencial são os nossos direitos”, que lutou pela garantia do direito ao isolamento social sem prejuízo salarial. No site, é possível encontrar diversas informações importantes sobre o impacto de tornar essencial um trabalho que pode ser realizado por cada um e cada uma que vive em sua própria residência, principalmente durante o isolamento na pandemia. Questões pertinentes são feitas, através da campanha:

A recente alta perda de postos de trabalho, as mortes emblemáticas de trabalhadoras domésticas cujo isolamento social não foi resguardado, aliadas ao histórico de baixa remuneração e alta informalidade da profissão fazem a categoria questionar nesta campanha: O que a sociedade brasileira considera essencial quando o assunto é trabalho doméstico? A saúde e a dignidade das trabalhadoras ou a disponibilidade do serviço a qualquer custo? (THEMIS, 2020⁴⁵.)

No caso do print abaixo, se a família confinada em casa, isolada durante o lockdown, tivesse arrumado sua própria bagunça não haveria que se preocupar com uma possível infecção por parte da trabalhadora

⁴⁴ A THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre (RS/Brasil). Fonte: **Site Themis**. Disponível em: <<http://themis.org.br/somos/historia/>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

⁴⁵ Disponível em: <http://essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br/> Acesso em 20 de setembro de 2021.

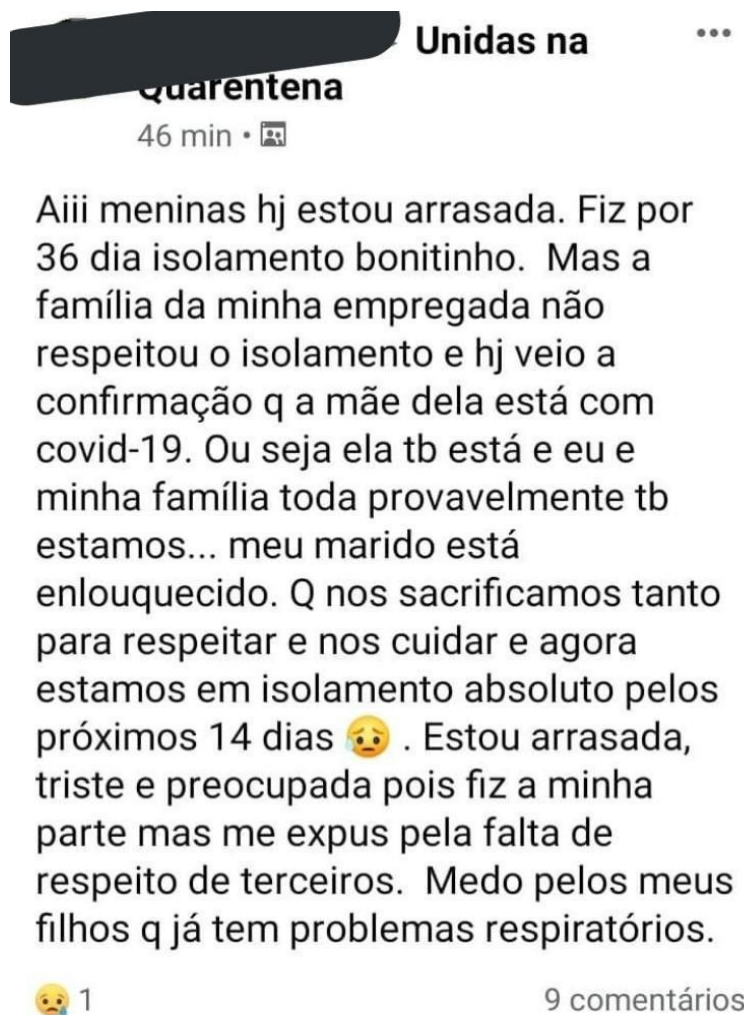


Figura 7 – Print – Unidas na Quarentena. Fonte: *Twitter @andrezadelgado*. 21/04/2020.

Por isso, a importância do presente trabalho em analisar o papel de *agência* circunscrito no cotidiano destas trabalhadoras brasileiras, significando um *agente* como um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses e, a *agência*, a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana (ASANTE, 2009). Um desses recursos, que viabiliza a agência das trabalhadoras domésticas, é o campo de atuação política das redes sociais digitais. Neste sentido, procuro analisar como o racismo foi combatido como sintomática que caracteriza a “neurose cultural brasileira”, bem como sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1980, p. 224).

A internet, contudo, também é um campo fértil para que o racismo se estabeleça. *Racismo algorítmico*, como é conhecido, pode colocar influenciadores digitais e ativistas negros, à margem do que se busca nas redes, como explicita Silva (2020), no artigo *Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em códigos*:

Buscadores de informação, websites e imagens são uma tecnologia essencial para o uso contemporâneo da internet por pessoas comuns e profissionais. Em grande medida, indicadores mostram que a maior parte das pessoas não navega por muitas páginas, focando nos primeiros resultados. Portanto, a ordem dos resultados — definida algoritmicamente — tem papel relevante na reprodução de representações e acesso a informações consoantes ou dissonantes de olhares hegemônicos ou contra-hegemônicos (SILVA, 2020. p. 132).

Por isso, a ideia de utilizar *prints* e imagens retiradas de páginas de pessoas negras, nas redes sociais, a fim de mostrar seus ativismos na internet. Porque é a partir de leituras que seus perfis compartilham, que descobrimos como se deu todo o caso de Miguel, apoiado no que diz a própria Mirtes, através de suas redes sociais digitais.

1.4 Apresentação da estrutura da dissertação

No primeiro capítulo, analisaremos como a pandemia impactou o trabalho doméstico, através da centralidade no caso de Miguel Otávio Santana da Silva. Miguel, 5 anos, morreu, ao cair do 9º andar de um prédio, após ser abandonado no elevador pela patroa de sua mãe, Sarí Gaspar Côrte Real. Mirtes Renata de Souza, mãe de Miguel, é a trabalhadora doméstica que prestou serviços à Sarí e sua família, por quatro anos. Mirtes continuou indo trabalhar mesmo durante a pandemia da Covid-19, pois não foi liberada por seus patrões.

No dia 2 de junho de 2020, Mirtes teve que levar Miguel para o trabalho. Quando ela leva o cachorro da patroa para fazer suas necessidades, deixa seu filho sob a responsabilidade de Sarí. A questão central neste capítulo é a discussão sobre como o racismo impacta as infâncias de forma distinta.

No segundo capítulo, abordaremos alguns exemplos, do período escravocrata brasileiro, onde diversas formas de agência de pessoas escravizadas possibilitaram que estas pudessem resistir ao cotidiano da escravidão. E, sobretudo, fossem protagonistas da abolição. Tal feito se mostrará presente nesta seção, atualmente, através das experiências dos ancestrais que atuaram no passado agindo em sua própria defesa, em busca de outros destinos.

Daremos relevância à questão da *agência* de Mirtes Renata de Souza, frente à brutal perda de seu filho Miguel. Veremos como as mães conseguem transformar o luto em luta por justiça. Neste capítulo, utilizaremos o papel das redes sociais no combate ao racismo, através de alguns *prints* retirados da internet. A partir do robusto material jornalístico, das redes sociais de ativistas negros e negras, bem como de pessoas anônimas, tentarei responder às seguintes

questões: como este caso foi pautado nos jornais, na grande mídia e nas mídias digitais? Quais as diversas posições do debate sobre a morte da criança, e como elas se apresentam?

No terceiro capítulo, refletiremos sobre a *branquitude* e sua relação com trabalho doméstico. Nesta parte, discutiremos como as pessoas brancas se utilizam da *fragilidade branca*, conceito cunhado por Robin DiAngelo (2018) para descrever comportamentos defensivos e autocomplacentes de pessoas brancas quando confrontadas com seu próprio racismo. Também conversaremos sobre os “pactos narcísicos da branquitude”, conceito cunhado por Maria Aparecido Silva Bento (2002), com o qual a autora descreve o modo como pessoas brancas protegem o seu próprio grupo racial, tanto no cotidiano, quanto no Judiciário brasileiro, não só no caso de Miguel, mas em outros, também importantes, casos de injustiça.

2 “QUANTAS MÃOS ‘EMPURRARAM’ MIGUEL?”⁴⁶

É preciso um vilarejo inteiro para cuidar de uma criança.

Provérbio Africano

“Ela confiava os filhos dela a mim e à minha mãe. No momento em que confiei meu filho a ela, ela não teve paciência para cuidar, para tirar (do elevador)”⁴⁷. Essa frase foi dita por Mirtes Renata de Souza, numa entrevista aos meios de comunicação, sobre a morte de seu filho Miguel, 5 anos.

No presente capítulo proponho expor a inquestionável desumanidade no caso de Miguel Otávio Santana da Silva, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata de Souza. Miguel morreu ao cair do 9º andar de um prédio de luxo em Pernambuco, depois de ter sido abandonado num elevador pela patroa de sua mãe, Sarí Gaspar Côrte Real. Mirtes Renata passeava com o cachorro da patroa para que este fizesse suas necessidades, enquanto Sarí fazia suas unhas (com uma manicure) no apartamento. Mirtes, que continuava trabalhando em plena pandemia global, teve que levar seu filho, — uma realidade para muitas trabalhadoras domésticas —, num momento em que as creches e escolas estavam fechadas. O caso do abandono de Miguel pela

⁴⁶ MAEDA, Patrícia; MAIOR, Jorge Luiz Souto: Quantas mãos “empurraram” Miguel? 05 de jun. de 2020, Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/quantas-maos-empurraram-miguel>>. Acesso em 21 de setembro de 2020.

⁴⁷ Esse depoimento foi vinculado vários veículos e você acessá-lo em alguns destes aqui: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/confiei-meu-filho-ela-que-nao-teve-paciencia-para-cuidar-diz-mae-do-menino-miguel-sobre-patroa-24462867.html>; <https://www.metropoles.com/brasil/confiei-meu-filho-a-ela-diz-mae-de-menino-morto-ao-cair-do-9o-andar>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-04/morte-de-crianca-negra-negligenciada-pela-patroa-branca-de-sua-mae-choca-o-brasil.html>. Acesso em 20 de setembro, 2021.

patroa, quando esta deveria ter liberado Mirtes para cumprir quarentena remunerada, expõe de forma gritante o funcionamento do Racismo brasileiro com relação às trabalhadoras domésticas. País este que se articulou — durante a pandemia — para tornar o trabalho doméstico essencial, porque a patroa branca “não pode ir pra uma pia lavar um prato, não pode ficar na beira do fogão pra não desmanchar as unhas, deixar o cabelo com cheiro de gordura”, nas palavras da própria Mirtes⁴⁸.

Este episódio de racismo foi muito bem associado a um caso de supremacia branca, pela historiadora Luciana da Cruz Brito, numa entrevista concedida por ela a BBC News Brasil (2020)⁴⁹. O caso da morte do menino Miguel, que ocorreu uma semana após a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, não teve a mesma comoção nas redes sociais. Para a historiadora, “ainda precisamos ser pautados pelos Estados Unidos porque queremos acreditar no mito de que vivemos numa democracia racial. É mais fácil olhar para lá e dizer: ‘graças a Deus aqui não é assim’. Mas aqui é assim, sim”⁵⁰.

Uma questão de fundamental importância que se coloca no caso de Miguel é a forma como Sarí o tratou quando estava sob sua guarda. Em nenhum momento a patroa pegou no braço da criança, impedindo que ela entrasse no elevador. Nas palavras da própria Sarí, quando questionada por que ela não puxou Miguel, ela responde: “não me senti segura pra isso”. Dessa forma, Miguel foi tratado como uma pessoa capaz de responder sozinha por seus atos. Durante o segundo depoimento do caso Miguel, no dia 15 de setembro de 2021, uma das testemunhas ouvidas, nas palavras de um dos advogados de Mirtes, buscou “demonizar o menino”. A testemunha da defesa relatou que “a criança era diferente de outras crianças, no sentido de um comportamento mais rebelde do que o esperado”, Mirtes Renata (2021). O advogado prossegue:

(...) como se tivesse ali um patamar em que Miguel tivesse sido excessivo. E que também Miguel sofreria de uma criação abusadora, ao mesmo tempo colocando a responsabilidade em Mirtes e em Marta, no sentido de serem péssimas mães e péssimas avós, incapazes de criar Miguel. O depoimento dessa primeira testemunha foi basicamente nesse sentido, até porque era uma pessoa que convivia com Miguel apenas um curto período, enquanto ele estava em Tamandaré” (MIRTES RENATA, 2021)⁵¹.

⁴⁸ GALVANI, Giovanna. Mirtes Renata: ‘Não pude viver o luto por Miguel’. **Carta Capital**, 9 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mirtes-renata-nao-pude-viver-o-luto-por-miguel/>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

⁴⁹ COSTA, Camila: Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra ‘como supremacia branca funciona no Brasil’, diz historiadora. Por Camila Costa, **BBC News Brasil** em Londres, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

⁵⁰ *Idem*, 2021.

⁵¹ Coletiva de imprensa. Instagram: @mirtesrenata. Disponível em <https://www.instagram.com/tv/CT2bOGgFWZQ/> Acesso em 15 de setembro de 2021

Miguel, no depoimento acima citado, teve sua infância desrespeitada e foi culpabilizado por sua própria morte. Além da criação dada a ele, por sua mãe e avó, ter sido questionada.

Um dos comentários mais recorrentes, por exemplo, nas redes sociais, sobre o caso do menino Miguel, é o questionamento: “e se fosse o contrário? Se fosse a trabalhadora doméstica que tivesse abandonado o filho da patroa? Mirtes já estaria presa”. Questões pertinentes para se trazer à luz, porque envolve sobretudo a impunidade como resolução dos crimes cometidos pela elite branca brasileira. Expõe-se assim, o racismo jurídico brasileiro e sua “dupla justiça”, uma para brancos e outra para pretos. Num país que empodera seus racistas, é difícil imaginar uma patroa branca e rica sendo presa, mesmo por um crime previsto no código penal: abandono de incapaz resultado morte⁵².

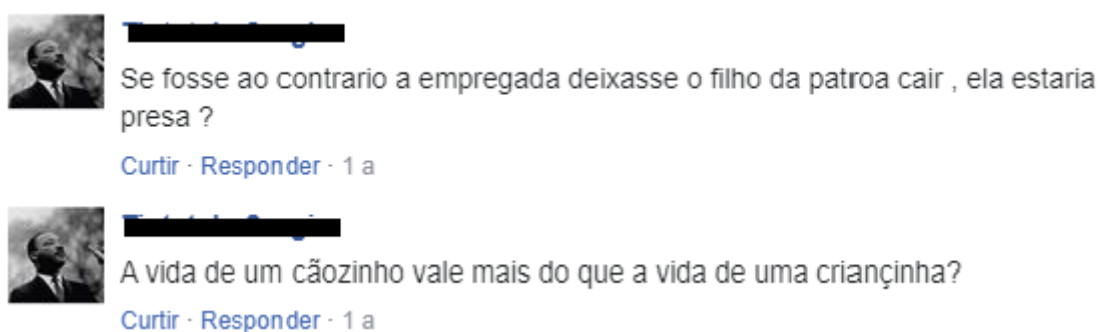


Figura 8 - *Print* – Comentários. Fonte: Internet

Durante entrevista, concedida a mim por Mirtes, ela trata sobre isso, quando diz que vem mostrando

À sociedade essa questão da diferença de classes sociais, de raça, mostrando à sociedade que infelizmente o judiciário, que as leis são atribuídas às pessoas de forma diferente, de acordo com classe e raça, que é o que vem acontecendo hoje comigo, porque é o caso de uma criança negra (Entrevista).

Mirtes tem muita consciência do motivo da não resolução de seu caso: “*E isso fica bem evidente do racismo dentro do judiciário, porque é um caso de uma criança negra*”. Ela repete várias vezes, que o funcionamento dessa instituição é pautado no racismo antinegro. E que a mesma, reserva, às mães negras e pobres, esse local do esquecimento e da impunidade, quando se trata da morte de seus filhos.

⁵² CP Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Artigo 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono: § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão de quatro a doze anos. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10623490/paragrafo-2-artigo-133-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940/jurisprudencia>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

Sarí Corte Real disse na referida audiência que amava Mirtes e sua mãe, Marta. E que ambas estavam sendo ingratas com ela. Também disse estar sendo perseguida pela imprensa, o que para ela é injusto, já que a própria considera ter feito muito por Mirtes e sua mãe.

Quando Sarí diz que agora “vive no psiquiatra”, ou que “está sendo perseguida”, o sentimento de que Mirtes era bem tratada, como da “família”, anteriormente à morte de Miguel, é desintegrado e passa a dar espaço a sentimentos de “culpa” e “ansiedade”, podendo ser transformados em “medo e raiva contra negros que agora são acusados de ser fontes de mal-estar emocional” (BENTO, 2002).

Infelizmente o caso de Mirtes Renata não é um caso isolado, quando se trata de uma cobrança de gratidão. Na verdade, trata-se de um fato sócio-histórico no Brasil. Luiza Batista (2021) afirma que o trabalho doméstico é herança direta da escravidão. Depois da Lei Áurea, o povo negro simplesmente foi expulso das casas, sem nenhuma reparação. Resultando nos bolsões de pobreza, as comunidades periféricas. Sem emprego para todos, muitos pediam para continuar nas casas-grandes e se tornaram escravos da gratidão (BATISTA, 2021)⁵³.

Não bastasse a morte de seu filho, Mirtes ainda foi acusada de ingratidão pela ré. Nesse caso, nota-se que quando uma trabalhadora doméstica reivindica seus direitos, é considerada “atrevida”, ingrata (LOPES, 2021). Para a patroa branca a vida do filho da trabalhadora não tem valor, visto que pode ser trocada por gratidão. A mesma patroa que é responsável pela morte de uma criança, porque a considerou “difícil”, e não tem paciência em lidar com ela. “Só porque, quando viajava pro exterior trazia um agrado ou outro? Aí a vida do meu filho vale esses agrados?” (SOUZA, 2021). Sarí chegou a afirmar que não teve como controlar a teimosia de Miguel e por consequência disso ele ficou sozinho no elevador. O mais chocante é que existem provas de que a patroa abandonou a criança, de que ela tem culpa, pois está periciado, filmado, comprovado, havia culpa. Em momento algum Sarí toca em Miguel para impedi-lo de sozinho fazer o que ele queria: encontrar sua mãe, o que demonstra uma total indiferença a respeito da segurança da criança. Se fosse uma criança branca a patroa a teria abandonado?

Mirtes ainda teve a condução da criação de seu filho posta em questionamento, o que leva a culpabilização da vítima, no caso de Miguel - uma criança de 5 anos de idade. Para Mirtes:

⁵³ 27 de abril - Dia da trabalhadora doméstica - “Não queremos ser da família”, diz Luiza Batista, presidenta da FENATRAD. **FENATRAD**, Abr. de 2021. Disponível em: <<https://fenatrad.org.br/2021/04/27/27-de-abril-dia-da-trabalhadora-domestica-nao-queremos-ser-da-familia-diz-luiza-batista-presidenta-da-fenatrad/>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

Querem de alguma forma tirar a culpa dela e ainda querer colocar em mim, questionando a minha educação, a educação que eu dava ao meu filho e que minha mãe dava. Ele fala (testemunha de defesa) de uma forma como se eu fosse a pior mãe do mundo, se eu fosse a pior mãe do mundo eu não estaria aqui, lutando pra que ela seja responsabilizada pela morte de meu filho. (MIRTES RENATA, 2021)⁵⁴.

Durante as atualizações sobre o caso de Miguel, temos observado que não só a criação dada por Mirtes é posta em questionamento, mas também a de sua mãe, Marta. Ambas trabalhavam na casa da família Corte Real, logo a avó do menino é citada durante as audiências. Acredito que para reafirmar que famílias negras e pobres não tem “boa” educação, que são incapazes de dar bom exemplo às crianças. Importante trazer Marta (avó de Miguel), ao texto para demonstrar como se dá a relação dela com a filha, quando falamos de trabalho doméstico no Brasil. Mirtes me relata o seguinte:

Eu e mainha trabalhava juntas como empregada doméstica. Comecei a trabalhar de empregada doméstica através de minha mãe, que já trabalhava antes e, como eu não tava conseguindo emprego noutras áreas, aí surgiu essa oportunidade. Primeiro eu comecei fazendo faxina, depois eu comecei a trabalhar como empregada doméstica. (MIRTES, 2021).

Durante esse relato me veio a história de Preta Rara, que assim como Mirtes, também trabalhou como doméstica, bem como sua mãe e avó. Rara conta a história de como começou a realizar serviços de diarista, em seu livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019), ela conta como foi informar à sua mãe sobre a possibilidade de fazer faxinas

Cheguei em casa e contei pra minha mãe. Ela ficou muito triste e disse que poderia fazer faxina aos domingos (único dia de folga dela) para que eu não fosse trabalhar em casa de família. Eu disse que não, pois ela já andava muito cansada e que eu iria sim, pois precisava daquele salário e já era maior de idade (PRETA-RARA, 2019, p.23).

A realidade de muitas mulheres negras é ilustrada nessa conversa entre mãe e filha. Como Preta Rara (2016), relatou em uma conferência ao TEDx São Paulo⁵⁵: "foram os piores sete anos da minha vida". A herança escravocrata permeia a sociedade brasileira, não como um fantasma do passado, mas como uma assombração do presente. Que está almoçando e jantando em milhares de lares deste país, nesse momento. Não é raro os casos que o Ministério Público do Trabalho - MPT- revela sobre pessoas resgatadas da escravidão, nos dias de hoje. No ano de

⁵⁴ Coletiva de imprensa. Instagram: @mirtesrenata. Disponível em <https://www.instagram.com/tv/CT2bOGgFWZQ/> Acesso em 15 de setembro de 2021

⁵⁵ **Eu, empregada doméstica.** Rara, Preta, 2017. TEDx São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_d_n-z3s8Lo. Acesso em 21 de setembro de 2023.

2023 o resgate de pessoas em trabalho similar à escravidão cresceu 290%⁵⁶ no estado da Bahia, nossa pequena África. Contamos com o que as mídias jornalísticas trazem à tona, mas é seguro que há subnotificação desses casos.

Mirtes, durante a entrevista, comenta como sua família, em especial sua mãe, tem sido uma rede de apoio importante para lidar com a perda do filho. Ela diz que “mainha tá sendo a minha fortaleza, mainha é quem tá me dando forças aqui pra eu poder continuar”. Porque Marta também sabe como é sentir a dor de perder um filho, “mainha já passou pelo que passei hoje”. Nas palavras de Mirtes

Mainha perdeu meu irmão, meu irmão foi assassinado já faz 16 anos, né mainha? Acho que ela tá no quarto. Já tá entre 15 e 16 anos já, que meu irmão foi assassinado, e minha mãe sofreu muito, minha mãe sofreu muito com a morte do meu irmão, e infelizmente ela não tinha muitas informações como eu tenho hoje, quando tenho. Infelizmente minha mãe não pôde lutar por justiça. Minha mãe tinha tudo pra se acabar, sabe? Pra se entregar mesmo à depressão, tudo mais, mas mainha tinha à mim, ainda pra criar, então ela levantou a cabeça e ficou do meu lado, me fortalecendo, não me deixou cair, em nenhum momento ela me deixou só, não me deixa cair, então minha mãe é uma pessoa muito importante na minha vida. (MIRTES)

Este relato de Mirtes mostra a força que existe dentro das famílias negras, mesmo que o racismo tenha tido êxito em nos separar, em “dividir para conquistar”, aqui vemos o quão a família ainda tem um valor importante para a nossa comunidade. Marta poderia ter sucumbido, mas pensou na filha. Mirtes poderia ter desistido, mas tem a sua mãe como o maior exemplo de superação que um ser humano pode ter: enterrar um filho jovem, e seguir vivendo para cuidar de outra criança. Este ciclo de dor a que estamos submetidos é uma prisão para quem não tem com quem contar, para quem está desacreditado na lisura das instituições, para quem “tinha muito o que perder” e agora não tem “o que perder, porque... é, porque o bem mais precioso na minha vida eu perdi, que foi o meu filho”. E mesmo assim vê na mãe a figura que teimou em continuar. Marta é para Mirtes o exemplo de “fortaleza” e superação. Mirtes continua lutando não só pela memória de seu filho Miguel, mas pela sua mãe, que é viva, e pelo seu irmão que se foi. O maior legado da continuidade e do respeito aos seus ancestrais, aos seus mais velhos e mais novos. Mesmo num projeto que visa nos desumanizar, nos aniquilar, nós com as armas que temos, brigamos por justiça. Desde que os primeiros de nossos ancestrais pisaram nestas terras, como muito bem nos diz AZIZA e NJERI (2020):

⁵⁶ **Resgate de pessoas em trabalho similar à escravidão cresceu 290% na Bahia em quatro anos.** Por G1 BA, 24/03/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/24/resgate-de-pessoas-em-trabalho-similar-a-escravidao-cresce-em-290percent-na-bahia.ghtml>>. Acesso em 04 de jul de 2023.

homicídio e encarceramento. Todos estes fatores estão ligados à herança maldita da escravidão, bem como com o trabalho doméstico ser exercido pelas mulheres negras, em sua grande maioria.

Há que se nomear esse estado de *maafa*⁵⁸ (ANI, 1994; NJERI, 2020) a que está sendo submetido a comunidade afro-brasileira há séculos. Existe um projeto de sociedade que com base no racismo, através da produção da morte de pessoas pretas, seja física, simbólica, mental ou espiritual produz uma série de problemas que impactam de forma generalizada todos que nela vivem. Um projeto que dita quem pode viver e quem deve morrer.

A infância deveria ser um direito de todas as crianças, mas pelo que percebi as crianças negras são destituídas do direito básico de ser criança. Encarar o Racismo como sistema de poder e não, apenas, como uma estrutura, significa compreender as dinâmicas que ele propõe não somente às mulheres negras, mas aos homens negros e, principalmente, as crianças negras. Não há como separar um povo que existe em sua totalidade, enquanto uma comunidade. E isso nada tem a ver com a falácia de “mitificar África”, ou coisa do tipo, mas incorrer no erro de analisar um povo que já foi brutalmente dividido, colocando-o em várias caixinhas de opressão não vai ajudar a superar o racismo.

Abaixo trago o exemplo de Janaína Costa, ex babá, que cita um dos episódios de um turno de trabalho. Ela trabalhava como babá o fim de semana inteiro na mesma casa, ou seja, dormia, se alimentava⁵⁹ e cuidava incessantemente das crianças. No exemplo do *print* a seguir, ela ainda cita a presença de outra babá, que juntamente com ela trabalhava aos fins de semana, na mesma casa. Vejamos:

⁵⁸ *Maafa* é, desta maneira, o processo de sequestro e cárcere físico e mental da população negra africana, além do surgimento forçado da afrodíaspóra. Este termo foi cunhado por Marimba Ani (1994), e corresponde, em Swahili, à “grande tragédia”, à ocorrência terrível, ao infortúnio de morte, que identifica os 500 anos de sofrimento de pessoas de herança africana através da escravidão, imperialismo, colonialismo, apartheid, estupro, opressão, invasões e exploração. É o genocídio histórico e contemporâneo global contra a saúde física e mental dos povos africanos, afetando-os em todas as áreas de suas vidas: espiritualidade, herança, tradição, cultura, agência, autodeterminação, casamento, identidade, ritos de passagem, economia, política, educação, arte, moral e ética. Desta forma, os africanos sofrem o trauma histórico da sua desumanização e reproduzem as violências, contribuindo - e muitas das vezes facilitando o trabalho - para o genocídio. (NJERI, 2019, p. 07).

⁵⁹ Janaína Costa fala sobre a questão da alimentação, nas casas onde trabalhou como babá, em seu canal do Youtube, no vídeo **Alimentação e empregada doméstica**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MTOZDhpjxCQ>>. Acesso em setembro de 2023.



Figura 9 Junção de quatro *prints*- Fonte: Instagram @elaesoababa, 2023.

Não trouxe o “carrossel” de imagens completo, porque ocuparia um espaço enorme e o que gostaria de demonstrar está presente na sequência acima. Bom, a primeira coisa que observo é a condução dos cuidados se darem por via de duas babás folguistas, ou seja, duas babás trabalham aos fins de semana e outras babás durante a semana (de segunda a sexta-feira), fato que Janaína expõe em suas redes sociais e em seu canal do Youtube. Como ela coloca: “os pais não assumiam a responsabilidade das crianças nem por 1 hora”. A branquitude trata seus próprios filhos como meros acessórios e como seus herdeiros, mas o papel do cuidado é transferido para uma, ou mais, babás para que os responsáveis fiquem com a agenda livre para gerir uma empresa, fazer compras no shopping com seu cachorro na bolsa, se exercitar ao ar livre, ou fazer manicure em casa, como foi o caso de Sarí Corte Real. E o pior, enquanto as trabalhadoras não conseguem sentar pra “descansar enquanto trabalhava lá” ou “nunca conseguiu comer sem ter uma criança gritando”. E ter que revezar o tempo de ir ao banheiro com a outra babá, porque eram engolidas pelas demandas com os cuidados da criança e da casa. A realidade dessas trabalhadoras é esta: são contratadas para um serviço e acabam realizando diversos outros para “valer cada centavo que pagavam”. Como foi o caso de Mirtes, que perdeu seu filho porque teve que descer com um cachorro. Prova latente da ação da supremacia branca brasileira.

2.1 Racismo e infância: “*como um anjo, pendeu as asas para voar*”

Olhei no espelho, Ícaro me encarou

Cuidado, não voa tão perto do sol

Eles num guentam te ver livre, imagina te ver rei

O abutre quer te ver no lixo pra dizer: Ó, num falei?!

Emicida

Sarí, ao negligenciar a necessidade de Miguel em encontrar sua mãe, em momento algum, pega na criança ou permite um contato que seria crucial para retirá-la do elevador, justificando que não se “sentia segura” para isso. Estamos falando de uma mulher adulta e de uma criança. De que tipo de segurança Sarí precisaria para segurar Miguel? Isto marca profundamente este caso, porque se a patroa branca enxergasse em Miguel um ser humano incapaz de cuidar de si mesmo, como ele era, uma criança, teria feito de tudo para garantir sua proteção. Porém, faz o contrário, a abandona, uma criança de 5 anos, que só queria ter encontrado a sua mãe.

Na sociedade brasileira, toda pessoa negra tem uma relação próxima e familiar com o racismo. Esta, por sua vez, começa na tenra infância. Segundo Abramovicz e Oliveira (2010), ao pesquisar uma creche no interior de São Paulo, na educação infantil, o racismo aparece na faixa etária entre 0 e 2 anos, quando os bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado, repugnado ou tratado como “indisciplinado”. Como analisa Njeri (2019):

Já se sabe que a escola é, ainda hoje, uma experiência traumática na vida das pessoas que não se adequam ao padrão ocidental de humanidade. Isto quer dizer, que desde o nosso primeiro contato com o mundo escolar, compreendemos a divisão dos que são mais ou menos humanos. Este fato é relevante, principalmente quando sabemos que oficialmente 54,9% (IBGE, 2014) da população brasileira se autodeclara negra e parda. Isto significa que a educação, direito fundamental, introduz valores opressores e desumanizadoras precocemente na forma de ser e estar de crianças afro-brasileiras (NJERI, 2019. p. 5).

É no âmbito familiar e escolar que vemos surgir o primeiro contato com o preconceito e a discriminação racial. Quando somos negadas ao afeto de nossos familiares ou quando na escola nosso cabelo é ridicularizado, por exemplo. Processos que nos atravessam de forma cotidiana e que ameaçam a formação da nossa personalidade e identidade, seja quando nos achamos feios ou feias, menos amados (as), inferiores, ou quando o racismo nos endurece a tal ponto que desejamos mudar a cor de nossa pele para sermos aceitos(as). “Um corpo negro tende a ser rejeitado segundo uma norma de negação do diferente em relação ao modelo estético de beleza e saúde convencionalmente estipulado como ‘padrão a ser seguido’ (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010, p.219). Dessa forma é pertinente pensar que forjar em crianças e bebês negros uma certa “indisciplina”, serve para que a branquitude justifique, assim, a não proteção e direitos à uma infância plena destas pessoas.

De onde venho, uma comunidade pobre da região metropolitana de Fortaleza, consigo nitidamente perceber o racismo cotidiano (KILOMBA, 2019) dentro e fora de casa. Ainda na infância, cresci ouvindo piadas racistas, no ambiente familiar. Assim como muitas crianças negras da diáspora, fui socializada num espaço em que ser negro era o que havia de mais nefasto. A cor de nossa pele, o nosso comportamento, a maneira como nos projetaram no mundo: burros, mal-educados, sujos, ralé. Contudo, não consigo imaginar, qualquer mulher daquela periferia em que cresci, deixando uma criança à própria sorte, num elevador, correndo risco de vida. A única imagem que me vem à cabeça é a de minha mãe, tia, irmã mais velha, primas, ou vizinhas, retirando de forma brusca, pegando pelo braço, impedindo rapidamente

que o menino Miguel ficasse sozinho. Necessário pontuar, que estou falando de mulheres, em sua grande maioria negras, que conviveram boa parte da vida com seus pares numa situação de iguais, mesmo que o racismo atinja de formas diversas cada uma delas. No caso de Sarí, que só conviveu com pessoas negras numa situação de subordinação, é comum que o tratamento que ela oferece para estas pessoas seja o da indiferença, da superioridade, tanto racial, quanto material etc. Pois se eu fui socializada para achar que valia menos, Sarí e seus pares, foram socializados para sentirem-se superiores, melhores, inteligentes, competentes, limpos e belos.

O *print*⁶⁰ abaixo ilustra muito bem o que motiva uma mulher branca, — que estava sob cuidados estéticos de uma manicure em seu apartamento de luxo — a não impedir que uma criança se transportasse sozinha num elevador.

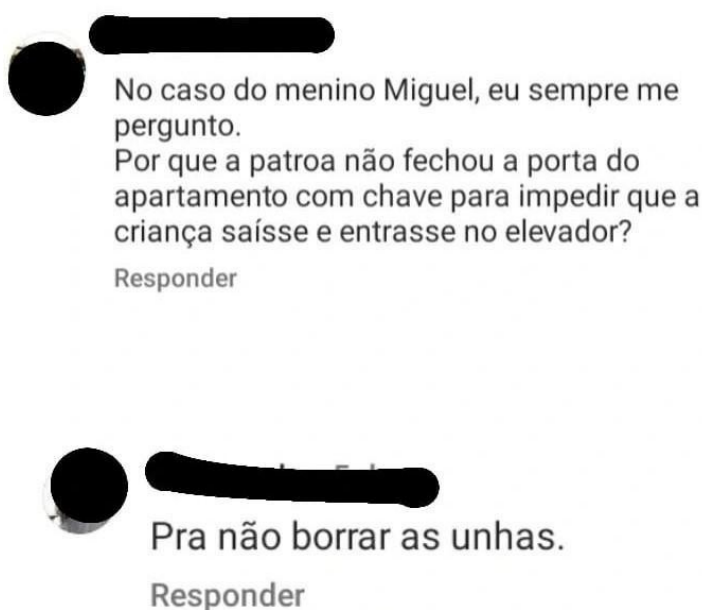


Figura 10 – Comentários - *Print Instagram 2023*

Enquanto crianças brancas recebem um olhar mais humanizado dos adultos, as crianças negras são consideradas responsáveis pelo próprio destino. Um relato publicado no livro *Eu, empregada doméstica*, Preta-Rara (2019) traz um exemplo da diferença entre como são tratadas crianças brancas e negras. Como podemos observar:

Quando eu era bem pequena minha tia trabalhava como empregada na casa de um casal com duas filhas (uma da minha idade e outra da idade da minha irmã mais velha)

⁶⁰ Comentários feitos no *post* feito pela atriz Elisa Lucinda, em seu perfil do *Instagram*. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/Cx-e93fOVyk/?igshid=NmQ4MjZlMjE5YQ%3D%3D>>. Acesso em 10/10/2023.

e eu adorava pq ela sempre voltava pra casa com uns brinquedinhos e roupas delas, minha tia dizia que era presente da patroa. Um dia fui trabalhar com ela, a mulher quando me viu ficou chocadíssima, não conseguia acreditar que uma criança branca era sobrinha de uma mulher negra, me pegou pelo braço e me levou no quarto das filhas e me vestiu com várias roupas das filhas dela (uma mais cara que a outra), depois de ficar uma meia hora nisso (e eu toda empolgada com aquilo) ela virou e disse “pena que sua família não tem onde levar vc com essas roupas bonitas, sua mãe deveria dar vc pra mim. Neidinha, vc não quer falar pra mãe me dar essa menina? eu posso criar melhor do que vocês, pelo menos aqui uma menina bonita dessas não anda no meio da sujeira”.

Depois disso a minha irmã (que é negra) foi lá um dia também, voltou sem nenhum presente e me contou que a patroa da minha tia não acreditou que fossemos irmãs, não deixou ela brincar com nenhum brinquedo das filhas dela e nem entrar nas áreas de convivência da casa, só da cozinha pra dentro e com a recomendação pra minha tia não levar mais ela lá.

Nós nunca andamos no meio da sujeira, íamos pra escola e nossa mãe e tia cuidavam muito bem de nós.

Essa patroa dizia que minha tia era como se fosse da família. (PRETA-RARA, 2019, p. 184)

É fundamental discutir a distinção que a supremacia branca brasileira faz ao negar a humanidade de uma criança negra, enquanto enxerga a humanidade, apenas, de suas crias. Desta forma, o racismo demonstra sua face mais cruel: “pessoas pretas já nascem erradas”, pois mesmo na fase em que somos incapazes de responder pelos próprios atos, a sociedade nos culpabiliza. A branquitude retira das crianças pretas qualquer perspectiva de cuidado e proteção integral, sobretudo quando esta divide atenção com outras crianças brancas, e em alguns casos, com os animais de estimação. No caso de Miguel, o cachorro é a extensão da humanidade da dona, o que podemos entender como delírios escravistas coloniais da sociedade brasileira (BRITO, 2020), visto que sua mãe teve que deixá-lo com a patroa enquanto passeava com a cadela da família de Sarí. Já cantou Emicida: “sem o torro, nossa vida não vale a de um cachorro, triste” (EMICIDA, 2019).

Importante frisar que tanto Mirtes, quanto sua mãe, Marta, trabalharam anos cuidando, inclusive, dos filhos de Sarí e de seu esposo, Sérgio Hacker. O choro de Miguel transmite a falta que ele sente de sua mãe, coisa muito comum em todas as crianças que estão de alguma forma separadas delas. Qualquer criança pode chorar sentindo falta de sua mãe, mas o que me mobiliza nesta pesquisa é entender que a falta da mãe para Miguel tem um valor simbólico pujante: filho de uma trabalhadora doméstica, que sai de casa quase todos os dias para cuidar de outra família, inclusive das crianças dessa família. Mulheres pretas, historicamente, cuidam dos filhos das mulheres brancas, enquanto seus próprios filhos têm o cuidado terceirizado, seja por familiares, vizinhas e outras. Em quatro anos que Mirtes trabalhou para Sarí e sua família, quantas vezes não teve que lidar com as crianças sendo crianças? Quantas vezes Mirtes não teve que deixar Miguel com familiares enquanto saía para cuidar da filha de Sarí? E em poucos

minutos Miguel é abandonado pela patroa. Sarí não pode dar em poucos minutos o que Mirtes dera em 4 anos!

Quando o provérbio diz que para se criar uma criança é necessária uma aldeia inteira, está falando que o cuidado não deve ser exclusivo daquela que gerou e pariu, mas de todos e todas ao seu redor. Se a responsabilidade sobre uma criança na aldeia é coletiva, há de ser comum o cuidado com esta. Como podemos observar na tecnologia do cuidado dos povos bantus, em especial, do Congo, na Introdução de Marimba Ani, na obra *Kindezi*, a arte de cuidar de crianças (2017):

Kindezi, a arte de cuidar de crianças, é uma das mais importantes responsabilidades divididas tanto por mulheres quanto por homens em uma comunidade Africana. O provérbio seguinte, **Kindezi wasâdulwa; kindezi una sâdila** (Alguém cuidou de sua criança, você cuidará da criança de alguém), tornou-se um mote e pedra angular desta arte.

Um/a garoto/garota tem que cuidar de seus irmãos e irmãs mais jovens, enquanto um avô cuida de seu neto. Qualquer pessoa na comunidade – irmão, irmã, primo, avó, tia, tio, amigo, vizinho – pode cuidar de alguma criança da comunidade para que, como diz o provérbio Kôngo, **Mwâna mu ntûnda, zitu kia müntu mosi; ku mbazi, wa babônsono**, que significa “Uma criança no útero de sua mãe é responsabilidade de uma pessoa; uma vez que tenha nascido, ela pertence a todos (na comunidade)” (FU-KIAU; LUKONDO-WAMBA, 2017, p. 07).

Quando escutei⁶¹ que a atitude criminosa de Sarí fala sobre termos “falhado enquanto sociedade”, é importante que se diga que sociedade é esta e a quem ela serve. Porque, na verdade, Sarí comete um crime que é banalizado numa sociedade racista. Ela está agindo de acordo com os costumes e valores desta sociedade. Sociedade esta que vê Sarí como um ser humano pleno, já Miguel, sua mãe e sua avó são vistos como uma espécie de sub-humanos despossuídos de dignidade.

Abaixo, ilustro, a partir de uma montagem feita de algumas fotografias, amas-de-leite, na fotografia brasileira. O leite humano, principal alimentação dos bebês e fonte de cálcio, essencial no desenvolvimento dos ossos, foi considerado um “santo remédio”, pelos médicos do século XIX. Se a mãe de uma criança senhorial, não tinha leite suficiente ou não queria, ou não podia amamentar, mas tinha condições de alugar ou comprar recorria aos serviços de uma ama-de-leite, uma mulher preta escravizada (GRAHAM, 1992; GOLDEN, 2001; KOUTSOUKOS, 2007)⁶². Recorri à esta imagem, nos meados desta pesquisa, mas só agora,

⁶¹ Mirtes lembra de Miguel como um menino feliz. **Globoplay**, 5 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8605191/>>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

⁶² **Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX**. KOUTSOUKOS, Sandra S. M. Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/index.html>>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

durante o puerpério é que o horror do que foi esta face da história me despedaçou. Como pessoa lactante, que amamenta minha bebê em Livre Demanda, pude repudiar ainda mais fortemente esta crueldade a que minhas ancestrais foram submetidas.

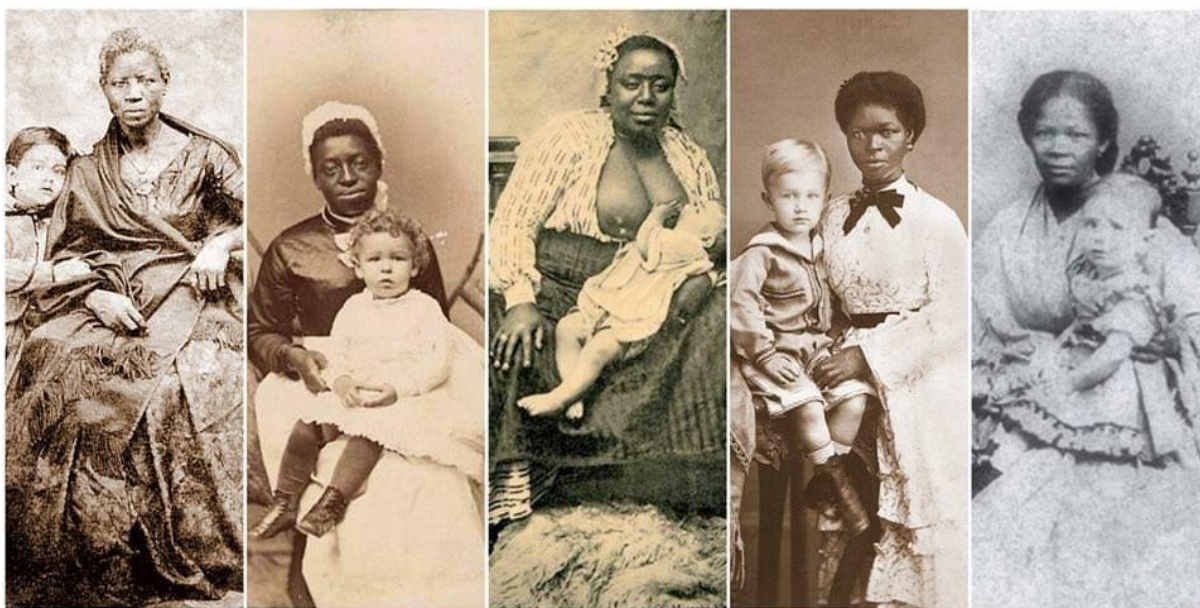


Figura 11 - MONTAGEM:

Da esquerda para A direita:

- 1) João Ferreira Villela com a Ama-de-Leite Mônica, 1860;
- 2) Mãe preta - foto da coleção de Randolph Linsly Simpson - "Collection of African American History";
- 3) Ama de Leite - foto sem data (Serra da Mantiqueira);
- 4) Eugen Keller e sua Mãe Preta em Pernambuco, Brazil, ca. 1874 - foto de Alberto Henschel;
- 5) José Eugênio Moreira Alves e ama-de-leite, do estúdio de Alberto Henschel, Recife (1866-1877). Cartão de visita (6,5 x 10 cm) - Coleção Francisco Rodrigues. CFR 551. Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

FONTE⁶³: BLOG VIVA A HISTÓRIA

Atualmente, sabe-se que “dar a mama” vai muito além da transferência de um “santo remédio” ao bebê, para que este tenha um pleno desenvolvimento de sua saúde. Amamentar é conexão, envolve-se afeto de mãe e filho/a. Apesar de ter deixado de ser um processo instintivo, há muito tempo, ou seja, parir não significa saber amamentar. É necessário um processo intenso de aprendizagem tanto da lactante, quanto do bebê. Dar o peito exige muito do nosso corpo físico, mental e emocional. É uma relação que envolve camadas muito complexas ao longo do puerpério. Hoje, as mulheres pretas deixaram de amamentar os filhos das patroas, mas carregam

⁶³Blog Viva a História: 28 de setembro - dia de gratidão à Mãe Preta. Sexta-feira, dia 28 de set de 2018. Disponível em: <<http://juarezribeiroa.blogspot.com/2018/09/28-de-setembro-dia-da-gratidao-mae-preta.html>>. Acesso em 05 de jul de 2023.

a figura ancestral das *amas-secas* quando cuidam das crianças dos brancos. Cantam canções de ninar, ensinam brincadeiras, dão banho, os alimenta, fazem dormir, dão carinho e afeto. Todo esse trabalho invisível que as mulheres negras desempenham dentro e fora de suas casas é muito extenuante. A rotina de um bebê e de uma criança exige muito da nossa saúde, do nosso tempo, de nossas limitações físicas e emocionais. Imagina ter que realizar esse trabalho de forma gratuita durante séculos e de forma degradante. Muitas vezes, sem a presença de seus filhos ou companheiros. É possível notar, na imagem acima, que algumas das *amas* fotografadas já são mulheres maduras. Elas amamentaram as crianças no passado até se tornarem suas “*amas secas*”, aquelas que não tem mais esse papel de amamentar, mas que continuam cuidando das crianças. Ou seja, estão há longos períodos cumprindo esta função primordial para o crescimento e desenvolvimento de um ser humano. Uma das interpretações possíveis da pesquisadora é que as *amas* posavam junto aos bebês e crianças, porque era a única forma que os pais encontraram de retratar os filhos que não paravam quietos em outro colo (KOUTSOUKOS, 2007). Pois era nos braços destas mulheres que passavam os dias e as noites, sendo cuidados. Muita coisa dessa história permanece no presente.

A *montagem* das *amas-de-leite*, acima, também ilustra muito bem como a infância preta é descartada dos registros históricos como dignas de afeto. Já que estas escravizadas, muitas vezes, eram obrigadas a abrir mão de seus próprios filhos para amamentar as crias de seus senhores. Na pesquisa de Soares (1994) ela comenta que

A permanência do filho com a ama podia influir negativamente no seu valor. Na tentativa de superar essa "inconveniência", se enaltecia a saúde das crias e as aptidões das mães quando eram conjuntamente negociadas. Como reflexo das exigências senhoriais, muitas crianças negras eram entregues à própria sorte, indo superlotar as instituições de caridade paulistas (SOARES, 1994, p.32).

Isto significa que, não é de hoje que as crianças negras, neste país, estão “entregues à própria sorte”. Como disse o historiador Luiz Felipe Alencastro (2019), “quase todo Brasil cabe nessa foto”, referindo-se à primeira imagem da *montagem* acima. Desta maneira, se cria uma necessidade de ressignificar a ausência desta criança preta, agora de forma positiva, como observamos na imagem abaixo.

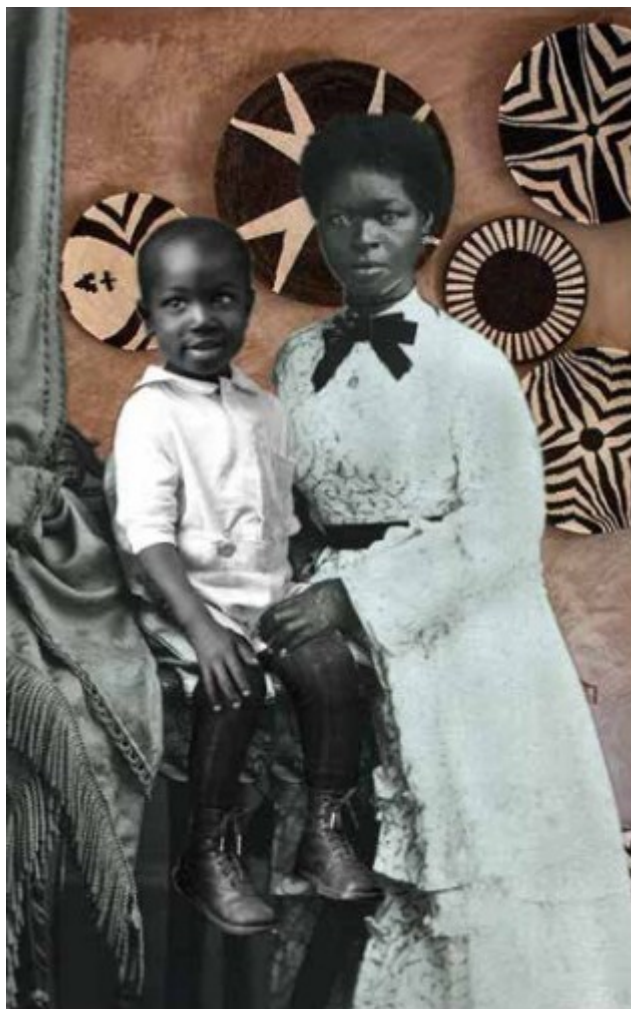


Figura 12 - Reintegração de leite, 2019. Colagem digital.⁶⁴

A colagem acima, chamada "reintegração de leite", da artista Eliana Amorim, foi criada para chamar a atenção da ausência da criança preta nas fotografias antigas, bem como para devolver o lugar da mãe que foi impedida de maternar sua cria. Observemos que a criança está bem-vestida, calçada e com um sorriso no rosto. “Sua mãe” veste trajes europeus e tem uma postura muito elegante, com olhar bem fixo na “câmera”. Podemos notar, também, os elementos da estética africana, que dão pano de fundo à colagem. Mandalas que remetem ao conhecido *animal print*, tipo de impressão em tecido, que simulam a pele de animais, como a onça, zebra, dentre outros. Este trabalho de criação artística, autoria de uma mulher negra, é significativo para o nosso resgate enquanto povo. Nas palavras da artista "a obra busca criar relações

⁶⁴ **Reintegração de leite**, 2019. Da artista Eliana Amorim. “Colagem digital construída a partir de duas fotografias antigas. Uma com uma mulher negra, nomeada apenas como “babá”, segurando uma criança branca chamada de Eugen Keller. A imagem foi feita pelo fotógrafo Alberto Henschel (1827-1882), tirada em Recife em 1887, e pertence ao acervo de G. Ermakoff. A segunda fotografia utilizada foi a de um fotógrafo identificado por Roger Hommand, de 1923, onde aparecem três crianças, possivelmente do EUA, que não são nomeadas”. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CCFLYW-BXDC/?igshid=NmQ4MjZlMjE5YQ%3D%3D>>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

interrompidas entre pessoas negras, e aqui reivindicando todo o leite roubado dos corpos negros para alimentar os corpos brancos" (AMORIM, 2020).

3 AGÊNCIA: "Eu não me sinto vítima porque eu brigo e a briga mais direta que tem é realmente você quebrar tudo e criar o seu quilombo".

*“Não sou descendente de escravos;
eu descendo de seres humanos que foram escravizados”.*

MAKOTA VALDINA

No presente capítulo nos ocuparemos a circunscrever diversas formas de agências das pessoas africanas, tanto do continente, quanto de suas diásporas. Suas tentativas de superação do sistema escravista ou de liberdade própria e dos seus familiares. Pequenas ações ou comportamentos sutis, visando um grande interesse: a liberdade. Bem como trataremos da trajetória de Mirtes Renata de Souza, como sinônimo de agência, frente ao caso da morte de seu filho Miguel e do seu percurso de luta contra o racismo. Para tanto, o conceito de *agência*, analisado no contexto da Afrocentricidade, por Molefi Kete Asante (2009), será de fundamental importância na caracterização e exemplificação das experiências de luta contra-colonial, seja no passado ou no presente. Para Asante:

Em uma situação de falta de liberdade, opressão e repressão racial, a ideia ativa no interior do conceito de agente assume posição de destaque. Qual o significado prático disso no contexto da afrocentricidade? Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto e ocasião que envolvam participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo.

Estou fundamentalmente comprometido com a noção de que os africanos devem ser vistos como agentes em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. O que se pode analisar em qualquer discurso intelectual é se os africanos são agentes fortes ou fracos, mas não deve haver dúvida de que essa agência existe. Quando ela não existe, temos a condição da marginalidade e sua pior forma é ser marginal na própria história (ASANTE, 2009, p, 94).

Por isto a minha defesa em torno do papel da agência em contraponto a ideia de passividade das pessoas negras, mesmo que estas tenham sido submetidas a um processo desumano, como foi a escravidão. Com a questão, apontada por Asante, sobre o conceito de agência em oposição ao de desagência, (onde aquele ou aquela em desagência se encontre numa situação de “marginalidade” na sua “própria história”), me pergunto se, num contexto de falta de liberdade, opressão e repressão racial, a agência desses atores em termos

econômicos, culturais, políticos e sociais passa a entrar em desagência fazendo com que estes sujeitos precisem se valer de atos de resistência cotidiana para sua sobrevivência ao horror da escravidão. E, a partir disso, possa ser caracterizado como uma “agência fraca”, mas sem “haver dúvida que essa agência existe”?

No capítulo *Negras no Trabalho Doméstico*, da dissertação de Cecília Soares (1994), observei diversas formas do que podemos chamar de *agência* de mulheres escravizadas, seja no serviço doméstico ou fora do ambiente familiar senhorial, como “no ganho”, por exemplo. A despeito disso Soares diz que

Os anos de serviço doméstico e pessoal, preenchendo o requisito de bom comportamento, podiam inclusive ser um dia recompensados com a alforria gratuita. Muitas vezes, deve-se admitir, esse comportamento não passava de tática de sobrevivência para ludibriar o senhor com uma lealdade fingida (SOARES, 1994, p. 27-28).

Pensar a longo prazo, no caso da possibilidade de sua alforria, fez parte da maneira como as escravizadas se “comportavam”. Não como sinônimo de ingênua sujeição, mas como uma maneira de “ludibriar” o senhor com uma “lealdade fingida”, visando uma liberdade futura. Esta “tática de sobrevivência”, é um dos pontos altos que venho tentando trabalhar na pesquisa: mulheres pretas como *agentes*, mesmo num período em que atuam à margem da experiência eurocêntrica, ou que não estivessem atuando como protagonista em seu próprio mundo (ASANTE, 2009, p. 93-94), num projeto que desumanizou povos africanos e seus descendentes. Porém preciso levar em consideração que esta ideia de *agência* apresentada aqui, pode ser lida como um tipo de resistência ao modelo de escravidão, já que os agentes que ilustram estas páginas encontravam-se numa situação de falta de liberdade. Dito isto, as experiências que abordaremos a seguir fazem parte de um processo de tentativa de recuperação da agência subtraída de pessoas africanas, desde o processo de tráfico transatlântico.

É comum acreditar que, durante longo período de escravidão, só houveram escravizados subservientes com a exploração. Porém é importante frisar que essa história vem da perspectiva dos colonizadores/exploradores, pois quando se acessa a história na perspectiva de quem sofreu com a escravidão, o cenário muda. Afinal, quem protagoniza a quebra dos grilhões da escravatura são aqueles e aquelas que deles agonizavam. Como muito bem pontua Lélia Gonzalez (2018), afirmando os Quilombos como essa prática da agência da população escravizada:

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, falam do brasileiro como um ser "cordial" e afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. Por aí pode-se imaginar o tipo de estereótipo difundido a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão, etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas). Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado. De acordo com as informações que obtivemos da historiadora negra Maria Beatriz Nascimento, já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do nordeste. E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados ciclos da economia brasileira" do período escravista (açúcar, mineração e café, além de outros mais secundários, como algodão, fumo, etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos. (Gonzalez, 2018, p. 36)

Como um breve exercício de imaginação histórica, e que, por uma questão de método, adota como chave para compreender o sentido da participação negra e escrava na influência sobre seus próprios destinos (MATTOS, 2008), o historiador Wilson Roberto de Mattos (2008), elabora — a partir de documentação histórica que versa sobre a possível alforria de uma escravizada —, uma narrativa bastante plausível, do ponto de vista historiográfico, onde, a partir, do documento analisado, observa que:

A ideia de que a luta pela liberdade, desencadeou processos envolvendo ações, relações e estratégias multifacetadas que, com um pouco de imaginação controlada, baseada em evidências concretas, mas sobretudo com métodos teoricamente orientados, pode revelar aspectos precisos das formas próprias e cotidianas de luta contra a dominação escravista. Formas estas, digamos, não-convencionais, responsáveis pela derrocada da própria escravidão (MATTOS, 2008, p.147).

Tais formas próprias e cotidianas de luta advém de uma bagagem trazida com estes povos sequestrados de sua terra mãe, onde autonomia já foi uma realidade. A perda da autonomia dos povos africanos dá-se muito antes das invasões europeias. É no século X, com as invasões árabes, que o processo de desagência desses povos se inicia. E, depois, toma uma proporção maior com os europeus através dos tráficos transatlânticos (NJERI⁶⁵, 2019).

⁶⁵ NJERI, Aza. Você sabe o que é MAAFA? Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jLVO4D9gCBU&t=15s>>. Acesso em setembro de 2023.

Se levarmos em consideração que a história africana se inicia muito antes da escravidão, temos muitas possibilidades de compreender a diversidade de povos com suas culturas, identidades, crenças, valores, filosofia etc. É a partir deste ponto de partida, que podemos observar como se dá a autonomia dos povos que aqui chegaram, sequestrados de suas raízes, de seus costumes e suas complexas formas de organização social. Penso que as inúmeras táticas, estratégias e formas de lidar ou acabar com a escravidão, vem de muito longe. É na milenar experiência ancestral desses seres humanos que reside suas agências e formas de resistir nas colônias, durante quase 4 séculos, no Brasil, externando suas próprias ideias de justo e injusto, tentando influir das mais variadas maneiras, mas sempre de forma decisiva, nos seus próprios destinos (MATTOS, 2008). Tais experiências foram trazidas na travessia transatlântica por sujeitos que compunham papéis de destaque em sociedades africanas, como exemplificado por Aziza e Njeri (2020):

A opressão patriarcal é apresentada às mulheres negras a partir das opressões ocidentais, já que na África tradicional elas ocupavam espaços de protagonismo na ordem social. No continente, atuavam nos mais altos graus de gestão política, econômica e até bélica. Essas mulheres trouxeram na travessia o senso de valor dado a elas pelo seu povo e ao chegarem aqui exerceram seu poder na luta contra o sistema escravista. Infelizmente, a perspectiva eurocêntrica das narrativas históricas dificulta o acesso ao conhecimento de ancestrais como a Rainha Tereza de Benguela, mulher africana que escravizada no Brasil tornou-se líder do Quilombo do Quariterê. Tereza de Benguela governou por vinte anos o quilombo, administrando questões econômicas, sociais e de guerra (AZIZA e NJERI, 2020, p. 76).

Não são poucos os exemplos de tentativas de superação do sistema escravista, que encontramos na história. Ampliando o repertório de mulheres negras e suas agências, temos as irmandades católicas que atuaram, e, ainda atuam no presente, como sociedade religiosa, tendo como uma das principais atividades de algumas dessas irmandades negras conseguir, através de uma espécie de caixa beneficente, comprar a liberdade dos irmãos que ainda permaneciam escravos, ou de seus parentes próximos (MATTOS, 2008). Cito uma das Irmandades mais reconhecidas da Bahia, a Irmandade da Boa Morte. Sua origem e constituição ocorre:

Por volta de 1820, a Irmandade da Boa Morte foi fundada se constituindo numa forma expressiva de resistência a escravidão e por sua formação, agregar somente mulheres, a sociedade patriarcal, sofreu grandes impactos, conseguindo as mesmas apesar de todas as barreiras, lutarem pela preservação de sua cultura e sua identidade, comprovando o poder e solidariedades entre mulheres negras no século XIX. Os objetivos das integrantes da Irmandade da Boa Morte era a compra da liberdade de seus filhos e maridos, netos, e organização de funerais dignos, além de auxiliar nas fugas para o Quilombo do Malaquias, em Terra Vermelha, área rural de Cachoeira. (BRAZIL; SCHUMACHER, 2006, p.169 *apud* MACHADO, 2013, p. 38).



Figura 13 - Procissão da Irmandade da Boa Morte em 2018, Cachoeira-BA. Fonte: Facebook. Jomar Lima – Fotografia



Figura 14 - Irmandade da Boa Morte, Cachoeira-BA. Fonte: Facebook, 2018. Jomar Lima - Fotografia.

Assim, como as mulheres pretas, os homens pretos também se associavam às Irmandades religiosas, na Bahia. As irmandades católicas foram uma das instituições sociais que mais contribuíram para o processo dialógico que aos poucos foi criando e definindo os

contornos das diversas nações africanas no Brasil. As irmandades de homens pretos se dividiram segundo as diversas etnias africanas, existindo irmandades de angolas, de jejes ou de nagôs, como têm apontado vários autores (PARÉS, 2018). As associações em irmandades religiosas, de acordo com cada nação africana, podem ter sido um ponto de partida para institucionalização dos *calundus* ou candomblés, no país. Ou como o pesquisador Luis Nicolau Parés vai chamar de uma “reinvenção ou reinstitucionalização das religiões africanas no Brasil”, que, segundo o autor:

Ocorreu não só como uma forma coletiva de resistência cultural (assistemática na maioria dos casos e conscientes em certos indivíduos ou círculos relativamente restritos), mas em primeira instância, como uma necessidade para enfrentar o infortúnio ou os “tempos de experiência difícil”, dos quais a escravidão é sem dúvida, um dos casos mais extremos. A reatualização parcial de práticas religiosas de origem africana, com a sua longa e variada tradição no âmbito da cura, ou do que hoje chamamos trabalho assistencial, tornou-se, assim, inevitável. Não foi por acaso que as práticas de “curandeirismo” e os rituais funerários foram alguns dos aspectos religiosos africanos que com mais persistência se reproduziram nas Américas. Também não foi por acaso que a população negra recorreu às irmandades católicas que, além de outras vantagens e funções, garantiam, sobretudo, assistência aos enfermos e um enterro decente (PARÉS, 2018, p. 110).

Ou seja, o candomblé, com suas variadas tradições ou nações, é também parte de suma importância do processo de agência dos africanos e africanas, no Brasil, tornando-se espaço de sociabilidade e afeto, onde as pessoas buscam conforto emocional e psíquico, que não encontram em outros lugares, proporcionando uma dinâmica de vida e de experiência que entrelaça vários níveis de existência, o humano, o ancestral e o divino. Por esse motivo de poder de agência e resistência contra colonial que a elite, buscando branquear o país, encontrou, no candomblé, um problema. E para resolver o “problema”, uniram-se a imprensa, a polícia e a Igreja católica, numa verdadeira cruzada, numa guerra santa contra o candomblé e suas práticas, tidas como bárbaras, num movimento de desafricanizar e catolicizar a capital baiana (FRESSATO, 2023, p. 290). Temos inúmeras lideranças de terreiro responsáveis por pela frente antirracismo, sobretudo contra o racismo religioso. Como vimos acima, uma das maneiras de organização africana, que o colonizador tentou destruir foram as práticas religiosas e do sagrado. O candomblé e a Umbanda, seguem sendo alvo do racismo por conta de sua origem africana. E, principalmente, pela força que o culto ancestral possui em reunir pessoas negras vítimas de uma série de questões impostas pelo racismo. Uma pessoa negra de candomblé aprende a ser mais altiva, a trabalhar sua autoestima, tanto no que diz respeito a sua autoimagem, quanto sua prosperidade (relação positiva com o dinheiro, com o trabalho, carreira etc.). Imagina uma pessoa que tinha medo de enfrentar o racismo na família, nos círculos de

amizade e agora anda de cabeça erguida? O quão perigoso é uma pessoa preta com o *Ori* (cabeça espiritual) erguido? Que sabe se defender, que defende seu grupo? Que sabe quem é! E se torna "filho/a de santo", nascido/a para Orixá. Um filho ou filha de uma divindade africana. Aquela pessoa que nunca mais se sentirá só e que se entenderá guerreira e dona do seu destino. A potência que mora nisso é poderosa demais. Por isso, qualquer forma de organização que reúna pretos, pretas e pretes, é vista como uma ameaça à sociedade racista.

Para citar só algumas lideranças de Candomblé temos a nossa Makota Valdina, do Engenho Velho da Federação, em Salvador. Dentre suas principais contribuições para a nossa comunidade, destaca-se como Educadora e ativista política em defesa dos direitos do povo negro e das mulheres. Mãe Beata de Yemanjá, nascida no Recôncavo baiano, em Cachoeira, e radicalizada em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Foi uma importante Yalorixá, escritora e expoente na luta pelos direitos dos povos de terreiro e dos Direitos Humanos. Mãe Menininha do Gantois, grande lutadora contra o racismo religioso, em Salvador (BA), um dos grandes nomes do Candomblé. O Babalorixá, Doté Balbino de Ogun, filho de Mãe América Cabral, Yalorixá, filha de Oyá, sua antecessora no cargo. Pai Balbino Cabral ensina muito sobre “brigar” por uma vida plena e próspera. Historiador de formação, tem uma vida marcada pelo ativismo negro e pela defesa e valorização da cultura afro-brasileira. É autor do livro *“Raízes Culturais — Aspectos das culturas e manifestações populares do Brasil”*, de 1992. Também liderou a primeira Caminhada do Povo de Santo da Cidade Baixa, em 2019⁶⁶. Essa fala de Pai Balbino contempla muito a agência do nosso povo, frente ao racismo:

Ao longo da minha trajetória a intolerância aconteceu muito, e a gente vai seguindo, seguindo e seguindo. E as pessoas vão vindo, e muitas vezes, usando o axé como moeda de troca: eu tenho dinheiro e quero que vocês me ajudem a seguir em frente, a resolver a minha vida e os meus problemas. Eu não me sinto vítima porque respondo à altura; eu não me sinto vítima porque eu vou à luta; eu não me sinto vítima porque eu brigo e a briga mais direta que tem é realmente você quebrar tudo e criar o seu quilombo, o que antigamente acontecia. E hoje se você esperar muita coisa a intolerância só é vista naquele momento, porque interessa só às redes de comunicação escandalizar um fato naquele momento e ganhar ibope. No mais, a gente tem que lutar tête-à-tête mesmo (Fala de Doté Balbino *In*: Soteropreta)⁶⁷.

⁶⁶ Ilê Axé Ogunjá Tiluaiê Orubáia celebra os 60 anos de iniciação de Doté Balbino de Ogun, In Revista Quilombo, Disponível em: <<https://revistaquilombo.com.br/ile-axe-ogunja-tiluaie-orubaia-celebra-os-60-anos-de-iniciacao-de-dote-balbino-de-ogun/>>. Acesso em setembro de 2023.

⁶⁷ Disponível em: <https://portalsoteropreta.com.br/2022/09/12/ile-axe-ogunja-tiluaie-orubaia-celebra-os-60-anos-de-iniciacao-de-dote-balbino-de-ogun/>. Acesso em 5/10/2023

São muitos os nomes que dão vida à luta do povo de santo deste país. Ancestralidade viva da cultura africana, através do Sagrado. Todos ligados ao matriarcalismo, à força feminina, aos elementos da Natureza e aos direitos das pessoas pretas deste país.



Figura 15 - Makota Valdina, à esquerda e Figura 16 - Mãe Beata de Yemanjá⁶⁸

⁶⁸ Deixa eu te apresentar uma mulher fod*. **Makota Valdina**, por Huri Ahmadi. Fotos: Reprodução. Revista Trip. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/webstories/quem-foi-makota-valdina>>. Acesso em 5/10/2023. E **Terreiro da Mãe Beata de Iemanjá, na Baixada Fluminense, vira Patrimônio Cultural**. Extra Globo. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/terreiro-da-mae-beata-de-iemanja-na-baixada-fluminense-vira-patrimonio-cultural-17809815.html>>. Acesso em 5/10/2023.



Figura 17 - Mãe Menininha do Gantois. Fonte: Wikipédia



Figura 18 - Doté Balbino T'ogunsi. Acervo Pessoal

Não podemos deixar de citar as táticas de resistência e agência, quando falamos do tráfico interprovincial. A exemplo do Ceará, a situação certamente mexeu com o emocional e a vida cotidiana dos cativos. Diversos fatores, aliados à tensão em relação ao tráfico e efeitos na ruptura de laços afetivos e de sociabilidade, geraram novas estratégias de resistência frente ao sistema escravista. Pois a dimensão afetiva, familiar, religiosa ou de amizade era de fundamental importância na vida das pessoas escravizadas (SOBRINHO, 2011). O autor traz à tona que

A intensificação do tráfico interprovincial, a partir de 1850, provocou insegurança entre os escravos, pela possibilidade de envio para o trabalho nos cafezais ou canaviais do Sudeste, deu certo direcionamento nas estratégias de luta contra o sistema escravista, no momento, mais contra o tráfico especificamente, do que contra a sociedade escravocrata (SOBRINHO, 2011, p. 193).

Para Sobrinho (2011), os laços de sociabilidade, sobretudo através da manifestação cultural, foi, no período escravocrata, e continua sendo no presente, um fator para que pessoas negras se unam em torno de um bem coletivo maior: a superação do sistema racista. Como bem pontua Marimba Ani, “a cultura é o nosso sistema imunológico”. Um elemento significativo analisado pelo historiador, foram as festas que ocorriam no período de 24 de dezembro a 9 de janeiro, no ciclo natalino. Num espaço visitado e vivenciado por uma diversidade étnica, onde se dirigiam brancos, crioulos, escravizados, pessoas de diferentes etnias. Onde, no período dos festejos, muitas coisas podiam acontecer (SOBRINHO, 2011, p. 197), por exemplo:

A arte de dissimular e empreender ações, eram nesses momentos, prática exemplar — o que se verifica nas letras das músicas da festa dos Reis do Congo, de Sobral, onde se pode verificar uma referência clara e significativa, aos perigos do tráfico interprovincial:

Catirina, minha nêga,
 - *Amaru Mambirá.*
Teu senhor que te vendê.
 - *Amaru Mambirá.*
Pero Rio de Janeiro
 - *Amaru Mambirá.*
Pera nunca mais te vê.
 - *Amaru Mambirá (SOBRINHO, 2011, p. 197).*

Antes, como vimos, uma das táticas das escravizadas era o “bom comportamento”, e analisando o trabalho doméstico como herança da escravidão, é certo que atualmente as

trabalhadoras também possuem suas formas de enfrentamento, no cotidiano da realização de seu trabalho. Como confirma Parente (2020), em sua pesquisa:

Collins (1990) afirma que através de entrevistas a empregadas domésticas, constatou que elas possuem um senso de autovalor, não deixando os patrões as maltratarem ou as colocarem como inferiores a eles. Diferente da imagem de mulheres passivas à exploração e às injustiças, as empregadas domésticas possuem agências e podem resistir de maneiras diretas ou indiretas (PARENTE, 2020, p.08).

Não, necessariamente, organizando-se em sindicatos ou quaisquer grupos políticos, mas na mais sutil forma de enfrentamento no seio das famílias brasileiras, onde atuam estes sujeitos. Como Bernardino-Costa afirma em sua tese:

Sem negar a violência da desigualdade que afeta o dia-a-dia das trabalhadoras domésticas, a tese procura recuperar a criatividade e poder de agência das atoras sociais em questão. O não enfrentamento político e direto com o mundo patronal é lido não como uma concordância passiva com o sistema, senão como uma estratégia em que os subalternos procuram burlar o sistema e usá-lo ao seu favor. Desta maneira, a troca de favores, as compensações extra-salariais, a possibilidade de se alimentar na casa da patroa/patrão não são vistos como indícios de falta de consciência, mas sim como traços a serem positivamente levadas em conta na avaliação do contrato de trabalho (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 07).

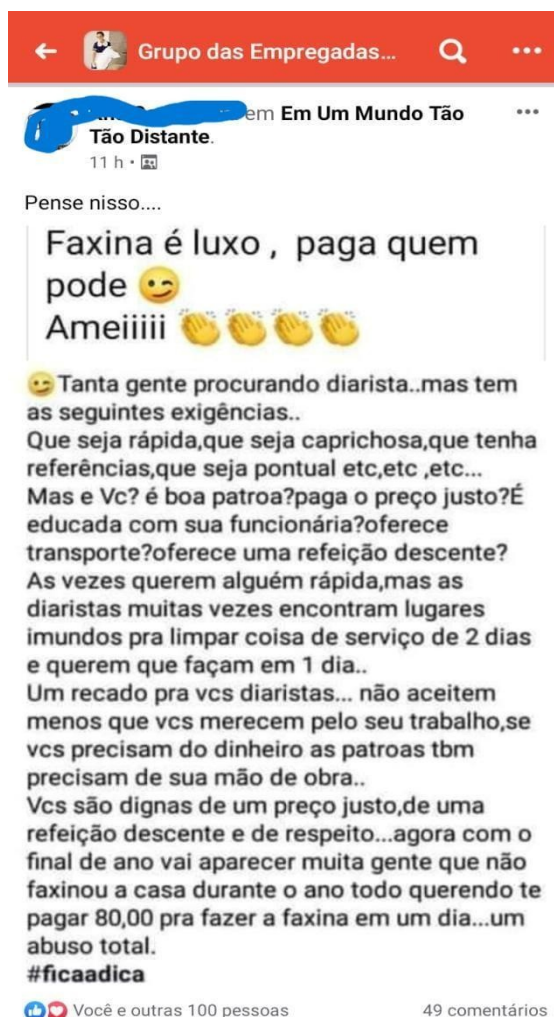


Figura 19 - Print Facebook - Grupo das Empregadas Domésticas do Brasil

Encarar a realidade das trabalhadoras domésticas, pautada apenas na história da escravidão, é uma forma de vê-las somente como vítimas desse sistema de poder: o racismo. Deixando de enxergar essas pessoas como sendo capazes de elaborar um repertório onde sejam sujeitas da sua própria história. Como observamos no *print* acima, as trabalhadoras sentem, sabem que estão sendo exploradas, enganadas, violentadas etc. Acredito que para o ego da branquitude é muito mais palatável crer na ideia de pessoas negras como vítimas, ingênuas, e que precisam ser salvas pelas mãos do *white savior* (branco salvador, em tradução livre). Longe de querer supor que não haja pessoas vitimizadas pelo racismo, ou em situação de escravidão moderna (dados já apontados nas páginas acima). Para mim esse é um problema do antirracismo: pautar sua existência no sofrimento preto, sem levar em conta o nosso poder de agência. Acreditar na ideia de que somente o povo negro organizado, pode dar fim a esse sistema de dominação, o antirracismo, bem como o protagonismo branco nas pautas dos movimentos negros, não acabaria? Ou, como pontua Anin Urasse (2022): “De nada serve antirracismo sem base

africana. Aliás, ser antirracista está longe de dar conta de nossa reconstrução existencial”. Por isso defendo que as trabalhadoras não estão alheias às suas questões, seja de ordem emocional ou intelectual. E que:

Apesar dos atravessamentos ocidentais, encontramos nas relações de aquilombamento negras o locus cultural africano e amefricano que, na dinâmica do ser-sendo, acolhe e reintegra a humanidade fragmentada pela Maafa. É entender, por exemplo, que mães negras ao negarem a desumanização genocida de seus filhos negros, dando-lhes afeto, proteção e rede, afrontam diretamente o Ocidente, abalando suas estruturas. Essas mulheres, mesmo após o assassinato de seus erês, continuam afrontando a supremacia exigindo a humanidade deles. Seus lamentos, choros e vozes se juntam à força vital dos ecos de outras mães africanas de outros espaço-tempo da Maafa que também afrontaram a desumanização racista em prol de sua prole e clamam por justiça e reparação (AZIZA e NJERI, 2020, p. 68).

Agir, sobretudo, pressupõe tornar a ação uma atitude anterior ao ato de reagir. A reação ao racismo acontece, como é o caso de Mirtes, ao enfrentar a morte de seu filho Miguel. Mas o que ponho em questão é, a rede que essa mãe encontra através do seu luto, não vem de uma experiência africana de como lidar com os desafios de sua comunidade? Apesar de mais de 350 anos de escravidão, ninguém fica esperando sofrer mais violência. Não é natural viver toda uma vida esperando sofrer racismo. Porém quando o mesmo ocorre, temos formas de defesa, de contra-ataque. Foi o que propus escrever nas páginas acima.

Na seção seguinte, traremos as formas de agência de Mirtes Renata, desde que se deparou com a morte precoce de seu filho Miguel Otávio, abandonado no elevador por sua ex-patroa Sarí Corte Real.

3.1 A AGÊNCIA DE MIRTES RENATA: “eu vou mover céus e terras pra o caso de Miguel não cair no esquecimento”.

*Povoada
quem falou que eu ando só
tenho em mim mais de muitos
sou uma mas não sou só
Sued Nunes*

A *agência* de Mirtes Renata em todo este processo de luta por justiça, é demonstrada desde o início e reafirmada quando ela expõe que não vai se calar por ter recebido algum “agrado”, até porque “não era agrado, era pagamento”. Mirtes tem consciência de que fez muito além do que era sua função. E o salário que recebia não era nada além do que um pagamento

por anos de dedicação à família de Sarí. “Eu tô sendo ingrata? Ela cometeu um crime! É dessa forma que ela ama a mim e a minha mãe, abandonando meu filho, a ponto de meu filho morrer? E diante disso eu tenho que ficar calada?”⁶⁹

Durante nossa conversa, Mirtes revela muito de sua personalidade e de como o caso de seu filho, levou-a a movimentar-se na direção da garantia que a justiça fosse feita. Ela apresenta-se assim:

Bem, eu sou Mirtes Renata de Souza, sou filha de Marta Alves e Erivaldo Francisco de Souza. Sou natural aqui de Recife, tenho 34 anos, hoje trabalho como assessora do projeto Grupo Curumim - gestação e parto, e do Afro Resistance, ambas são organizações parceiras. Uma é em Recife e a outra é Internacional, ambas são feministas e antirracistas.

Mirtes afirma que não viveu seu momento de luto, porque teve que lutar por justiça. A forma que ela encontrou para fazer com que o crime contra seu filho não fosse esquecido. A mãe de Miguel vê na organização coletiva uma saída para a justiça, não só de seu caso em particular, mas de todas aquelas que choram a morte de seus pequenos. Mirtes, continua expressando onde vem atuando e encontrando forças para continuar na luta:

Eu hoje eu estudo, faço faculdade de Direito, e luto pela morte do meu filho, luto para que haja justiça pela morte de meu filho. E hoje também sou militante da ANEP, que é a Articulação Negra de Pernambuco. Faço parte da Coalizão Negra por Direitos. E assim, o meu maior sonho, nesse momento, é, primeiramente fazer justiça por Miguel, concluir minha faculdade e poder ajudar outras mães a não passar pelo que venho passando hoje, no sistema judiciário.

Importante levar em consideração a luta da categoria de trabalho doméstico em Recife, com a origem do sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana do estado, que remonta às atividades da Juventude Operária Cristã (JOC), nos finais dos anos 1950 e inícios dos anos 1960 (BERNARDINO-COSTA, 2007). Pertinente fazer essa observação por se tratar do mesmo estado residente de Mirtes e sua família, para amplificar as lutas por direitos trabalhistas e as formas de organização política dessas trabalhadoras. Bernardino-Costa (2007) traz uma passagem, de uma de suas interlocutoras, que mostra como elas começaram a se movimentar e quais as táticas dessas trabalhadoras naquele momento:

"Quando a gente saiu da JOC, a gente não podia ficar parada, nem podia, porque a gente tinha uma consciência que tinha que juntar, tinha que reivindicar. Já tinha uma consciência formada, uma opinião. Foi assim que aqui em Recife, as empregadas domésticas começaram a se encontrar como empregadas domésticas, pensando numa

⁶⁹ Esta fala de Mirtes pode ser consultada em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/15/caso-miguel-foi-muito-bem-ensaiada-ate-o-show-que-ela-deu-no-final-chorando-diz-mae-de-menino-sobre-fala-de-sari-corte-real-em-audiencia.ghtml>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

Associação e que um dia a gente podia ser igual aos outros trabalhadores. A gente já começava a pensar em direito igual porque a gente não tinha nenhum. Era uma utopia, mas a gente já se juntava pra pensar isso. A gente não tinha domingo livre, a gente começou a se juntar de 15 em 15 dias, não ia pras festas, não ia pra nada, era o tempo todo dentro da casa das patroas. Algumas patroas liberavam só pra ir a missa. E gente começou a fazer aniversário, a inventar uma maneira para se reunir, pra sair e não ficar só na casa da patroa. Quem deu essa inquietação na gente foi esse movimento, que na época era muito forte. Foi assim que Recife começou a juntar as domésticas, que não tinha Associação. Ia buscar a doméstica no coral da igreja (...) A gente começou a se juntar e a gente ficou nessa luta e o sonho era fundar uma Associação" (Entrevista: Nila Cordeiro dos Santos. BERNARDINO-COSTA, 2007, p.130).

Tal “consciência” que as trabalhadoras adquiriram, neste caso, a partir dos encontros numa organização política católica, foi o que deu origem a um tipo de organização própria, com mais autonomia, que era “o sonho” delas. Nos depoimentos das interlocutoras trazidos na tese de Bernardino-Costa, as trabalhadoras tomaram as suas próprias decisões quanto à organização da categoria, recusando inclusive qualquer tutela por parte da igreja (BERNARDINO-COSTA, 2007). Sem contar que elas começaram a se reunir na igreja, porque “algumas patroas liberavam só pra ir à missa”, numa época em que, “era o tempo todo na casa da patroa”. Vejo agentes buscando uma forma de se organizar, mesmo num cenário de “utopia”, onde não tinham nem o domingo livre. A ousadia mora no fato de só poderem se reunir na igreja, por ser o único “passe-livre”, e ainda que fique evidente a ligação entre as trabalhadoras domésticas de Recife e a JOC (BERNARDINO-COSTA, 2007), estas ansiavam pela oportunidade de fundar uma Associação com emancipação política. Um exemplo pioneiro de fundação de sindicato das trabalhadoras domésticas é o de Laudelina de Campos Melo. Conhecida como o “terror das patroas”, tem uma biografia marcante no combate à exploração da força de trabalho de sua família. Filha de pais que nasceram logo após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), Laudelina conviveu com uma experiência nefasta que a escravidão gerou. Foi empregada doméstica desde os 16 anos, mas já trabalhava em casa desde muito cedo, ajudando na criação de seus irmãos. Com essa mesma idade já participava de organizações de mulheres negras (PEREZ, 2022).



Figura 20 - Fonte: Acervo Casa de Laudelina de Campos Melo

Durante todo o meu processo de pesquisa acompanhei a “tomada de consciência”, sobretudo racial, de Mirtes Renata, seja em suas falas públicas, em entrevistas de jornais, em *lives*, no seu Instagram. Inclusive consigo notar como sua autoimagem de mulher preta tem sido construída ao longo do seu processo de luta por justiça de seu filho: um menino preto.



Figura 21 - Fonte: Revista Afirmativa

A imagem de Mirtes, acima, é do início do caso. A concepção artística da camiseta é de autoria da artista plástica Mana Bernardes. Ela é responsável pela concepção usada por diversas artistas (caligrafia e cores – azul cobalto e branco – que remetem à fé católica da família de Miguel). “A fala de Mirtes precisa ser ouvida. Ela quer Justiça por amor ao filho. Essa narrativa tem o poder de mover as estruturas”, afirma Mana⁷⁰ (2020).

As artistas, a que a revista citada se refere, aparecem como parte das articulações que Mirtes, pessoas e organizações parceiras fizeram, quando se deu a repercussão do caso. Durante nossa conversa, Mirtes fala de Mana Bernardes como uma dessas artistas que deram suporte à sua luta:

Muitas pessoas famosas chegaram pra me dar um apoio, pra me dá força, e a maioria veio através de Mana Bernardes, que logo quando aconteceu, Mana entrou em contato

⁷⁰ Campanha Justiça por Miguel recebe apoio de artistas. **Revista Afirmativa**, 01/09/2020. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/campanha-pede-justica-por-miguel-e-marca-tres-meses-da-morte-do-filho-de-mirtes/>>.

comigo, perguntando como é que eu tava, o que eu precisava. Eu disse: Mana, eu preciso apenas que você me ajude que o caso Miguel não caia no esquecimento, qualquer coisa que você fizer, pra mim vai ser tudo, pra poder o caso Miguel não cair no esquecimento. Então, foi quando ela entrou em contato com o pessoal da Negritude e audiovisual, daqui de Pernambuco.

E depois disso alguns artistas conseguiram meu contato, ligaram pra mim, prestando solidariedade, no que eu precisasse eles estavam a postos pra me dar uma força, e vem me dando até hoje, sabe? Aí, teve essa iniciativa de Adriana Calcanhoto, de fazer essa canção “*dois de junho*”. É... eu fui até a casa dela, ela e Mana levou eu e mainha pro Rio de Janeiro. Eu sentei lá com Adriana Calcanhoto, a gente conversou, tudo mais, e foi quando ela me deu a notícia que Maria Bethânia ia gravar essa canção. Então quando Maria Bethânia lançou essa canção, naquele especial, pra mim não foi surpresa, porque eu já tava ciente daquilo. E assim, vem me fortalecendo, não só ela que fez essa canção, teve as meninas do *É samba que elas querem*, entre outros, Samantha Schmütz recentemente, que fez canções com relação ao caso de Miguel, tá fortalecendo isso, sabe, e é muito importante esse apoio, muito importante (Entrevista).

Uma reflexão pertinente nessa relação entre Mirtes e Mana Bernardes, uma mulher branca com bastante alcance nas redes sociais, é a de que a partir dela foi feita uma ponte importante entre artistas de Pernambuco e que surgiram efeitos de grande visibilidade no caso de Miguel. Hoje, Mirtes alcança 114 mil seguidores, fruto de sua determinação e de suas alianças nas redes *online*. Muitas foram as organizações, movimentos, parcerias que Mirtes encontrou pelo caminho, tanto é que, ao questioná-la quem faz parte dessa rede de apoio que ela formou, durante sua jornada de luta por justiça, ela chega a esquecer algumas:

Tem o pessoal da Rede de Mulheres Negras aqui de Recife, tem a AJOP, que tá inserido no caso, com a advogada Dra. Maria Clara, tem o pessoal do Fórum de Mulheres, deixa eu me lembrar do nome das organizações, é muita gente (risos). Tem o pessoal da Coalizão Negra, a NEP, que é a Articulação Negra de Pernambuco, daqui há pouco, depois eu te mando a lista, eu tenho o nome de todo mundo aqui, de todas as organizações. E fora as organizações internacional, que é o pessoal do grito, o pessoal do (inaudível), o pessoal do Kilomba, e, assim, são muitas organizações que tá junto comigo nessa luta. e de uma forma ou de outra vem me fortalecendo, pro que eu precisar eles tão dispostos a tá ali junto comigo, dando uma força.

Voltando ao aspecto da consciência racial de Mirtes que, para mim, enquanto mulher negra, foi perceptível, e, importante demais neste processo de pesquisa: sua autoimagem que muda ao longo de sua luta. Desta forma, fazendo uma análise de sua imagem acima, a primeira coisa que notei foi como Mirtes usava seus cabelos, algo muito caro para a autoestima de pessoas negras, especialmente as mulheres. Mirtes, assim como eu, alisava seu cabelo, sinônimo de nossa identidade racial, aquilo que comunica a nossa origem no mundo: nossos traços negróides.

Agora, no aspecto emocional e de sua personalidade, quando questionado se existe um antes e depois de Mirtes, o que mudou em sua vida — depois da morte de seu filho —, e como se enxerga depois da perda, ela me disse

Sobre Mirtes, Mirtes mudou totalmente. Mirtes, antes de tudo isso acontecer era uma pessoa, e depois que isso tudo aconteceu, Mirtes é outra. Eu mesma me percebo nessa mudança, já mudei várias vezes na minha vida, né, quando não tinha meu filho, eu era uma Mirtes, depois que eu engravidei do meu filho eu era outra, depois que eu perdi o meu filho eu sou outra Mirtes. Com o Miguel eu era uma Mirtes alegre, eu era uma Mirtes feliz, realizada, de bem com a vida, batalhadora, não que eu não seja hoje, mas eu era muito batalhadora por Miguel, defendia Miguel com unhas e dentes em tudo. E hoje eu sou uma Mirtes, como eu posso dizer, um pouco triste, eu sou uma Mirtes muito crítica em tudo. Eu, tudo o que eu vejo, eu já faço aquela análise de conjuntura, tudo o mais e, como eu posso dizer, digamos que eu virei uma Mirtes chata, eu digo que sou uma pessoa muito chata pra certas coisas, é... então eu mudei totalmente, mudei totalmente. E uma parte que não mudou é lutar por Miguel com unhas e dentes... é o que venho fazendo hoje, que desde o que aconteceu com Miguel, eu sempre disse: eu vou mover céus e terras pra o caso de Miguel não cair no esquecimento, vou mover céus e terras por meu filho e é o que venho fazendo hoje.



Figura 22 - Acima, Mirtes ao lado da mãe, Marta. (Foto: Victória Álvares). Fonte: Repórter Brasil

Quando Mirtes fala que se tornou uma pessoa chata, por ser mais crítica e séria com a nova realidade de sua família, percebo o quanto isso é uma característica da militância negra. E quando a luta é por justiça pela morte precoce de nossas crianças, adolescentes e jovens, ser levado à sério é um pré-requisito. Principalmente porque a morte dos nossos é um Projeto político em andamento, que está a todo vapor. Não podemos naturalizar mortes prematuras, banalizar o que não é natural. Infelizmente, perder um jovem a cada 23 minutos, no Brasil,

acaba sendo uma estatística terrivelmente naturalizada. Já que é assim que este país espera que estejamos no futuro: mortos, principalmente meninos e homens pretos.

Durante a minha pesquisa acompanhei como Mirtes foi mudando com relação a sua altivez, seu cabelo, seu pertencimento racial. Na foto acima, tento mostrar como, ao lado de sua mãe, ela luta por justiça. Agora com seus cabelos afros, num lindo *black power* e de punhos cerrados.

Nos dias de hoje, muitas mulheres negras fazem questão de assumir sua identidade racial, principalmente por meio do cabelo, que se torna não só um elemento de beleza, mas um elemento político da negritude, destacando o uso do black power, afirmando também seu lugar na sociedade (DUQUE-ARRAZOLA; GOMES, 2019, p. 199)



Figura 23 - Montagem de *prints* feitos do *Instagram* de Mirtes Renata, 2023.

Mirtes me emocionou em muitos momentos, mas vê-la na Nigéria e no Benin, foi um dos dias mais felizes de minha trajetória enquanto pesquisadora. Mirtes está alçando vôos enormes, sempre levando consigo, seu “neguinho”, como ela chama Miguel. É incrível poder

acompanhar todas as suas formas de luta, agora no processo de um filme, dirigido por uma cineasta preta, Urânia Munzanzu, CEO da *Acarajé Filmes*. As imagens abaixo ilustram a agência dela, durante sua viagem ao Continente-Mãe.



Figura 24 - Fonte: Instagram @preta.velha 2023⁷¹

Na imagem acima, Mirtes caminha junto às *Olosuns*, na floresta sagrada de Òṣun, Nigéria (Lagos), orixá feminino das águas doces, abundância, riqueza e diplomacia. A cabeça erguida de Mirtes, com suas tranças, marca profundamente a história dessa mulher. Eu consegui

⁷¹ A foto é de autoria de Victor Adéwálé, postada no Instagram de Nathalia Grilo (@preta.velha), no dia 14 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CxK62MiLPh0/?igshid=NmQ4MjZIMjE5YQ%3D%3D>>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

sentir a força da ancestralidade em seu olhar, ao fixar a câmera. Impossível não pensar na luta de Mirtes como um propósito: não andamos sozinhas!



Figura 25 - Fonte: Instagram @acarajefilmes, 2023⁷²

O *print* acima foi retirado da página do *Instagram* do *Acarajé filmes*, onde Mirtes posa junto à cineasta Urânia Munzanzu, em frente ao monumento “Amazona”, que homenageia as mulheres guerreiras do Reino de Dahomey ou Daomé (atual Benin). Munzanzu está produzindo

⁷² Mulheres Negras em Rota de Liberdade. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CwmlXhKOWB7/?igshid=NmQ4MjZlMjE5YQ%3D%3D>>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

um longa chamado Mulheres Negras em Rotas de Liberdade, que passa pela Nigéria e pelo Benin, até onde eu pude acompanhar pelas redes sociais.

Mirtes tem feito de sua vida a luta pela projeção do caso de seu filho Miguel. Que segundo ela só vai descansar quando houver justiça. E sabendo do racismo que envolve todo o caso, ela tem dimensão do quanto se arrasta a passos vagarosos:

Então em partes, o caso do Miguel tá lento, e se fosse um caso de uma criança branca já tinha se resolvido. E, assim, eu venho buscando várias formas de trazer o caso de Miguel em evidência, eu vou pras ruas, eu vou pras redes pedir ajuda da sociedade, enquanto tem familiares de crianças brancas que morreram que não faz um terço do que eu faço hoje, não move uma palha, simplesmente fica em casa, e o caso vai se resolvendo, vai se resolvendo, vem chegando as notícias do andamento do processo. E no meu caso, não, eu tenho que correr atrás. E isso fica bem evidente do racismo dentro do judiciário, porque é um caso de uma criança negra. E é isso, esse é o meu sonho: fazer justiça pela morte de meu filho, pra poder também descansar, porque tudo isso mexe com meu psicológico, e é muito doloroso pra mim, é muito doloroso. E é mais ou menos isso.

O descanso de Mirtes, segundo ela, só chegará com a justiça de seu filho. E acompanhando suas redes sociais, percebi o quanto sua imagem está ligada a de uma mulher “guerreira”, lutadora incansável. Adjetivos que a desumanizam, porque o que ela quer não é viver uma vida inteira lutando por algo que deveria ser óbvio: o crime de abandono de incapaz e o racismo que envolve todo o caso. Me incomoda bastante esse sadismo de seguidores, na internet, que almejam um mártir negro, aquela pessoa que sangra, que morre pela causa. Que a nossa vida é permeada de guerra, eu tenho plena consciência. Porém é desnecessário que estejamos o tempo todo sendo palco de dor e sofrimento para a branquitude. E o pior, sem nenhuma garantia de ruptura desse sistema de Poder. Isso é parte do Projeto de entretenimento causado em cima de nossa morte e do que nos causa sofrimento. Este é o objetivo maior desta pesquisa, mostrar que apesar de estarmos por nossa própria conta, como disse Steve Biko, a vida nos impulsiona a brigar, correr atrás do que é nosso, até que a vitória se concretize.

4 BRANQUITUDE E TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: “quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais”

Quem vai pagar as contas?

Quem vai contar os corpos?

Quem vai catar os cacos dos corações?

Quem vai apagar as recordações?

Quem vai secar cada gota de suor e sangue?

Cabô!

Luedji Luna

Durante a pandemia global da Covid-19 foi possível observar diversos fatos envolvendo a branquitude e o trabalho doméstico. O privilégio branco manifestado nas redes sociais, com as trabalhadoras domésticas sendo expostas “sem querer”, nas *lives* de famosos e influenciadores digitais. Um desses casos emblemáticos foi o da atriz Ísis Valverde, que ao gravar vídeo alertando fãs que ficassem em casa, para não se contaminarem com o Coronavírus⁷³, a trabalhadora doméstica que presta serviços a ela, aparece lavando louças, ao fundo. A resposta à crítica que a atriz recebeu foi: “ela viu que eu ia ficar desamparada”. Talvez Ísis Valverde, do alto de seu privilégio, não saiba ou não se dá conta que, a realidade de muitas mulheres negras deste país, é cuidar e sustentar sozinhas os seus filhos, enquanto cuidam dos filhos das patroas brancas. Muitas domésticas são obrigadas a deixar seus filhos pequenos sob os cuidados dos filhos mais velhos, ou na casa de vizinhas, e ainda são forçadas a levar seus filhos para o trabalho quando não tem alternativa.

Assim como as trabalhadoras domésticas que saem para as “casas de família” e deixam seus filhos “nas equinas”, largados aos perigos da vida de “cria”. O *cria* é aquele sujeito que constrói sua identidade a partir de valores e moralidades que atribuem sua existência a uma circulação local (GOMES e SILVA, 2020). Numa pesquisa realizada no Rio de Janeiro, uma das trabalhadoras domésticas entrevistada sobre a morte de seu filho, que era conhecido como “cria de favela”, relata que trabalhava respectivamente na casa de uma patroa e na dos “meninos”, seus filhos, onde

Na casa dos “meninos” – que eram estudantes de medicina – ela sofria com a forma que era tratada. Chegou a me dizer que era obrigada “a limpar vômitos que ficavam de festas” e se via obrigada a cuidar mais dos “meninos” do que de seu filho “que só quer saber dessas esquinas”. Quando ela foi reclamar com a patroa que era a mãe dos dois estudantes de medicina, recebeu um esculacho:

Você é apenas uma diarista! Essa é a sua função e se não estiver satisfeita é só avisar que tem muita gente pobre querendo uma oportunidade de trabalhar que você não valoriza! Ainda mais sabendo que os ‘meninos’ precisam de tudo pronto para estudar... não para vagabundear por aí!

Nilcéia, informou que teve uma discussão com a patroa e retrucou a mesma dizendo: “lavo, passo e cozinho na sua casa e pros seus filhos, mas meu filho que mora comigo fica largado na favela”. Como retaliação à reclamação, Nilcéia falou que a patroa começou a atrasar os pagamentos das diárias que eram quinzenais. Ela chegou até a pedir dinheiro emprestado para ir trabalhar e, na casa dos estudantes, passou a ser

⁷³ BITTENCOURT, Julinho: Ísis Valverde sobre empregada em sua casa: “ela viu que eu ia ficar desamparada”. *Revista Fórum*, 18 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/coronavirus/isis-valverde-sobre-empregada-em-sua-casa-ela-viu-que-eu-ia-ficar-desamparada/>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

ainda mais humilhada, ao passo que se via “como uma escrava” (GOMES e SILVA, 2020, p. 194-195).

Quando tive acesso a essa leitura senti um incômodo terrível. Saber que historicamente as mulheres pretas desse país são forçadas a cuidar dos filhos das mulheres brancas, ao passo que seus próprios filhos ficam “largados na favela”, é muito escandaloso. Sabemos qual o fim que essas crianças, filhas das trabalhadoras domésticas, têm. O cria pode ser assediado para o tráfico de drogas, ser fatalmente “confundido” com um bandido e acabar morto. Enquanto “os meninos”, além de cursarem uma das faculdades mais elitizadas do Brasil, tem o privilégio de viver num apartamento exclusivo para que tenham mais conforto nos seus estudos. Além de uma trabalhadora disponível para cuidar do local, inclusive limpar vômitos após suas bebedeiras. Enquanto isso, existe todo um mecanismo que mantém o estereótipo desses sujeitos como pessoas perigosas, no caso das trabalhadoras domésticas e seus filhos. E realiza isso por meio de uma moralidade envolvendo afetos, desconfiança, cuidado, culpa ou amor (GOMES e SILVA, 2020, p.198).



Figura 26 - Print do Twitter, 2020

No caso de Mirtes Renata, se esta estivesse em casa, cuidando de Miguel, e não passeando com um cachorro em meio a uma pandemia, a fatalidade de deixar seu filho com uma patroa branca e rica, responsável pelo abandono, seguido da morte de Miguel, não teria acontecido. Assim, como a trabalhadora Nilcéia, que perdeu seu marido e teve que sustentar o filho sozinha. Como não tinha como dar atenção de qualidade à sua cria, porque precisava fazer faxinas, acabou se tornando mais uma vítima da violência policial do Rio de Janeiro. É dessa

forma que a criança negra tem sido a vítima predileta e indefesa da miséria material e moral imposta à comunidade afro-brasileira (NASCIMENTO, 2002).

Numa entrevista concedida ao Fantástico, programa da TV Globo, Sarí disse estar passando por um processo de injustiça, visto que foi julgada, em suas palavras, “antes mesmo de a justiça me julgar⁷⁴”. É exatamente assim que pessoas negras se sentem quando são negadas à uma escuta responsável pela Justiça. Ou quando, mesmo provando não ter culpa, são levadas presas por parecerem “muito suspeitas”. A primeira ordem é prender⁷⁵ ou matar. Primeiro “eles” te matam, depois perguntam seu nome, como já escutei de Preta-Rara. Um caso emblemático é o do jovem Douglas Rodrigues, 17 anos, que ao levar um tiro da PM, pergunta: “Por que o senhor atirou em mim?”⁷⁶. A polícia, que havia recebido uma denúncia de “distúrbio da paz”, entrou na comunidade atirando e uma das balas “encontra” o corpo de mais um inocente. “Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu”, como diz o grupo de Rap Racionais MC’s. Para as pessoas que vivem fora das favelas, das comunidades e “quebradas” brasileiras, os moradores dali, entre eles, mulheres, crianças, jovens e velhos, já nascem culpados, sem direito à uma segunda chance, porque quando muito, na primeira chance são alvejadas pelo braço armado do Estado. Nas palavras de Hilário Ferreira Sobrinho (2020):

Branco não são seguidos em supermercados nem diariamente são parados pela polícia. O número de mortes entre eles, causada por uma abordagem policial, é assustadoramente menor do que aquelas que atingem os negros. Os brancos podem infringir a lei e raramente sofrem punição grave. Ser branco no Brasil é ter poder. Já ser negro é ter um alvo em seu corpo onde a bala perdida sempre o localiza (SOBRINHO, 2020)⁷⁷.

Sarí diz acreditar que sofreu uma injustiça, mesmo com provas de que é culpada pelo crime de abandono de incapaz. Ela sente-se injustiçada, sem saber o que a palavra justiça significa. E mais, sem pensar em como esta justiça que ela reivindica opera no Brasil. A elite branca não é educada a pensar sobre as consequências de seus atos racistas, em como estes podem ter impactos danosos às pessoas negras. Isto deve-se ao fato de que quando cometem

⁷⁴ Sarí relata dias ‘terríveis’ desde morte de Miguel: ‘Vivo no psiquiatra’. UOL, 06 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/07/06/sari-relata-dias-terriveis-desde-morte-de-miguel-vivo-no-psiquiatra.htm>>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

⁷⁵ VASCONCELOS, Caê. Porque tantos negros são alvo de prisão injusta com base em reconhecimentos. **Ponte**, 17 de set. de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/por-que-tantos-negros-sao-alvo-de-prisao-injusta-com-base-em-reconhecimentos/>>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

⁷⁶ ALESSI, Gil. “Porque o senhor atirou em mim?": a voz dos jovens inocentes mortos pela PM. **El País Brasil**, 22 de maio de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460132767_979858.html>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

⁷⁷ Trajetórias interrompidas. Ceará Criolo, 19/10/2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/trajetorias-interrompidas/>

erros, estes dificilmente terão consequências punitivistas. Enquanto o negro nasce culpado, o branco nasce perdoado. A mulher-mãe-negra, vítima da violência estatal, ou da negligência de uma mulher branca tem em comum o fato de terem que

Se preocupar com a reputação do seu filho morto para obter alguma resposta do sistema de justiça: é necessário provar que era um trabalhador, um estudante, uma pessoa honesta. A vítima branca não precisa reivindicar seu lugar de vítima; a vítima negra, com dificuldade, mal acessa serviços a que deveria ter pleno direito. As garantias meramente formais de um julgamento justo e de uma resposta estatal proporcional e adequada à injusta violação dos direitos da vítima e de sua família não respondem às dores sem nome desta mãe sem esperanças na justiça (SOBRINHO, 2020).

Sem contar que as pessoas brancas são sempre convidadas, pela grande mídia, a fim de serem ouvidas, mesmo numa situação em que são consideradas culpadas, como foi o caso do convite, por parte da rede Globo⁷⁸ à Sarí. A ré apareceu com roupas de cores neutras e com pouca maquiagem, para semioticamente, quer dizer, no sentido da interpretação das cores e tons, passar uma ideia de ingenuidade diante do ocorrido com o menino Miguel. Ela chega a afirmar que não imaginava que deixá-lo sozinho no elevador pudesse provocar a tragédia. Enquanto Sarí tenta passar uma ideia infantilizada sobre si mesma, acaba deixando transparecer que Miguel teria o discernimento de “voltar para o andar” de seu apartamento. Naturalizando que crianças negras são “espertas”, que podem “se virar” sozinhas.

A ideia de fragilidade branca (DIANGELO, 2018) é acionada neste momento, como se pessoas brancas fossem ingênuas e por isso pudessem ser consideradas “inocentes” ao serem confrontadas com as consequências de seu racismo. Outro fator que é acionado, quando a pessoa branca é “acusada” por racismo é o laudo de “problemas psicológicos”. É bastante comum que alguém, quando denunciado por cometer racismo, acione, através de seu advogado, um laudo que diz “quadro de transtorno afetivo bipolar episódico depressivo”. Engraçado que quando se utilizam de xingamentos⁷⁹, chicotadas⁸⁰, etc., o tal problema mental não existe, mas ao receber denúncias a “carteirada” do laudo vem.

Tais tipos de argumento costumam ser empregados com frequência, como no caso de racismo envolvendo o goleiro Mário Lúcio Duarte Costa, conhecido como “Aranha”. Em 2014, aos gritos de “macaco”, pela torcida gremista, o goleiro reagiu, em campo, não aceitando a

⁷⁸ Exclusivo: ‘Fiz tudo que eu podia’, diz Sarí Corte Real após ser indiciada no caso Miguel. **GloboPlay**, 5 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8675780/>>. Acesso em 8 de outubro de 2021.

⁷⁹ Disponível em: <<https://contilnetnoticias.com.br/2023/09/preso-por-racismo-fez-acordo-de-so-um-salario-para-nao-ser-denunciado/>>. Acesso em setembro de 2023.

⁸⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/12/depoimento-adiado-agressoes-entregador.htm>>. Acesso em setembro de 2023.

discriminação de que fora vítima. Nas câmeras foi possível identificar uma torcedora que xingou Aranha, Patrícia Moreira, que recorreu à sua “fragilidade” de mulher branca frente às câmeras, em entrevista⁸¹ concedida por ela, na presença de seu advogado: “Não sou racista. Aquilo foi dito no calor do momento. Não tive a intenção de ser racista. Perdão Grêmio, perdão Aranha”, disse Patrícia. Difícil compreender como chamar alguém de macaco possa não ser ou parecer ofensivo. O privilégio racial cria expectativas brancas de conforto racial ao mesmo tempo em que diminui a capacidade de lidar com o estresse racial (DIANGELO, 2018).

Analisar a branquitude de uma patroa branca com poder financeiro, acaba sendo mais “fácil”, no sentido de revelar os diversos privilégios envolvidos nesta situação, pois, neste caso, fica evidente que Sarí pertence a um grupo, indiscutivelmente, branco e rico. Agora, ao discutirmos grupos de esquerda/progressistas, de pessoas brancas, mesmo sendo pobres, se faz necessário olhar e ouvir o que estes expõem quando se trata de revelar a sua ideologia racial (BONILLA-SILVA, 2014). Em muitos casos, analisar o fator de classe separadamente do fator racial acaba sendo uma saída de emergência permanentemente utilizada, pois mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura (BENTO, 2016). Maria Aparecida Silva Bento (2016), diz que em debates feitos ao longo de sua atuação com feministas e lideranças sindicais, estas demonstraram indignação com a opressão sobre as mulheres. No entanto, era “constrangedor o silêncio destas mulheres sobre a situação da mulher negra”. Bento, mais adiante, fala de uma experiência que viveu durante um Seminário, em São Paulo no ano 2000, em que:

Mulheres de todas as centrais sindicais, assessoras do poder público, pesquisadoras de reconhecidos institutos de pesquisa, consultoras empresariais, debatiam as diferentes dimensões da discriminação da mulher no trabalho. Na verdade, foram dois dias inteiros de debates sem qualquer menção sobre a situação da mulher negra no trabalho. A grande incoerência é que, poucas semanas antes deste seminário, havia sido divulgado na grande imprensa do país o *Mapa da população negra no mercado de trabalho*, no qual a mulher negra foi apontada como o segmento mais discriminado do mercado de trabalho brasileiro, nas sete capitais pesquisadas. [...] Eu resolvi, então, apontar essa questão usando um termo com o qual ando brincando muito: a indignação narcísica. Há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença (BENTO, 2016, p. 30-31).

Esse fato me lembra o que disse certa vez Sueli Carneiro, que “entre a esquerda e direita, continuo sendo preta” (CARNEIRO, 2000). É notório como o feminismo das mulheres de

⁸¹ CARNEIRO, Luiza. ‘Não sou racista’, diz Patrícia Moreira, que pede ‘perdão’ a goleiro Aranha. **G1 RS**, 05 de set. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/09/patricia-moreira-quebra-silencio-e-da-entrevista-sobre-caso-de-racismo.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

esquerda tenta empurrar uma agenda única para todas as mulheres. Mas quando se trata de apontar a questão racial, estas ficam incomodadas e acreditam que "separar " a luta por cor vai dividir o movimento. Ora, o racismo já se encarregou da tarefa de nos dividir há séculos! Essa demanda não está por nossa conta. Por isso minha defesa pela centralidade na raça e não no gênero. E o feminismo, seja ele branco ou negro, é um grande exemplo de que enquanto estivermos pautando o avanço do povo negro através de uma agenda branca, não teremos vitória.

Lembro de um *post* no *Facebook* de uma professora branca, universitária e de esquerda, que escreveu muito orgulhosa de si que tinha “dialogado” com uma trabalhadora na função de caixa de supermercado — onde dizia a esta que ela era burra por votar num candidato a prefeitura com ideias bolsonaristas. No mesmo texto ela escreve que exigia de sua funcionária (trabalhadora doméstica), que fosse tomar a vacina contra covid, porque a mesma, segundo ela bolsonarista e evangélica, era contra a vacinação. O texto é permeado de violência e insultos graves, que mesmo num contexto anti-vacina que vivenciamos na Pandemia, não justificava o ataque feito à trabalhadora. Escrevi sobre esta questão, com bastante incômodo. Segue os prints abaixo, feito da minha conta pessoal no Instagram, à época do ocorrido:

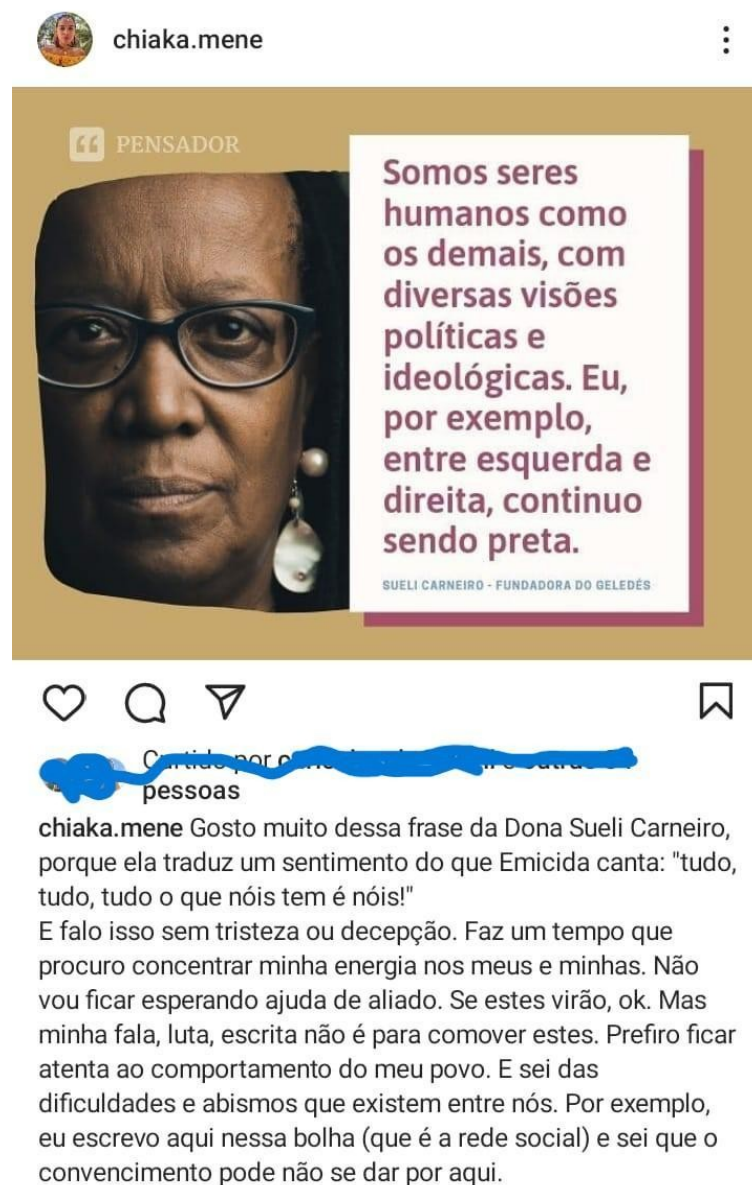


Figura 27 – Print Instagram pessoal - @chiaka.mene

Temos muitos problemas, inúmeros. Somos um povo que foi saqueado, roubado e que se encontra num caos que os branco-ocidentais nos colocaram. Mas é pra esse povo que quero olhar. São as suas angústias, medos e também as alegrias que quero poder partilhar.

Nós, enquanto povo preto no continente africano e na diáspora, estamos divididos. Esse é o projeto colonial que vem sendo estruturado.

Então, como vou falar para uma irmã, caixa de supermercado (como eu mesma fui) e dizer que ela é "burra" por votar no capetao? Porque ela foi "alienada" pelo pastor x ou y.

Quem sou eu?

Quem é uma pessoa de esquerda, branca, universitária, pra dizer isso a alguém? E ainda dizer na cara da trabalhadora que ela realiza um trabalho escravo!!!

Bom, ela acha que tá militando (no teclado vermelho). Mas eu aqui escrevendo isso estou "lacrando", pq é isso que preto sabe fazer: lacrar!

É, Dona Cida Bento, a senhora está certa sobre o pacto narcísico da branquitude. Porque esta criatura tem a coragem de vomitar tudo o que pensa sobre as trabalhadoras domésticas, sobre as pessoas que trabalham operando o dinheiro alheio. Mas tem muita gente parecida com ela que concorda e aplaude. A branquitude se protege! Eles fazem carinho e mandam afagos.

Mas não aguentam quando a gente reage! Quando a gente se impõe. Não aguentam um grito! Acham que somos violentos. Olhe, violência é coisa de brankkko, assim como o Racismo! Se eles chamam a nossa reação de violência é pra nos confundir. Não passa de uma armadilha! Não vou oferecer a outra face, nem se fosse cristã!

Por hoje é só.

#notaderepudio #contemironia #racismo

1 de dezembro de 2020 • Ver tradução

Figura 28 - Print Instagram @chiaka.mene

Tenho observado, no caso de Miguel, que, para que a sociedade possa defendê-lo é imprescindível que sua cor não seja colocada em evidência. É óbvio que Miguel era uma criança, e este é um fator muito importante nas discussões quando o assunto é sua morte. Porém, para muitos, é irrelevante o fato de Sarí ser branca e de Miguel ser negro. O foco deve ser o que diz a lei: abandono de incapaz é crime, ou seja, se Sarí fosse condenada à prisão hoje, seria por tê-lo abandonado, sem que para isso o racismo fosse levado em conta como pena adicional. No Brasil, propositalmente, o racismo enquanto crime, também previsto em lei, é colocado no esquecimento. Como neste país ninguém é preso por cometer crime de racismo, haja visto o pacto narcísico da branquitude operar também no poder judiciário, os brancos tendem a se

utilizar disto para poupar a si mesmos da possibilidade de um julgamento nestes termos. No *print* abaixo, esse mal-estar é apontado. Vejamos:

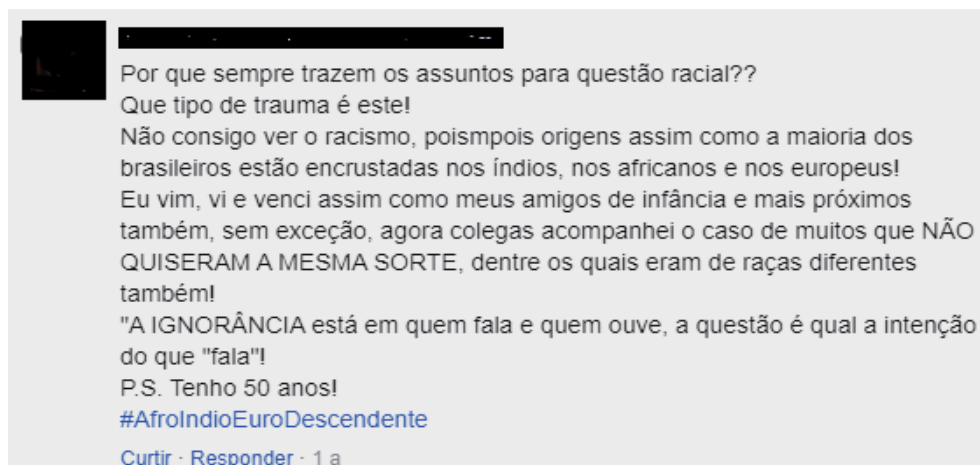


Figura 29 - *Print* Rede Social. Fonte: Ponte Jornalismo (2020)

O comentário acima, foi feito à matéria do jornal Ponte Jornalismo intitulada “Racismo, poder e dinheiro explicam tentativa de ocultar nome da patroa da mãe de Miguel”, em que se discute como estes fatores articulados, branquitude e poder, explicam o fato de Sarí ter sido protegida pela grande imprensa. A justificativa utilizada pelo comentarista é a de que, num país miscigenado como o nosso, o racismo é uma questão de “intenção” de “quem fala” e de “quem ouve”, pois, origens assim como a dos brasileiros estão “incrustadas nos índios, nos africanos e nos europeus” (sic). Logo “não haveria razão para tumulto, ou mais concretamente, o protesto por parte dos ativistas negros e outros” (CARDOSO, 2014, p. 241).

Este caso também torna público as “falcaturas” da família de Sarí, esposa do prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker. Moradores de um condomínio de luxo, mais conhecido como Torres Gêmeas, em Recife, não dispensaram as trabalhadoras domésticas nem quando estas contraíram o coronavírus⁸². Mirtes e sua mãe, Marta, trabalhavam para a mesma família e se demitiram após assistirem aos vídeos das câmeras internas do prédio. Sarí Gaspar Côte Real foi presa em flagrante, mas foi liberada após pagar uma fiança de 20 mil reais.

⁸² BRITTO, Débora e SANTOS, Maria Carolina: Mãe e avô de Miguel contraíram covid-19 e nem assim foram dispensadas do trabalho. Marco Zero, via **Ponte Jornalismo**. 05 de jun. de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/mae-e-avo-de-miguel-contrairam-covid-19-e-nem-assim-foram-dispensadas-do-trabalho/>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

Outra ilegalidade descoberta neste caso foi o fato de Sérgio Hacker pagar a funcionária com o dinheiro da prefeitura. Mirtes Renata apareceu como funcionária comissionada no Portal da transparência (2020), da prefeitura de Tamandaré, desde 2017⁸³.

O caso de Miguel ganhou repercussão nacional, mas a imprensa resolveu ocultar o nome da patroa. O nome de Sarí só veio a público através de Mirtes e sua família, que usaram seus perfis nas redes sociais para identificá-la⁸⁴. A internet tem sido uma aliada na luta destas pessoas, Mirtes tem o alcance de 110 mil seguidores em seu *Instagram*. Santos (2018) analisa que

As mulheres negras têm recorrido a esta ferramenta, internet, para expandir seus discursos e criar redes sociais, de maneira que tem incluído em um contexto também adverso, e não obstante necessário. As mulheres negras vivem em um mundo real em que seus discursos são refutados pelos grandes meios de comunicação, e paralelamente em um mundo digital, em que, ao mesmo tempo que se reproduzem valores de exclusão e estereótipos, se facilita às mulheres negras um alcance discursivo incalculável (SANTOS, 2018, p. 125).

Se fosse uma pessoa negra teria seu rosto e nomes estampados nos jornais, com a alcunha de “suspeito”. Pessoas brancas no Brasil só convivem com pessoas negras em situação de subalternidade, por isso, o racismo presente no crime de Sarí não está no crime em si, mas ele é consequência do sistema em que “vidas negras importam menos e incomoda muito o choro de um menino negro na sala”, como afirmou a professora e fundadora do Abayomi juristas negras, Chiara Ramos.⁸⁵

4.1 A INFANTILIZAÇÃO DAS MULHERES BRANCAS: O EXEMPLO DE SARÍ

Sarí Corte Real apresenta-se publicamente pela primeira vez no dia 05 de julho de 2020, no programa do Fantástico da rede Globo. Ela veste-se com uma blusa branca, calça jeans e um tênis. Sem maquiagem e com um terço na mão. Faço essa caracterização porque é importante

⁸³ ALVES, Pedro e MEIRELES, Marina: Mãe de menino que caiu de prédio é funcionária da prefeitura de Tamandaré, mas trabalhava de doméstica na casa do prefeito. **G1 PE**, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/mae-de-menino-que-caiu-de-predio-e-funcionaria-da-prefeitura-de-tamandare-mas-trabalha-de-domestica-na-casa-do-prefeito.ghml>>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

⁸⁴ EBRAHIM, Raíssa; FRANÇA, Inácio e SANTOS, Maria Carolina: Racismo, poder e dinheiro explicam tentativa de ocultar nome da patroa da mãe de Miguel. Marco Zero, **Ponte Jornalismo**, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/racismo-poder-e-dinheiro-explicam-tentativa-de-ocultar-nome-da-patroa-da-mae-de-miguel/>>. Acesso em 24 de setembro de 2021.

⁸⁵ EBRAHIM, Raíssa; FRANÇA, Inácio e SANTOS, Maria Carolina: Racismo, poder e dinheiro explicam tentativa de ocultar nome da patroa da mãe de Miguel. Marco Zero, **Ponte Jornalismo**, 05 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/racismo-poder-e-dinheiro-explicam-tentativa-de-ocultar-nome-da-patroa-da-mae-de-miguel/>>. Acesso em 24 de setembro de 2021.

destaque, apresentando prints que mostram uma imagem emocionada. Escolhi esta imagem, pois além de retratar a emoção de Mirtes e sua mãe, Marta, traz o sorriso de Miguel ao fundo, num enorme *banner*, que sempre acompanha os atos públicos na defesa por justiça pela sua morte tão prematura. Logo em seguida, o texto do *post*, que acompanha as imagens.



Figura 30 - Print Instagram - Mirtes Renata: Julgamento de Sarí Corte Real, 2023.

mirtesrenata O julgamento de ontem foi uma vitória importante. Os desembargadores foram unânimes em confirmar a responsabilidade de Sari no crime de abandono de incapaz com resultado morte, mantendo, portanto, a condenação e a qualificadora do resultado morte.

Também acataram o pedido da assistência da acusação em retirar trechos da sentença que mandavam investigar eu e mainha por supostos maus tratos, algo que nunca aconteceu e que provocava revitimização.

O desembargador relator entendeu por manter a pena em 8 anos e 6 meses. Contudo, houve divergência entre o voto da desembargadora revisora e o vogal, reduzindo para 7 anos em regime inicial fechado.

Isso ocorreu porque desconsideraram algumas circunstâncias agravantes da pena, como a valoração negativa da personalidade e da conduta social da ré Sari, bem como a agravante em razão do crime ter sido cometido no contexto da pandemia.

Consideramos que tais circunstâncias agravantes e merecem ser mantidas, por isso, iremos seguir com o recurso cabível ao STJ para o aumento da pena. Também iremos aguardar a publicação do acórdão para verificar a retirada expressa dos trechos revitimizantes da sentença.

Caso não conste, a assistência de acusação também irá entrar com o recurso de embargos de declaração para que a questão seja melhor apreciada.

[#justiçapormiguel](#)

Figura 31 - Print Instagram - Mirtes Renata: Julgamento de Sarí Corte Real, 2023.

É muito provável que Sarí não cumpra a pena inteira, por ser réu primário. E depois de todo o desenrolar deste caso, fica difícil aceitar esta condenação como justiça. Uma vez que ela poderá cumprir 3 anos, ou menos do que isso. A questão é que Mirtes consegue mostrar, para além de provar através das fissuras da lei, que Sarí é culpada e que deve pagar por isto. Desta forma, Mirtes Renata se mostra esperançosa com esta condenação. Afinal, não é todo dia que, neste país, conseguimos realizar a prisão de um racista. Motivo pelo qual o racismo é recorrente e o criminoso um reincidente.

CONCLUSÃO

Confesso que escolher tratar sobre agência de pessoas negras, sobretudo no caso de Miguel e sua mãe, Mirtes Renata foi diversas vezes lutar contra muitas narrativas equivocadas sobre a resistência negra. A primeira narrativa que tentei inverter foi a de “mitificar” África. Falar de uma perspectiva de agência, autonomia, perseverança e fé em meio à Maafa a que fomos submetidos me parece sempre ousado. Digo isso, porque me exauri de textos, produções acerca do trabalho doméstico que corrobora com a “domesticação” de pessoas que foram escravizadas. Pessoas que ainda seguem uma realidade cruel, herança da escravidão. O que quis abordar foram as táticas, as “manhas” do povo escravizado e de seus descendentes. Sobreviver há quase 4 séculos de escravidão, num contexto que visa eliminar de vários modos os afrodescendentes, com uma culinária, cultura, religião próprias não é fácil. Com todos os atravessamentos que essa falsa brasilidade tenta empurrar goela abaixo, quando nomeia a feijoada, o samba e o carnaval como sendo brasileiros, quando na verdade são originalmente criados por africanas e africanos.

Pesquisar e escrever todas essas linhas também me fizeram acreditar mais na minha potência enquanto parte do povo negro afro-diaspórico. Tive que levantar a cabeça e afirmar que esse povo tem consciência de quem é sim, mesmo que haja um Projeto em curso que enfraqueça essa ideia. Mas a nossa continuidade não seria possível, se não acreditássemos em saídas próprias de sobrevivência. E quem nos ensinou foram os nossos ancestrais africanos. Não existe descendência africana sem África. Apesar de muitos Movimentos Negros no Brasil agirem como tal, esvaziando as pautas de sentido africano: “uma negritude sem africanidade, um antirracismo anti-africano, um negócio difícil de gerar bons frutos”, como diz a irmã Anin Urasse.

Essa dissertação também não é capaz de dar conta de todo o repertório que versa sobre a agência, formas múltiplas de autonomia do povo africano e afro-diaspórico, e nem se propõe a isto. O que quisemos trazer à tona, foram outros aspectos das experiências que as pessoas pretas, sobretudo aquelas inseridas no contexto de escravidão e de trabalho doméstico, tem sobre seus modos de vida.

Através da incansável busca por justiça de Mirtes Renata e Marta Santana, pela morte de Miguel Otávio, tentei analisar os processos de agência dessa mãe e avó, que trouxeram a força e a fé como pilar central de suas lutas. Falar de infância e maternidade negras foi muito caro para minha trajetória, não só acadêmica, mas enquanto pessoa negra — também mãe de uma bebê negra. Foi super desagradável abordar este tema tão violento e pertinente ao mesmo

tempo. Foram dias de choro, ansiedade e desencorajamento, mas eu não escrevi apenas por um título. Minha escrita é para amplificar, mesmo que neste espaço ainda tão descolado do mundo lá fora, este emblemático caso, que infelizmente é mais um retrato da realidade do racismo, no Brasil. E, ao ver a força que move uma mãe da pele preta, ex-trabalhadora doméstica, estudante de Direito e cheia de projetos e sonhos, como Mirtes, não me deixaram desistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. Infância, raça e paparicação. Belo Horizonte: **Educação em revista**, 2010. v. 26, n. 02, p. 209-226.

ACCIARI, Louisa; ARAÚJO, Anna Bárbara; MONTICELLI, Thays. Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 33, n., 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro.

ALBUQUERQUE, Fabiane; DINIZ, Vanessa. **A infantilização de mulheres brancas: dispositivo de raça, gênero e classe na construção de subjetividades**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v.17 n.3 Dezembro. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/37908>.

ALVES, Luciana Pires. NOGUERA, Renato. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. Seção temática: Infâncias e educação das relações étnico-raciais. **Educ. Real**. 44 (2), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPP/?lang=pt>.

ASANTE, Molefe K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In NASCIMENTO, Elisa L. (org.). Afrocentricidade - uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, vol. 4. p. 93-110.

AZIZA, D. e NJERI, A. **Entre a fumaça e as cinzas: estado de maafa pela perspectiva mulherismo africana e a psicologia africana**. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 11. n. 2 (2020), p. 57-80. Disponível em : <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/53729>.

BÂ, Amadou Hampaté. A Tradição Viva. In: SKANDER, Z. (org.) **História Geral da África**. Vol. 1. São Paulo: Ática, UNESCO, 1980.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado) — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (organizadoras). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. Tese (doutorado) — Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2007.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América** (Trad. Margarida Goldstajn). São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (doutorado) — Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

CUNHA, Viviane Martins e GONZAGA, Paula Rita Bacellar. **Uma pandemia viral em contexto de Racismo Estrutural: desvelando a generificação do genocídio negro**. Scielo Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bgPCS9rTtKx4yTPZmnLsvtp/?lang=pt>.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada** - Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2016.

DIANGELO, Robin. **Fragilidade branca. Dossiê Racismo** — vol. 21, n. 3, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22528.

DIOP, Cheikh Anta. *The African origin of civilization: myth or reality*. **Lawrence Hill & Co.** New York, 1974.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Carolina Costa. **Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil**. Resenha Rev. **Direito e Práx.** 11 (01), jan-mar, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/44821>

FRESSATO, Soleni Biscouto. **Aganjú, Xangô, Alapalá: racismo religioso, resistência e justiça em Tenda dos Milagres (o romance e o filme)**. Estudos avançados 37 (108), 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BnYZn9mHDH5MBG7mHjZ6QqS/?lang=pt>.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/ apresentação de Fernando Henrique Cardoso*. — 48º ed. rev. — São Paulo: **Global**, 2003.

GOMES, F. M; SILVA, G. B. da. “Lavo, Passo e Cozinheiro na sua Casa e pros seus Filhos, mas meu Filho que Mora Comigo Fica Largado na Favela”: Reflexões sobre Suspeição e Precariedade nos Casos do “Cria de Favela” e da “Empregada Doméstica”. **Revista Antropolítica**, n. 50, Niterói, p.188-213, 3. quadri., 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora africanas**, 2018.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo Africana: Recuperando a nós mesmos**. 1ª ed. - São Paulo: Editora Ananse, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, Lisandra Cristina. **A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil: Gênero, raça, classe e colonialidade**. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 178, 2021.

MACHADO, Taís de Sant' Anna. **“Um pé na cozinha”**: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2021.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador 1850-1888)**. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=1557312298173A73&authKey=%21AEajEPCDZPeCEDA&resid=1557312298173A73%214937&ithint=%2Epdf&open=true&app=WordPdf>.

NJERI, A. e RIBEIRO, K. **Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 595-608, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2d47/dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf%3E>.

OYĚWUMÍ, Oyèrónké. **O fardo da mulher branca: mulheres africanas no discurso ocidental feminista**. Tradução de Aline Matos da Rocha. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 11. n.2 (2020), p.145-167 ISSN 2236-8612 doi: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i2.54030>

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 3ª ed. rev. e ampliada — Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PORFÍRIO, Tamis. **A cor das empregadas domésticas: A invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado**. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

SANTOS, Céres Marisa Silva dos. **La apropiación de las TIC por mujeres brasileñas**. In FARRERA, Abraham Mena; PABLOS, Esperanza Tuñón (cord.). **Género y TIC**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, Ed. Ecosur, 2018.

SANTOS, Ana Cláudia Silva dos. **“Os guris de Dolores Feliciano”**: O amor e o luto das mães negras na literatura de Conceição Evaristo. TCC. João Pessoa-PB, 2022.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação**. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p184-207>.

SILVA, Lorryne Santos da. **#Eu, empregada doméstica: um ciberativismo feminista e antiracista**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020.

SOARES, C. C. M. As ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 17, p. 57-71, 1996.

SOARES, C. C. M. **A Mulher Negra da Bahia do Sec. XIX**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994, 120p.

SOBRINHO, Hilário Ferreira. **Trajetórias interrompidas**. Ceará Criolo, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/trajetorias-interrompidas/>

PARENTE, Francisca Ingrid Aguiar. **O Trabalho e as vivências das empregadas domésticas da cidade de sobral-CE**. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

Entrevistas:

O Pasquim, 871 20-26 mar. 1986, p. 8-10. disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez?fbclid=IwAR3ENthm4kMNPYigrwsQWWnzqHAizM061DLvhA_q_nsSfE5eeDpEGEyLqPE